

**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia
Programa de Mestrado em Antropologia Social**

**ASSENTADOS, ESTRANGEIROS E NATIVOS
CONFLITOS SOBRE NACIONALIDADE E CIDADANIA NA HUNGRIA E NA
VOIVODINA**

Gábor Basch

Orientador: Professor Doutor Omar Ribeiro Thomaz

Campinas, junho de 2003

UNICAMP

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
7-2-2003

200333714

GÁBOR BASCH

**ASSENTADOS, ESTRANGEIROS E NATIVOS:
CONFLITOS SOBRE NACIONALIDADE E CIDADANIA NA
HUNGRIA E NA VOIVODINA**

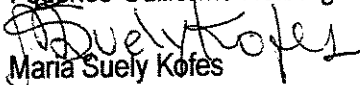
Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Antropologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação do Prof.
Dr. Omar Ribeiro Thomaz

Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora
em 23/06/2003

BANCA


Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz


Prof. Dr. Federico Guillermo Neiburg


Profª Drª Maria Suelly Kofes

JUNHO / 2003

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	Unicamp B29a
V	EX
TOMBO BC	56278
PROC.	16-124103
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	9/12/03
Nº CPD	

CM001B9469-0

SIBID 305041

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

B29a

Basch, Gábor

**Assentados, estrangeiros e nativos : conflitos sobre
nacionalidade e cidadania na Hungria e Voivodina / Gábor Basch.
- Campinas, SP : [s.n.], 2003.**

Orientador: Omar Ribeiro Thomaz.

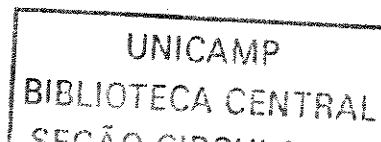
**Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

1. Nacionalismo. 2. Identidade. 3. Europa Oriental.

**I. Thomaz, Omar Ribeiro. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

Esta história [...] teria que ser contada em romeno, húngaro, ucraniano ou iídiche; ou antes numa mistura de todas essas línguas. Então surgidas do acaso e das profundezas turvas do inconsciente, brotariam da alma do narrador algumas palavras russas, ora brandas como teliatina, ora duras como kindjal. Se o narrador portanto, pudesse atingir esse momento de desconcerto babilônico, inacessível e apavorante, ouvir-se-iam até as humildes preces de Hana Krzyzewska e suas súplicas horríveis, pronunciadas em romeno, em polonês, depois em ucraniano, e depois, no momento do espasmo derradeiro e do sossego, seria possível ouvir seu delírio transformar-se em oração pelos mortos, em hebreu, língua dos inícios e da morte.

Danilo Kiš: Um túmulo para Boris Davidovitch



Agradecimentos

Dedico esta dissertação aos meus pais e avós, especialmente a minha avó que não pode ver o resultado final. Todos, além de me apoiarem incondicionalmente, foram interlocutores diretos ao longo destes dois anos.

Agradecimentos especiais a Omar Thomaz, orientador e amigo, a quem após dois anos de convívio e discussões intensas, considero “húngaro honorário”.

Ao Programa de Mestrado em Antropologia Social da UNICAMP, em especial à Emília Pietrafesa Godoy, que apoiou e criou as possibilidades institucionais que permitiram a ida ao campo no segundo semestre de 2001.

À Chris, da secretaria de pós-graduação do IFCH da Unicamp, que me ajudou a resolver as burocracias internas e externas à universidade.

A Bela-Feldman Bianco, Heloísa Pontes, Rita Morelli, Robin Wright, meus professores ao longo do mestrado, e, em especial, à professora Suely Kofes, pelas cursos estimulantes e por seus comentários valiosos no exame de qualificação. Agradeço também ao professor João de Pina Cabral por seus comentários e por seu incentivo por ocasião do exame de qualificação.

Às famílias Béres, Berkes e Oravec, aos bombeiros voluntários de Csantavér e aos arquivistas de Kalocsa e Subotica, que me ajudaram durante a pesquisa de campo. A todos aqueles que em Csantavér e Maradék me receberam em suas casas e se dispuseram a responder minhas insistentes perguntas.

À István Jancsó, pela acolhida generosa em tempos difíceis.

Aos colegas da graduação em Ciências Sociais da USP e aqueles que, no Cebrap, faziam parte do “Grupo Kossovo”. Foi a partir dessas discussões que saiu a idéia do projeto inicial.

Aos meus colegas do Programa de Mestrado em Antropologia Social da Unicamp, principalmente aqueles que, comigo, fizeram parte da turma de março de 2001. Aos meus colegas dos cursos de antropologia, em especial à Raq, pela amizade e pelos comentários “raquelescos”.

À Marta pela parceria intelectual e pelos mimos.

À Maíra e Marcão pela parceria e cuidados intensivos na fase final.

Agradeço ainda à FAPESP pela bolsa concedida (Processo 01/05960-5) e ao parecerista por seus comentários e sugestões.

INTRODUÇÃO: CONCEPÇÕES DE TEMPO E DE ESPAÇO NA EUROPA CENTRAL E ORIENTAL ...3	
Construindo a questão5	
Métodos13	
Percursos15	
Parte I – ENCONTROS E DESENCONTROS: NACIONALIDADE E CIDADANIA.....21	
CAPÍTULO 1 – O 11 de setembro: pertença nacional e conflitos (próximos e distantes)25	
CAPÍTULO 2 – Dos centros para as margens: as leis de status45	
CAPÍTULO 3 – Olhares de Budapeste: a lei de status húngara55	
CAPÍTULO 4 – Além-fronteiras: a recepção da lei na Voivodina.....61	
CAPÍTULO 5 – Um encontro com a antropologia: desencontro nacional?73	
Parte II - ENTRE A SÉRVIA E A HUNGRIA.....85	
CAPÍTULO 6 – “Confusões na cabeça”: as definições nacionais e a desintegração da Iugoslávia.....89	
CAPÍTULO 7 - De sobras e resquícios95	
CAPÍTULO 8 - Histórias de conflitos, nativos e assentados111	
8.1. Origens111	
8.2. Perspectivas114	
8.3. Húngaros, sérvios nativos, sérvios dobrovoljac e gyüttmentek120	
8.4. Voivodina: Notas histórico -demográficas.....126	
CONSIDERAÇÕES FINAIS143	
O anti-semitismo hoje148	
A reflexão de István Bibó e o círculo infernal da assimilação.....157	
A atualidade da questão nacional.....160	
BIBLIOGRAFIA163	

INTRODUÇÃO: CONCEPÇÕES DE TEMPO E DE ESPAÇO NA EUROPA CENTRAL E ORIENTAL

CONSTRUINDO A QUESTÃO

Em 1990, József Antall, presidente do primeiro governo democraticamente eleito na Hungria após a queda do regime comunista, afirmava em seu discurso de investidura que, na sua alma, sentia-se presidente de 15 milhões de húngaros. Creio que a afirmação representa bem aquilo que poderíamos denominar de reconfiguração política e social da nova europa central e oriental, marcada pela queda do muro de Berlim e pelo desmantelamento do Pacto de Varsóvia; pela derrocada, enfim, de todo o marco institucional, político e militar associado ao “socialismo real”. É neste contexto que ressurge no debate público da Hungria, e também nos países vizinhos, uma velha questão, considerada tabu nos mais de 40 anos de comunismo: a *questão nacional*.¹ Como o presidente do governo de um país de pouco mais de 10 milhões de habitantes pode se sentir responsável por 15 milhões de pessoas, dentre os quais 5 milhões de cidadãos de outros Estados?

De acordo com os dados oficiais, os “15 milhões de húngaros” (segundo as estatísticas, cerca de 14,1 milhões) dividir-se-iam entre os 10.222.000 de cidadãos húngaros e os 4 milhões restantes, que viveriam além das fronteiras do Estado nacional. Esta imensa coletividade é normalmente denominada na Hungria de *határon túli magyarok* (“húngaros além-fronteira”), sendo que aproximadamente 3 milhões vivem na sua terra natal, isto é, nos países vizinhos – 1.640.000 na Romênia, 608.000 na Eslováquia, 350.000 na Iugoslávia, 180.000 na Ucrânia, 33.000 na Áustria, 20.000 na Croácia e 9.000 na Eslovênia (Kocsis & Kocsis-Hodosi, 1998: 16). É importante ressaltar que esses 3 milhões de húngaros vivem em territórios que faziam parte da chamada “Hungria Histórica”, isto é, dentro das fronteiras do que fora a Hungria antes da Primeira Guerra Mundial². Isto significa que estes grupos vivem em suas terras de origem que, na atualidade, como consequência dos tratados políticos de paz que sucederam o desmoronamento do Império Austro-húngaro e que puseram fim às duas guerras mundiais, formam parte do território de

¹ Do mesmo modo que a teoria marxista clássica, a ideologia oficial dos socialismos de estado acreditava na superação dos conflitos – tanto de classe como aqueles colocados pelas “questões nacionais” consideradas atavismos – através da ditadura do proletariado.

² A “Hungria Histórica”, parte do Império Austro-húngaro, possuía um território contínuo claramente delimitado. Cf. mapas ao longo da dissertação.

outros estados. Significa dizer que os “húngaros além-fronteiras” são *cidadãos* de Estados que definem seu estatuto *nacional* por referência a uma outra “nação” que não a húngara.³

Por fim, aproximadamente 1 milhão de húngaros deixaram o país no decorrer do século XX, e emigraram para os países da europa ocidental (300.000 pessoas), para as Américas (620.000) ou para outras partes do mundo (115.000) (idem: 16).

Nove anos após o discurso célebre de József Antall, em 1999, outro presidente do governo húngaro, Viktor Orbán, apoiou publicamente o pedido feito pelos representantes da minoria húngara da Voivodina (Iugoslávia) para que membros da comunidade húngara prestando serviço militar no exército Iugoslavo não fossem enviados para a guerra que, então, se travava no Kossovo. Mesmo sem dispor de meios legais para impedir que os húngaros da Voivodina, cidadãos da Iugoslávia, participassem da guerra no Kossovo, o chefe de governo optou por reforçar o pedido, enviando-o ao governo Iugoslavo: tratava-se de fazer valer antigos tratados internacionais que, após a I Guerra Mundial, procuravam dar aos Estados direito de “tutela” sobre as minorias nacionais situadas fora de suas fronteiras.⁴

Os dois exemplos acima citados revelam o que, do meu ponto de vista, deve ser considerado como uma característica comum a todos os países da europa central e oriental, a saber, o desencontro entre as fronteiras dos estados e as nações da região, ou melhor, uma dissociação entre a noção de cidadania e a experiência da nacionalidade. Sem exceção, todos os estados da europa central e oriental têm que lidar com a presença de minorias étnicas e nacionais dentro das suas fronteiras, e, ao mesmo tempo, mostram preocupação com minorias, que segundo a terminologia de Pierre Kende, “prolongam uma nação vizinha” (Kende, 1992: 13). Estas minorias

pertencem, [...] pelo seu próprio ser coletivo, a nações de velha tradição, de que hoje estão separadas por fronteiras estatais. No seu traçado mais recente estas fronteiras resultam das divisões territoriais saídas das últimas duas guerras mundiais (Pierre-Caps, s.d.: 20)

³ Sem pretender entrar no debate filosófico e jurídico acerca do conceito, entendo por cidadania a relação que liga o indivíduo ou um grupo de indivíduos aos modernos estados democráticos.

⁴ Sobre o período do entre-guerras e as relações entre as minorias nacionais e entre elas e os Estados, ver, especificamente, Hannah Arendt (1990: 300-324) e Eric Hobsbawm (1991).

Duas datas precisas – 1918 e 1945 – marcaram o termo de duas guerras mundiais (que encontraram na Europa um dos seus palcos privilegiados), o desmoronamento dos grandes impérios continentais transnacionais europeus e a revisão das fronteiras estatais entre os estados europeus. A presença efetiva dos impérios Austro-húngaro, Russo e Otomano na Europa central e oriental fez com que a redefinição de fronteiras nesta região se fizesse de forma especialmente tensa e dramática⁵, o que, para muitos autores, representa a raiz dos conflitos nacionalistas da Europa central e oriental. De um lado, fronteiras políticas que dificilmente coincidiam com representações reafirmadas ao longo do século XIX em torno da “nação”; de outro, estados que espelhavam suas estruturas políticas nos impérios que os antecederam (especialmente no caso do império Austro-húngaro), mas sem a mesma legitimidade, sobretudo diante daqueles grupos que, subitamente, viram-se definidos como “minorias nacionais” (Arendt, 1990; Hobsbawm, 1991).

A centralidade imperial parecia garantir, por sua própria estrutura hierárquica, direitos “tradicionalmente” conferidos aos diferentes grupos nacionais que foram se afirmando ao longo do século XIX; as novas estruturas políticas, embora encontrassem em Viena uma espécie de “modelo”, não possuíam sua legitimidade e, sobretudo, procuravam se projetar enquanto “nações”: antigos súditos do imperador católico de Viena dificilmente aceitariam o abandono de sua nacionalidade originária e abraçariam um projeto nacional com o qual não se identificavam. Em suma, a estrutura imperial, hierárquica, não representava (em princípio) um perigo às nações que comportava, enquanto que os estados remanescentes dos impérios se queriam “nacionais”⁶. Às minorias, passava-se a dispensar diferentes tratamentos em função de conjunturas políticas específicas o que, no limite, passava a marcá-las por uma constante insegurança. Tal é a característica do entre-guerras: à insegurança das minorias nacionais se sobrepõe um debate no interior do qual a história (direitos históricos) e a geografia (fronteiras) passam a ser continuamente evocadas.

⁵ Tais atributos não são privilégio apenas destas regiões, e serão recorrentes em outras regiões em disputa, tais como as fronteiras entre a França e a Alemanha, nas duas guerras objeto de contendas violentas.

⁶ Trata-se, evidentemente, de um “princípio”, pois distintos grupos de elite foram, com a complexificação do aparato burocrático e estatal do império, pressionados no sentido de sua “germanização” possível – a elite política do império vienense se afirmou, uma e outra vez, germânica, o que gerou mais de um conflito entre os séculos XVIII e XIX (Cf. Bérenger, 1993).

Tempo e espaço transformam-se, assim, numa espécie de “obsessão” dos diferentes povos e grupos da região a penetrar os debates e os embates entre políticos e intelectuais. A *Pax Soviética* introduzida em nome do socialismo – e como consequência de uma vitória militar sobre o nazismo – não impediu que, de forma surda, estas questões persistissem na Europa centro-oriental. O surgimento de novos Estados após a queda do muro de Berlim e que sucederam o desmantelamento da União Soviética e da Iugoslávia é revelador da importância da questão espacial ou territorial. Este “território-centrismo” foi bem percebido pelo pensador político húngaro, István Bibó quem, em seu ensaio clássico “*A miséria dos pequenos estados da Europa oriental*” de 1946 afirmou:

*A precariedade da existência da nação e o efeito corrosivo dos litígios territoriais engendram uma concepção território-centrista que tão bem caracteriza a Europa central e oriental ...
[...] a prosperidade da nação está ligada ao seu estatuto territorial; aos olhos do cidadão, a realização dos sonhos da comunidade fundamenta-se, prioritariamente, na carta geográfica. (1946 [1986]: 186)*

Os mitos da “Grande Nação”, ou de uma situação ideal onde a totalidade dos membros de uma nação viveriam no interior de um mesmo Estado, e não em estados cujas fronteiras foram “injustamente” determinadas, seja nos tratados de Paris e de Trianon, ou nas conferências de Yalta e Potsdam, chocam-se com a realidade, onde minorias nacionais prolongam as fronteiras dos Estados. Segundo Stephane Pierré-Caps nem poderíamos falar de estados nacionais nesta região da Europa, mas de “Estados multinacionais”. Para este autor, observa-se, na atualidade o surgimento de um novo tipo de irredentismo de caráter cultural e/ou jurídico, que, diferentemente do militar, não pretende restabelecer a unidade territorial e nacional de um Estado-nação, mas a “*luta pela preservação de uma identidade comum da nação dividida por meios pacíficos, evitando alarmar a soberania do Estado vizinho*” (op. cit.: 53).⁷ Ou seja, trata-se, como já salientamos, não da reivindicação de soberania política sobre um dado território ou grupo populacional situado além das fronteiras políticas estabelecidas, mas do exercício do direito de *tutela* – algo que nem

⁷ Irredentismo era a doutrina política do nacionalismo italiano, que depois da unificação da Itália reivindicavam a anexação de territórios de língua italiana ainda não “liberados” do domínio austríaco.

sempre é bem recebido pelo Estado vizinho e que, e nunca é demais lembrar, já foi evocado em outros momentos da história recente centro-européia.

Os discursos dos dois chefes do governo húngaro, recuperados no início deste trabalho, são exemplos típicos deste tipo de “irredentismo”. No primeiro, aparece o mito da Grande Hungria, isto é, de uma nação de 15 milhões de pessoas, enquanto o segundo discurso traduz o sentimento de *responsabilidade* por parte de órgãos oficiais do Estado húngaro e uma preocupação com as minorias nacionais exógenas. Como mostra Pierré-Caps, o novo irredentismo não só aparece nos discursos oficiais e nas falas do senso comum, mas também em documentos jurídicos, como as Cartas Constitucionais e os acordos bilaterais entre as novas democracias da Europa central. Desta maneira, o primeiro parágrafo de artigo 6 da Constituição húngara, rejeita claramente qualquer tipo de demanda territorial:

A República húngara recusa a guerra como meio de resolver as diferenças entre as nações e abstém-se de recorrer ao uso da força ou à ameaça do uso da força contra a independência ou a integridade territorial de outros Estados. (artigo 6, § 1)⁸

Alguns parágrafos adiante, porém, ao falar sobre a preocupação do Estado húngaro pela sorte das minorias húngaras nos Estados limítrofes, a Constituição húngara se mostra jurídica e culturalmente irredenta:

A República húngara se considera responsável pela sorte dos Húngaros que vivem fora das suas fronteiras e favorece a manutenção das suas relações com a Hungria. (artigo 6, § 3)

A mesma dissociação entre cidadania e nacionalidade aparece de maneira interessante na lei LXXVII. de 1993 sobre “*Os direitos das minorias nacionais e étnicas*”, considerada uma das mais importantes do governo de József Antall. Formalmente, esta lei se dirige às minorias alógenas da Hungria (ciganos, sérvios, romenos, alemães, suábios, armênios, rutênios, eslovacos), mas é vista também, como um recado aos Estados vizinhos:

⁸ Cf. Página do governo húngaro: <http://www.meh.hu>

*O direito à terra natal significa não só a liberdade e a proteção do sentimento de apego ao lugar de nascença do indivíduo, mas também do apego ao lugar de nascimento e de habitação dos pais, dos pais adotivos, dos antepassados e ao país de origem, à sua cultura e às suas tradições.(artigo 3 § 4)*⁹

Em outros artigos desta lei, o governo húngaro se compromete a salvaguardar o direito à diferença e a prevenir todo tipo de discriminação contra as minorias presentes na Hungria (artigo 4, § 2), e também garante o direito destas minorias o relacionamento com as instituições públicas nacionais e locais e com as instituições homólogas da “nação-mãe” (artigo 14). Finalmente, no artigo 18, o governo húngaro se propõe a facilitar o acesso das minorias a programas de rádio e televisão em sua língua natal e às provenientes da “mãe pátria”.

Por mais que esta lei sobre “*Os direitos das minorias nacionais e étnicas*” se dirija às diferentes minorias existentes dentro das fronteiras do Estado húngaro, podemos claramente ver nela um recado aos países vizinhos, e também um incentivo às minorias húngaras destes Estados a reivindicarem direitos à cultura nacional de origem.

A análise comparativa das leis e constituições dos países da Europa central e oriental levada a cabo por Pierré-Caps mostra que este tipo de irredentismo jurídico e cultural está presente na legislação de quase todos os países da região. Assim, a constituição romena se mostra preocupada com as minorias romenas da Moldávia, a eslovena com as minorias eslovenas da Caríntia (Áustria), a macedônia e a albanesa com os macedônios e albaneses da Sérvia e Montenegro, etc. (Pierre-Caps, s.d.:53-58). É precisamente nestas manifestações do irredentismo constitucional que podemos perceber a “sobrevivência” ou, quem sabe, o “ressurgimento” do mito da Grande Nação, como também a dicotomia, ou a dissociação, das noções de “nacionalidade” e “cidadania”, que marcam tanto a relação entre os Estados da região, como o dia a dia das minorias nacionais e étnicas que prolongam as nações para além das suas fronteiras geográficas.¹⁰

⁹ Texto retirado da internet na página do HTMH (Határon Túli Magyarok Hivatala – Government Office for Hungarian Minorities Abroad), ligado ao governo húngaro:

<http://www.meh.hu/nekh/defhu.htm>

¹⁰ Devemos lembrar que o perigo do irredentismo estava previsto na antiga organização da Iugoslávia, quando aos húngaros da Voivodina e aos albaneses do Kossovo não lhes foi concedido o estatuto de “nação” – o que

A escolha pela Voivodina (Iugoslávia) e os húngaros aí presentes para a realização da pesquisa de campo deve-se, principalmente, ao fato de que, em função das guerras sucessivas e dos denominados “conflitos étnicos” na antiga Iugoslávia, o desencontro entre nacionalidade e cidadania ter se colocado de maneira mais explícita do que no caso de comunidades húngaras que se encontram nos outros países da Europa central.¹¹ Os conflitos entre minorias húngaras e as “nacionalidades envolvidas”¹² são evidentes e mais ou menos explícitos em outros territórios: a situação dos húngaros da Transilvânia e a hostilidade do Estado romeno contra esta significativa minoria tem ocupado, pelo menos desde o final da década de 1980 (ainda durante o regime socialista), parte do debate sobre os “húngaros além-fronteiras”. No entanto, o fato da Iugoslávia ter passado por sucessivas guerras civis que ganhavam parte de sua inteligibilidade em função da idéia de “minorias nacionais” fez com que a situação dos húngaros na Voivodina se tornasse especialmente interessante: trata-se de um contingente numérico relativamente pequeno, face à maioria sérvia da região (o “povo estatal”); tal contingente possui um referencial político e estatal forte – o Estado húngaro; e, sobretudo, não deve ter ficado passivo diante das transformações internas sofridas pela província nos últimos anos e diante da dramática situação que passou a assolar fundamentalmente a Bósnia-Herzegovina e o Kosovo (e também a Croácia e a Sérvia).

Cidadania e nacionalidade, húngaros além-fronteira, Estado, Nação/nação, nacionalismo, identidade, estes são os principais termos do debate sobre a nação na Hungria pós-socialista. Em vez de focar sobre o debate em si ou sobre como os termos são formulados e postos em circulação pelas novas elites (políticas e acadêmicas) da Hungria, a opção desta dissertação será debater os termos pelos quais a Hungria contemporânea está sendo “reimaginada”, justamente a partir das interpretações e

lhes daria os mesmos direitos que possuíam as outras nacionalidades da federação – mas sim o de “minorias étnicas”. Tratava-se, evidentemente, da tentativa de evitar o desejo de união política desta minoria com o Estado vizinho ou de criar uma nova República húngara ou albanesa quando esta já existia.

¹¹ Dos 2 milhões de habitantes da Voivodina, 16,9%, ou seja, aproximadamente 350.000, definiram-se como húngaros; 59,4% como sérvios; 4,9% como croatas; 3,2% como eslovacos; 1,9% como romenos; 0,2% como alemães e os 13,5 restantes constam como outros provavelmente ciganos, albaneses de Kosovo, montenegrinos, macedônios (Kocsis, 1993: 11). Os dados são do censo realizado em 1991 e provavelmente sofreram modificações significativas como consequência das migrações e transferências populacionais provocadas pelas guerras da Croácia, Bósnia-Herzegovina e Kosovo. Não há, contudo, dados mais recentes.

¹² Trata-se de um termo não utilizado normalmente: fala-se de “nacionalidade estatal” ou “demograficamente dominante”, entre outras expressões. Sobre a noção de “povo estatal”, ver Hannah Arendt (1990: 301).

experiências de um grupo de húngaros além-fronteira, grupo este que ocupa um lugar central no debate sobre a nação.

Os diferentes conflitos armados que assolaram a antiga Iugoslávia desde 1991 – conflito entre a Sérvia e a Croácia, guerra da Bósnia-Herzegovina, guerra do Kossovo – interferem necessariamente na experiência diária das comunidades húngaras ali presentes, fazendo com que a “questão nacional” se coloque de maneira bem mais aguda do que para outras minorias em outros Estados.

É importante lembrar que alguns dos problemas atuais têm a sua origem em 1988, com a ascensão de Slobodan Milošević, quando as autoridades iugoslavas decidiram acabar com a autonomia das províncias sérvias da Voivodina e do Kossovo. Na prática, isto significou, entre outras coisas, o fim das escolas em língua húngara e dos programas de televisão e de rádio dirigidos aos húngaros e às outras minorias étnicas presentes na província (Romsics, 1998:344).

Como foi vivido pelos húngaros da Voivodina as crescentes agressões ao seu estatuto político e aos seus direitos como “minorias nacionais”? Qual teria sido entre eles o impacto da “política do medo”, vitoriosa na Bósnia-Herzegovina (Thomaz, 1997)? Qual a relação que este grupo estabelece com a maioria sérvia? Como se concretiza o multilingüismo na vida cotidiana das pessoas? Seria a maioria sérvia ameaçadora no contexto local? Como se reproduzem as relações entre famílias, amigos e vizinhos numa situação de tensão crescente? O que faz com que uma comunidade formada por um total de 350.000 indivíduos possua cinco partidos húngaros? Em que medida a presença de um referencial político estatal forte como o estado húngaro interfere na dinâmica local? Por fim, de que forma as noções de tempo (história) e espaço (geografia política) se atualizam nas redefinições constantes dos termos a partir dos quais as distintas comunidades nacionais são incorporadas no jogo de poder local, regional e nacional?

Estas são as perguntas que me orientaram ao longo da pesquisa e da escrita desta dissertação de mestrado. Se não consegui responder parte delas de maneira satisfatória, estou certo de que o trabalho que ora apresento abrem perspectivas de novas buscas que terão continuidade no futuro.

MÉTODOS

A pesquisa que realizei entre agosto de 2001 e janeiro de 2002 teve quatro etapas: a primeira em Budapeste, onde fiz um levantamento bibliográfico e onde pude acompanhar o debate sobre a “lei status”. Dali segui para Csantavér (Чантавир ou Čantavir em sérvio)¹³ e Maradék (Марадик ou Maradik), duas vilas na Voivodina (Iugoslávia) e, finalmente, orientado pelos próprios nativos, passei uma curta temporada fazendo pesquisa no Arquivo Episcopal da cidade de Kalocsa, no sul da Hungria (*Kalocsai Érsekségi Levéltár*), e no Arquivo Histórico da cidade de Szabadka (Суботница ou Subotica), na Iugoslávia (*Szabadkai Történelmi Levéltár - Istorijski Archiv Subotica*).¹⁴

Além das entrevistas aos moradores das duas vilas sempre procurei participar da vida comunitária e nos trabalhos coletivos. Desta forma, em Csantavér me vi ajudando na colheita de milho, quebrando nozes ou carregando sacos de 50 quilos de trigo. Em Maradék, acompanhei um grupo de jovens na sua viagem para um festival de dança em Nagybecskerek. Naquela vila, após uma entrevista “frustrada”, na qual um grupo de nativos conseguiu reverter os papéis e me entrevistar sobre o trabalho do pesquisador e sobre a teoria antropológica, fui convocado a ir com Pali Bácsi para a aldeia vizinha, Satrinca, para ser o seu ajudante na matança de porcos. “*Já que vocês antropólogos observam participando, venha me ajudar com duas belezas de 200 quilos*”. Em situações como esta, o próprio pesquisador foi visto como um ser exótico, um húngaro morador de uma “terra de índios selvagens e canibais” e que está pesquisando os húngaros da Voivodina. Em Csantavér, um grupo que sabia de minhas limitações com a língua sérvia e dificuldades com o alfabeto cirílico, decidiu me testar: pediram para que eu assistisse junto com eles um

¹³ Devido ao caráter heterogêneo da Voivodina, a maioria das localidades multiétnicas podem ter até 3 ou 4 denominações diferentes, como por exemplo, é o caso da capital de província Нови Сад ou Novi Sad, Újvidék em húngaro e Neuschatz em alemão. No caso de aldeias com presença de populações nativas húngaras usei o nome húngaro em primeiro lugar, indicando entre parêntese nome oficial das localidades, ou seja, o nome sérvio, em alfabeto cirílico e sua transcrição para o alfabeto romano, que seria o equivalente ao servo-croata, língua oficial da antiga Iugoslávia. Na ausência ou desconhecimento das denominações húngaras usei o nome oficial em sérvio cirílico e entre parêntese a transcrição para o alfabeto romano.

¹⁴ Além destes 5 locais, palcos principais da pesquisa, realizei observações valiosas durante algumas estadias curtas em outras localidades da Voivodina e da Sérvia, como Вишњевац (Višnjevac), Бачко Дупаново (Bačko Dušanovo), Нови Жедник (Novi Žednik), Nagybecskerek (Зрењанин ou Zrenjanin), Muzslya (Муџлија ou Mužlja), Feketics (Фекетић ou Feketić), Крушедол Село (Krušedol Selo), Satrinca (Шатринци ou Šatrinici), Инђија (Indija), Újvidék (Нови Сад ou Novi Sad) capital da província e Београд (Beograd), capital da Iugoslávia.

canal de TV de Belgrado, que passava filmes e seriados nas línguas originais legendados no alfabeto cirílico. De repente, para provar que entendia português, me vi traduzindo as falas da Vera Fisher na novela *Laços de família*. Os húngaros de Csantavér conseguiram em um mês e meio o que meus amigos da universidade brasileira em vão tentaram durante os 4 anos da graduação: vencer minha resistência para com as telenovelas brasileiras.

Já no começo da pesquisa de campo percebi nas entrevistas e conversas a importância que se dava à história para definirem a situação atual deles na Iugoslávia. Foi a percepção desta preocupação com o passado que me levou a fazer uma incursão nos arquivos históricos de Kalocsa e Subotica.

Para finalizar, gostaria de explicitar algumas opções epistemológicas.

Num artigo crítico sobre regionalismos, Pierre Bourdieu alertou para o perigo da fixação e reificação das representações sobre a região, tanto por parte de “regionalistas” – e aqui creio que podemos aplicar a crítica do autor para “lutas representacionais” entre nacionalistas – como por parte de cientistas, sejam eles geólogos, geógrafos ou cientistas sociais (Bourdieu, 1980). Considero que representações como “Europa Central”, “*Mitteleurope*” “Leste Europeu” ou “Europa Central e Oriental” passaram por este processo de fixação a partir do período em que a região em questão teve que ser redefinida em função do desmoronamento dos três impérios multinacionais – o Russo, o Otomano e o Austro-húngaro – que a dividiram até o início do século XX. Antes de representações geográficas, trata-se de conceitos ligados a projetos políticos tais como os diferentes projetos da unidade alemã, a Guerra Fria ou no período atual a entrada dos países do leste na União Européia.¹⁵ Como não é meu propósito aqui entrar na discussão acerca das conotações históricas e políticas de cada denominação optarei por usar essas representações indiscriminadamente e, para lembrar o alerta de Bourdieu, mesmo sabendo que isto não vai resolver o problema - pois não se trata de negar processos sociais ou históricos comuns aos países do leste, tais como a experiência socialista, por exemplo - optei por criar um estranhamento ortográfico, usando as denominações sempre em letra minúscula.

¹⁵ Como mostrou Böröcz na sua análise dos “*euodiscursos*”, Europa acabou virando sinônimo de União Européia, ou seja, dos países da Europa ocidental. A partir daí, o “Leste”, usado na retórica da ampliação da União, torna-se o que Edward Said denominou de “dispositivo orientalista” onde “Leste Europeu” ganha a conotação de ‘não-europeu’ ou ‘menos europeu’ (Böröcz, 2002; Said)

No decorrer do texto encontrei uma outra dificuldade relativa ao uso categorias do sistema classificatório da Iugoslávia socialista. Em um contexto diferente e distante, porém igualmente tenso, Vincent Crapanzano (1987) se deparou com um problema teórico e moral (e etnográfico) colocado pelas categorias raciais do sistema classificatório sul-africano. Apesar de sua rejeição contundente ao *apartheid*, o autor se viu obrigado a reproduzir categorias como branco (*white*), negro (*black*) ou mestiço (*coloured*). Enfrentar-se com a antiga Iugoslávia nos expõe a um problema semelhante, que diz respeito às categorias usadas para distinguir as nacionalidades (*narod* era o termo em servocroata) das minorias nacionais (*narodnosti*) da ex-Iugoslávia que, no período socialista, contava com seis estados federados (Eslovênia, Croácia, Bósnia e Herzegovina, Sérvia, Macedônia e Montenegro). Cada um destes estados federados era, pelo menos teoricamente, dominado por uma nacionalidade soberana – Eslovenos, Croatas, Muçulmanos, Sérvios, Montenegrinos e Macedônios. A escrita das nacionalidades com letras maiúsculas e das minorias (húngaros, albaneses, romenos, eslovacos, etc.) com minúsculas,¹⁶ é hoje consensual na vasta literatura sobre a Iugoslávia, mesmo apesar do processo atual de reconfiguração desse sistema classificatório do período socialista.¹⁷ Desta forma, acredito que manter o uso diferenciado de maiúsculas e minúsculas, além de recriar um sistema classificatório, pode contribuir para a naturalização das hierarquias entre nacionalidades que, hoje em dia, não dividem mais o mesmo estado. Acaba por legitimar, por fim, um regime totalitário, sugerindo seu sucesso na superação de “ódios ancestrais” (uma outra naturalização freqüente em relação à Iugoslávia) que arrebetaram o país.

PERCURSOS

Este projeto de pesquisa nasceu, sobretudo, de uma experiência pessoal, que teve seu início com a minha vinda ao Brasil. Foi este distanciamento da Hungria que me

¹⁶ Os muçulmanos da Bósnia foram considerados, entre 1945 e o início dos anos 70, ora como uma coletividade religiosa (opondo-se, assim, aos “católicos da Bósnia” e aos “ortodoxos da Bósnia”), ora como uma minoria nacional (em oposição aos Croatas e aos Sérvios) e, portanto, o termo se escrevia com ‘m’ minúsculo. Nas reformas constitucionais do início da década de 1970, os “muçulmanos da Bósnia” passaram a ser considerados como uma nacionalidade a mais e passaram a ser, assim, definidos como “Muçulmanos”.

¹⁷ Textos publicados no Brasil acabaram aderindo a este consenso. Ver, por exemplo, os artigos publicados no dossiê Bósnia-Herzegovina de *Novos Estudos Cebrap*, n. 47, 1997.

permitiu fazer a pesquisa na Voivodina e depois voltar o olhar para os termos do debate nacional húngaro.

A pesquisa significou, ainda, um reencontro com a minha experiência familiar. Dois dos meus bisavôs lutaram na I Guerra Mundial como oficiais húngaros do exército “*k und k*”, do Império Austro-húngaro.¹⁸ Segundo a lenda familiar, após a guerra, meu bisavô materno voltando para Mohi (Mohovce, na atual Eslováquia), sua vila natal, encontrou-se em um país novo – a Tchecoslováquia. Quando se apresentou ao exército, foi rebaixado de médico oficial a soldado comum, porque os húngaros não podiam ser oficiais no exército tchecoslovaco. Pegou então o seu diploma de medicina e atravessou o Danúbio a nado para acompanhar o deslocamento das fronteiras. Endre Basch, meu bisavô paterno, *judeu assimilado*, teve a mesma sorte. Seu Csantavér natal passou a fazer parte do Reino Sérvio-Croata-Esloveno. Anos depois de ter se instalado em Budapeste, talvez por causa da política anti-semita do Estado húngaro ou por causa da perseguição dos membros do partido comunista clandestino, se viu obrigado a partir para o exílio em Bruxelas, de onde partiu junto com a mulher e seu filho (minha bisavó e meu avô) para lutar na Guerra Civil da Espanha. Derrotados na Espanha, meu avô e minha bisavó voltaram para a Bélgica onde participaram da resistência antifascista. Após a II Guerra, fiéis à Hungria e iludidos com as possibilidades de mudança, os dois decidiram voltar primeiro para a Iugoslávia e depois para a Hungria, fixando-se em Budapeste.

A pesquisa entre os húngaros de Csantavér significou assim, um reencontro com uma parte desta história. Ali pude perceber como para alguns dos moradores da vila o meu nome soava familiar e mas também provocava um estranhamento. Acreditava-se que a trajetória dos Basch e das outras famílias judias da vila terminou em 1944, ano no qual os judeus da vila foram levados para o gueto de Subotica e dali deportados para a Alemanha.

Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que a “questão judaica” está longe de ser um capítulo fechado da história centro-européia e hoje em dia podemos presenciar a volta do anti-semitismo, que tristemente voltou a formar parte dos “debates nacionais”, onde os judeus - reais, imaginados ou reinventados - são novamente acusados de traição à causa nacional, o que de certa forma acaba invertendo o desencontro entre nacionalidade e

¹⁸ *k und k* quer dizer *kaiser und könig*, ou seja, “imperial” e “real”.

cidadania relativo aos húngaros além-fronteira, que, formalmente cidadãos estrangeiros são incorporados ao corpo nacional húngaro. Tentarei recuperar o tema nas considerações finais, a partir do debate provocado pela premiação de Imre Kertész, um escritor húngaro de origem judaica.

Na primeira parte da dissertação, procurarei explorar as questões relativas ao desencontro entre nacionalidade e cidadania entre húngaros de duas vilas da Voivodina. No primeiro capítulo, tentarei mostrar como os húngaros de Csantavér e Maradék vivenciam tal desencontro a partir de suas interpretações dos acontecimentos do “11 de setembro” e das lembranças dos bombardeios da OTAN na Sérvia.

No capítulo segundo e terceiro retomarei as tensões entre cidadania e nacionalidade a partir de textos jurídicos como algumas constituições e leis relativas a minorias exógenas, em especial, a “lei de status”, aprovada em 2001, cuja pretensão foi justamente complementar os artigos da Constituição húngara acima citados e oferecer direitos e privilégios aos húngaros além fronteiras em função de sua nacionalidade. Ao mesmo tempo, os debates sobre a lei entre os próprios contemplados e as suas reações frente às câmaras de uma antropóloga revelam as diferenças entre as várias concepções sobre a nacionalidade, tema dos capítulos 4 e 5.

Na segunda parte, centrar-me-ei no cotidiano das duas vilas nas quais fiz pesquisa de campo, abordando seus mitos de origem e suas reflexões sobre a história e o sistema classificatório locais. Tentarei mostrar como os três pontos constituem o que Bourdieu chamaria de “luta por classificações”, luta esta, que gira em torno de categorias como “nativos”, “assentados”, “refugiados”, etc., e que ganha inteligibilidade a partir dos conflitos que tiveram lugar na Iugoslávia na década de noventa.

Veremos que a oposição entre “nativos” e “assentados”, para além de atualizar um debate político que encontra na questão judaica sua faceta radical, constitui uma forma privilegiada de afirmar concepções de tempo e espaço que, recuperando os termos do clássico ensaio de Istvan Bibó, revela a miséria dos pequenos estados da Europa oriental.



Mapa 1 – Sérvia e Montenegro



Mapa 2 – O Império Austro-húngaro em 1914

Mapa 3 – A Hungria antes e depois dos tratados de Trianon

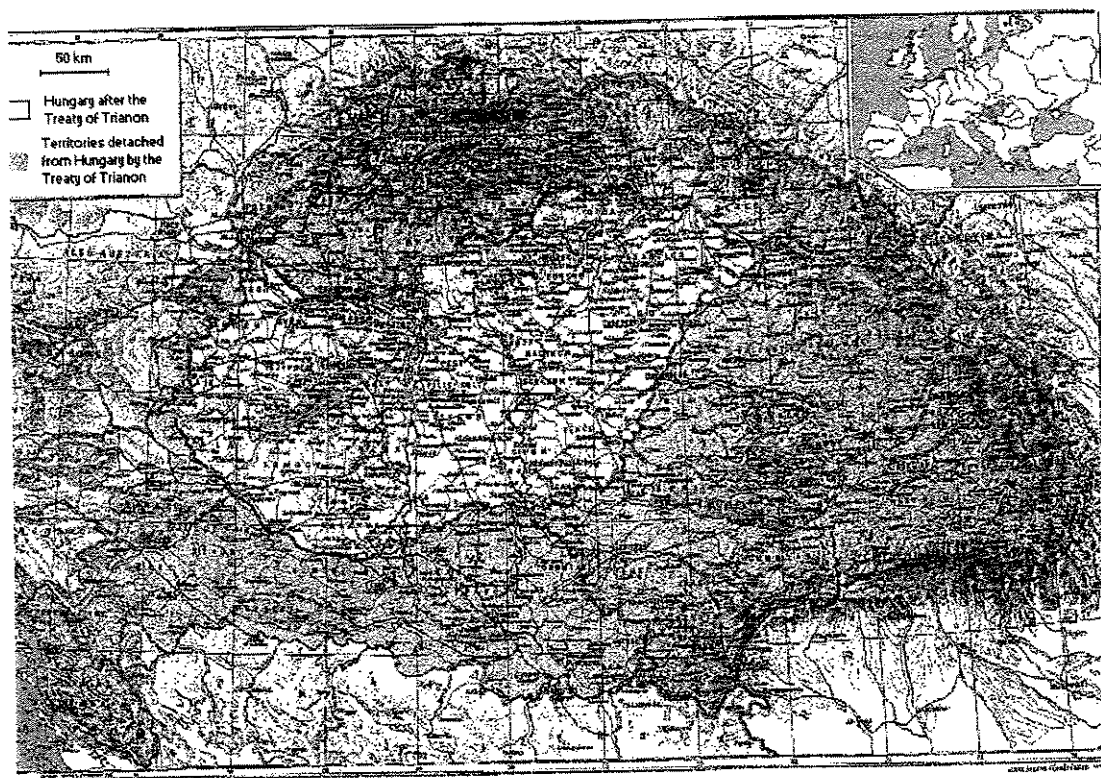




Figura 1 – Carteira do exército “k und k” de Endre Basch

Parte I – ENCONTROS E DESENCONTROS: NACIONALIDADE E CIDADANIA

*Sou húngaro. A minha índole é grave,
Como os primeiros sons de nossos violinos.
O sorriso às vezes me aponta nos lábios,
Mas é raro ouvir-se o meu riso.
Quando o prazer melhor me cora as faces,
De tão disposto, desato a chorar,
Mas no tempo da mágoa meu rosto é alegre,
Pois não quero que tenhais pena de mim.*

Sándor Petőfi, poeta romântico húngaro de meados do século XIX

*Fita ora o Ocidente, ora, de olhos enevoados, o Oriente, que
ficou para trás, o húngaro, ramo arrancado e desirmanado
de sua estirpe.*

Mihály Vörösmarty, poeta romântico húngaro de meados do século XIX

CAPÍTULO 1 – O 11 DE SETEMBRO: PERTENÇA NACIONAL E CONFLITOS (PRÓXIMOS E DISTANTES)

Cheguei na cidade de Szabadka (Subotica ou Суботица)¹⁹ para iniciar minha pesquisa de campo em um dia frio de outono, cuja data se tornaria célebre logo depois e lembrada até os dias atuais como uma das justificativas de uma possível guerra dos Estados Unidos da América contra o Iraque. Era a madrugada do dia 11 de setembro de 2001, e a cidade ainda acordava. Alojiei-me no ПАТРИА ХОТЕЛ (Hotel Pátria) – nome um tanto irônico se temos em conta que estamos numa região onde vivem ou viviam sérvios, húngaros, croatas, montenegrinos, eslovacos, romenos, rutênios, ucranianos, alemães, judeus, ciganos, albaneses e *bunjevats*²⁰, e que já foi dominado pelo reino da Hungria, pelos Impérios Otomano e Austro-húngaro e chegou a fazer parte da esfera de influência do Terceiro Reich e da União Soviética.²¹

Após esta imensa lista de classificações “nacionais”, fica a pergunta: afinal de contas, pátria para quem?; ou, pátria de quem?

¹⁹ *Subotica* em servo-croata e *Суботича* em sérvio; utilizarei a denominação húngaro e sérvia, na mesma forma que os habitantes do local.

²⁰ Em relação aos *bunjevats* e aos rutênios há grandes controvérsias na literatura etnográfica centro-européia. Alguns autores incluem os *bunjevats*, junto aos *shokats*, entre os croatas. Os dois grupos teriam migrado da Dalmácia e da Herzegovina por causa do avanço turco-otomano nos séculos XVI e XVII. Para outros autores, os *bunjevats* seriam de origem sérvia, mas de religião católica e fala croata. Já os rutênios seriam ucranianos assentados nos séculos XVIII e XIX nas regiões sub-povoadas do Império Austro-húngaro.

²¹ Esta sucessão de impérios, influências e hegemonias, para além do controle dos territórios e na dominação das populações ali presentes, significou também mudanças nos sistemas classificatórios locais e nas hierarquias entre os vários grupos da população. Em diferentes contextos históricos, poder-se-ia aplicar uma noção pouco explorada na literatura sobre a região: “situação colonial” (Balandier, 1963). Desta perspectiva, podemos perceber que a administração dos territórios não-muçulmanos no interior do Império Otomano aproxima-se a uma “administração indireta” (*indirect rule*) – estratégia administrativa que serviu de modelo, sobretudo, para o império colonial britânico (cf. Mamdani, 2001:24-26 e Thomaz, 2002:20), onde o poder foi transferido às elites locais, principalmente às elites eclesiásticas. No caso dos Bálcãs, o território foi dividido em *millets*, administradas pelas igrejas conforme a religião predominante de cada unidade. Em outro plano, as vilas e cidades eram administradas por lideranças locais que serviam de intermediários entre autoridade central do Império e as populações locais (Romsics, 1998:45-51; Jelavich, 1996:53-64). A presença do Império Habsburgo foi progressivamente bem mais efetiva, aproximando-se, em alguns momentos, à *assimilation*, política colonial francesa (Thomaz, 2002:20). No que se refere à Voivodina, a administração era direta, por meio de funcionários do império. Além disso, imperadores como Maria Teresa (1740-1780) e José II (1780-1790) promoveram um processo de “germanização”, tornando o alemão língua oficial em todo o Império e favorecendo uma entrada expressiva de colonos nos territórios “reconquistados” ao Império Otomano. Tratava-se de populações católicas, principalmente alemães, mas também rutênios e eslovacos, fiéis ao imperador católico de Viena e que faziam frente às pretensões húngaras na Voivodina. Estas e outras relações possíveis com os espaços coloniais deverão ser exploradas detalhadamente em trabalhos futuros.

A própria imagem do centro da cidade representava bem a sucessão vertiginosa de épocas e a presença de diferentes grupos. O hotel em si lembrava tempos recentes, construído no melhor estilo socialista-realista, hegemônico no período da Guerra Fria, e até alguns anos atrás sua fachada provavelmente exibia uma estrela vermelha. Se nos dias atuais o nome pode nos parecer irônico – ou pode soar a um certo atavismo –, na época da *Grande Iugoslávia* certamente não o era.²² O mais provável é que o nome do hotel fosse consequência da extinta ideologia oficial de um certo “multiculturalismo” ou pan-nacionalismo socialista: trata-se de um hotel que, como tal, recebe pessoas “de fora”, mas que é chamado de “Pátria”, ou seja, um lugar no qual todos os visitantes provenientes de outras localidades da Voivodina e das outras repúblicas e províncias, sérvios, croatas, bósnios, macedônios, montenegrinos, rutênios, alemães, eslovenos ou albaneses poderiam se sentir em casa. Estávamos, supostamente, numa Iugoslávia que deveria ser “para todos”.

Soube mais tarde que o letreiro do hotel estava escrito em alfabeto latino e que tinha mudado recentemente com a “*extinção da língua servo-croata*” – expressão usada pelo jornalista nas proximidades do hotel. É interessante pensarmos sobre os significados possíveis desta mudança na escrita, ao mesmo tempo acompanhada de uma continuidade, a saber, a manutenção do nome “Pátria”.

Certamente, para alguns, *Pátria* representa os “tempos de Tito”, lembrados hoje como prósperos e pacíficos, em que a Iugoslávia – que, diferentemente dos outros países do bloco socialista, fora libertada do domínio nazista pelos *partisans* sem a ajuda externa do Exército Vermelho –, podia ser partilhada por todos. Foi precisamente nesta chave que a mídia oficial iugoslava interpretou inicialmente o conflito entre a Croácia e a Sérvia em 1991 (Grandits & Pomitzer, 2000: 136). Como mostraram Grandits e Pomitzer, a oposição entre “sérvios x croatas” foi rapidamente transformada numa oposição “*partisans* x separatistas”, e é justamente a partir desta transformação que podemos pensar numa ressignificação do nome do hotel de Subotica. Enquanto os *partisans* representavam uma Iugoslávia unida, ou seja, uma *Pátria* teoricamente para todas as nacionalidades e minorias, os sérvios da segunda oposição defendiam a *Патрија*: uma “Grande Sérvia”, que deveria

²² Este é o termo usado pelos entrevistados quando se referiam à Iugoslávia socialista da época de Tito (1945-1980). No período da pesquisa, a denominação utilizada era de *Pequena Iugoslávia*, ou seja, aquela posterior à separação da Eslovênia, Croácia, Macedônia e Bósnia na década de 90 e que compreende as províncias da Voivodina e do Kossovo e as duas repúblicas que permaneceram federadas, a Sérvia e Montenegro. Em 2002, o nome do país mudou uma vez mais, desta vez para *Federação da Sérvia e Montenegro*.

reunificar todos os territórios com presença de populações sérvias frente aos secessionistas croatas que teriam proclamado uma independência ilegítima.²³

A brincadeira do jornaleiro (que se definiu como húngaro) referia-se, assim, ao fato da língua servo-croata, escrita no alfabeto latino diferentemente do sérvio escrito em cirílico, ter sido a língua oficial da Iugoslávia socialista. Tratava-se de uma combinação de todas as variantes regionais do sérvio e do croata, duas línguas muito semelhantes entre si (se é que diferentes). Durante mais de 40 anos de socialismo, a ideologia oficial do estado iugoslavo procurou enfatizar as semelhanças entre as duas línguas, mas logo depois da explosão da guerra entre a Sérvia e a Croácia, o governo da nova Croácia independente liderada por Franjo Tudjman fez circular um vocabulário com as palavras que deveriam substituir aquelas compartilhadas por todas as variantes da língua comum, principalmente para palavras de origem turca ou árabe. Um dos elementos que caracterizou este processo de (re-) invenção da língua croata foi a construção de neologismos, como mostra bem o exemplo de *brzoglas* (voz rápida) para telefone, que antes era denominado de *telefonija* (Denich, B. 2000:55 e Hammel, 2000:25).²⁴

Na Bósnia, onde após um plebiscito realizado em 1995 os dois alfabetos, o romano e o cirílico, foram reconhecidos oficialmente, foi observado um processo semelhante: a população sérvia atualmente está resgatando a variante *ekaviana*, falada na Sérvia, em detrimento da *ijekviana*, comum às três nacionalidades (sérvios, croatas e muçulmanos) antes da guerra. Já os muçulmanos estariam optando pela introdução de palavras árabes para substituir termos servo-croatas. Este é o caso de *shahid* (mártir), termo do Alcorão, em vez de *junok*, o equivalente servo-croata (Petrović, 2000:175). Por fim, em 1996 foi criada

²³ A independência da Croácia significou uma mudança importante para as populações sérvias da região das Krainas: de “nacionalidade” passaram a ser “minorias nacionais”. A defesa promovida por Belgrado dos sérvios da Croácia e, alguns anos depois, em 1999, dos sérvios do Kosovo, justificou-se ora tendo como pretexto a defesa de minorias sérvias subitamente desterritorializadas, ora em nome desta “Grande Sérvia”.

²⁴ A discussão sobre as línguas e dialetos da ex-Iugoslávia é imensa. O caso croata deve ser considerado uma exceção ao movimento descrito por Benedict Anderson (1983) sobre a estandardização das línguas nacionais através da fixação da língua falada nos centros políticos e culturais onde surgiam os projetos nacionais. O movimento Ilírico, versão croata do paneslavismo, liderado por Ljudevit Gaj, optou por basear a língua croata no dialeto *štokaviano*, falado na Dalmácia, região da Fronteira Militar controlada pela Áustria e na Eslavônia, e não o *kajkaviano*, falado em Zagreb, centro cultural e político. Como o objetivo era a criação de uma Croácia através da unificação de territórios controlados pelo Reino da Hungria, pela Itália e pela Áustria, temia-se a não adesão dos falantes do *štokaviano* ao projeto. O *štokaviano* foi tomado como base tanto do bósnio como do sérvio, a diferença é que os sérvios optaram pela variante *ekaviana*, enquanto que os croatas pela variante *ijekviana*. (Despalatović in Halpern & Kideckel, 2000:93).

uma comissão na Sérvia para codificar e formalizar a língua sérvia e definir a nova ortografia, denominada de *Belgrade-Niksić* (idem:174).

Devemos ter presente que este tipo de processo não é particular da ex-Iugoslávia, pois foi e está sendo observado em outros contextos tais como, por exemplo, a Bielorrússia e a Ucrânia. Estes países de língua eslava remanescentes da antiga União Soviética e cujas populações estiveram expostas à “russificação” que atingiu, em maior ou menor medida, a totalidade das 15 repúblicas soviéticas, assistem processos (promovido com entusiasmo por alguns grupos e vividos com apreensão pelas novas “minorias”) de (re-) invenção de línguas nacionais, o bielorrusso e o ucraniano. A lógica da transformação – que implica numa intervenção profunda no sistema de ensino e em todas as instituições públicas, nos meios de comunicação, etc. – obedece o propósito de diferenciação destas (novas) línguas com relação ao russo, língua eslava há muito hegemônica na região²⁵. Lembremos ainda a reforma (invenção) do romeno no final do século XVIII, que envolveu, além da troca da escrita em alfabeto cirílico pelo romano, uma “latinização” do vocabulário e da gramática da língua romena (Romsics, 1998:92-93).²⁶

Na sua análise sobre “o drama iugoslavo”, Ivan Ivekovic, incorporando os termos analíticos e descritivos utilizados por Peter Gay para compreender a “histeria nacionalista” que precedeu a I Guerra Mundial, retoma a idéia freudiana do “narcisismo das pequenas diferenças” (Ivekovic, 1997:55; Gay, 1995: 515-528), para mostrar como, no caso iugoslavo, as “diferenças” podem ser usadas tanto para legitimar uma “comunidade de destino dos povos eslavos do sul” (Jovanovic, 1995) – este é o caso do movimento paneslavista no século XIX ou do socialismo iugoslavo baseado na idéia da “fraternidade e unidade” – como para reivindicar a independência política – o que fica evidente nas listas de palavras croatas que circularam durante a II Guerra Mundial e que foram recuperadas em tempos recentes. O caso iugoslavo é revelador de como estes processos podem ser rapidamente naturalizados, mas também podem se desfazer a qualquer momento, tornando

²⁵ Entre os falantes de ucraniano e bielorrusso parece haver uma relação curiosa: certa vez, uma senhora ucraniana, ferrenha defensora da singularidade da língua ucraniana diante do russo, quando indagada sobre o bielorrusso, afirmou: “a dúvida é se o bielorrusso é realmente uma língua. *Eles* não têm língua própria”.

²⁶ É impressionante como, na atualidade, a idéia de que o romeno é uma “língua latina” foi naturalizada (particularmente nos países “latinos”): para além de muitos falantes do português, castelhano ou catalão afirmarem compreender o romeno “perfeitamente” (sem nunca terem sequer escutado esta língua), sua origem “latina” sugere, ainda, uma relação *direta* e *contínua* com o império romano, o que certamente constitui uma “mitologia nacional”.

impossível a consideração da língua como critério objetivo da identidade.²⁷ Semelhanças e diferenças ganham um peso maior dependendo do contexto histórico e político e podem promover tanto a unificação como o separatismo e fragmentação (Thomaz, 1997:8).²⁸

Mas, voltemos a Subotica. Saindo do centro, do outro lado do hotel, os conjuntos habitacionais lembram o período socialista: prédios cinzentos de cinco ou dez andares, do mesmo estilo daqueles que podem ser vistos até os dias atuais nos subúrbios da Berlim reunificada e em outras capitais do antigo bloco soviético, tais como Budapeste, Praga, Bucareste e Sófia. Em Subotica, as pichações nos prédios ainda sinalizam os tempos conturbados dos anos 90. Os muros estavam cheios dos símbolos da OTPOR/OTPIOP (“resistência”), movimento estudantil fundado nas universidades de Belgrado em 1998 pelos mesmos jovens que, alguns anos antes, tinham organizado os concertos de rock contra as guerras na Croácia e na Bósnia e que, entre 1996 e 1997, saíram para as ruas quando Slobodan Milošević anulou os resultados das eleições municipais, nas quais seu partido – o SPS – fora derrotado. No início, o movimento protestava contra a Lei das Universidades – que, na prática, abolia a autonomia universitária – e contra a Lei de Informação Pública, cujo objetivo era inviabilizar e ilegalizar qualquer tipo de mídia independente do governo Milošević (Požun: 2001). Durante as eleições gerais, o movimento fez a campanha *Готов Је* (*Gotov Je*), que em sérvio significa “Ele está acabado”, ajudando os partidos da oposição à Milošević a vencerem as eleições gerais no ano 2000. Hoje em dia, o slogan do movimento é um recado aos partidos do novo governo democrático: *Samo vas Gledamo* (“Estamos de olho”).²⁹

²⁷ Cabe acrescentar que, ao contrário do sérvio, croata, esloveno e macedônio, todas línguas do mesmo tronco lingüístico (o eslavo) e inteligíveis entre si, o húngaro, o albanês, o romani (falado pelos ciganos) e o alemão (entre outras) constituem uma exceção nesta rede de diferenças mínimas e a sua relação com as línguas anteriormente citadas é de ininteligibilidade mútua.

²⁸ Neste ponto, talvez possamos pensar nas línguas faladas na Espanha, ou na Península Ibérica como um todo, como análoga à relação entre as línguas da ex-Iugoslávia. Certamente, o que hoje constituem idiomas com fronteiras claramente delimitadas – o português, o galego, o castelhano e o catalão (cada uma destas línguas com um sem fim de variantes, para não falarmos do bable, do leonês, do mirandês e do aragonês) – poderiam ser incorporados numa grande região lingüística de intercomunicação (o basco, a única língua não latina da região, constitui uma exceção). Não é banal que Dom Quixote, em sua viagem à Catalunha, não manifeste nenhuma dificuldade de compreensão da “bela língua local”, adotando uma atitude dificilmente observável entre os castelhanos nos dias atuais. Da mesma forma, é surpreendente como em Praga, os tchecos, tão dispostos a se expressar em inglês ou alemão e que afirmam compreender com facilidade o russo e o polonês, manifestem, na atualidade, uma grande dificuldade com relação ao eslovaco...

²⁹ O DOS (*Demokratska Opozicija Srbije* – Демократска Опозиција Србије – Oposição Democrática Sérvia, uma coligação de partidos liberais, conservadores e social-democratas) ganhou as eleições com 43,9% dos

Também havia pichações de apoio ao SPS/СПС (*Socijalistička Partija Srbije* ou Социалистичка Партија Србије – Partido Socialista Sérvio), partido do ex-presidente Slobodan Milošević, e a grupos de música, como por exemplo *Laibach*, banda eslovena de rock industrial com músicas que giram em torno da temática da guerra que, em 1994, lançou o disco intitulado *NATO*, ou então *Colonia*, grupo croata de *turbo-folk*, estilo de música *techno* com elementos tradicionais ou folclóricos.

Caminhando em direção ao centro, nos encontramos rapidamente num ambiente imperial, com claras referências à época em que a cidade pertencia ao Império Austro-húngaro e, em homenagem a imperatriz, tinha o nome de *Maria Theresiopolis*. Os edifícios da praça central, tais como o teatro da cidade ou o prédio da prefeitura, construídos na virada do século no estilo classicista, nos remetem a esta época, assim como o prédio central da praça que, além da prefeitura, abriga o Arquivo Histórico da Cidade, o Museu de Etnologia, uma galeria com exposições de arte e um McDonald's no subsolo. Outro lugar que evoca a era imperial é o café *Antiquarium*, nas proximidades da estação de trem. Ali é realizada uma feira onde as pessoas se reúnem para trocarem e venderem objetos, fotos, cartões postais e mapas antigos, nas palavras felizes de György Szerbhorvát: “vende-se a monarquia, aquilo que é de todos e não é mais de ninguém” (2000:178).³⁰

Uma vez instalado na Партија dei uma primeira volta pela cidade. Ainda preso às representações que circulam na Hungria sobre o espaço além-fronteira,³¹ tive a minha primeira surpresa quando percebi que nas ruas só se ouvia a língua sérvia e que, a primeira vista, ninguém falava em húngaro. Tal evidência parecia contradizer os dados do censo de 1991, segundo o qual quase 40.000 dos 100.000 habitantes da cidade se definiu como húngaro (Kocsis & Kocsis-Hodosi, 1998:144). Saliente-se que esta porcentagem leva em

votos frente ao SPS e JUL (*Jugoslovenska Levica* – Југословенска Левица – Esquerda Iugoslava), partidos de esquerda que representam a continuidade com o regime anterior e que conseguiram 32,9% dos votos.

³⁰ O autor da frase é um dos poucos escritores húngaros da Voivodina que continuaram na província durante a década de 1990. Szerbhorvát é um pseudônimo e significa, literalmente, ‘servo-croata’.

³¹ Representações associadas a um conjunto de eventos freqüentes a partir de 1990. Refiro-me às festas nacionais ou aos comícios de alguns partidos políticos que, crescentemente, passaram a contar com a presença de representantes dos húngaros além-fronteira, geralmente vestindo roupas tradicionais e executando danças folclóricas. Outro símbolo freqüente nas ruas de Budapeste é um adesivo colocado em carros que reproduz um mapa da “Hungria Histórica”, onde os territórios que nos tratados de Trianon após a I Guerra Mundial foram incorporados a outros estados (entre eles a Voivodina) aparecem como se continuassem fazendo parte da Hungria atual. A ênfase na “hungaridade” acaba por ocultar o caráter heterogêneo destas regiões que, apesar de terem feito parte do estado húngaro em séculos passados, em nenhum momento da história moderna contaram com uma maioria húngara, podendo ser caracterizados como “zonas de transição”, sobre as quais estender-me-ei mais adiante.

conta a presença significativa de refugiados das guerras que se deslocaram pelo território iugoslavo a partir de 1991. Neste ano, na Voivodina, que conta com 2 milhões de habitantes, foram registrados 250.000 refugiados, número que aumentou para 646.000 até 1996 como consequência das guerras na Croácia e na Bósnia-Herzegovina. Em 1999, um ano antes do início da pesquisa, a região recebera mais 350.000, o que aumenta o número total de refugiados registrados a quase um milhão (Gábrity, 2001).

Os dados dos censos pareciam indicar que estaríamos numa “zona de transição”, como definido por Harald Eidheim em seu estudo sobre os lapões no litoral da Noruega, onde, apesar da aparente “homogeneidade de traços culturais objetivos”, haveria indícios de “diversidade étnica” (Eidheim, 1969: 50). Porém, com a exceção de algumas poucas lojas que tinham letreiros em húngaro, não consegui encontrar aquilo que supunha ser o principal signo diacrítico visível (ou audível) que diferenciaria húngaros e sérvios: o uso público da língua. A questão era como descobrir estes sinais diacríticos e como vencer a traição do olhar e do ouvido. Finalmente, a observação de uma banca de jornal ajudou a resolver o que se anunciava como um problema (naquele momento, meus conhecimentos de sérvio eram mínimos!), e me revelou uma primeira estratégia que resultou de grande utilidade em vários momentos da pesquisa, principalmente durante as passagens em cidades maiores como Novi Sad³² ou Subotica. Ficando por perto de uma banca, acompanhei durante algum tempo a venda de jornais e pude perceber que sim, muita gente comprava o *Magyar Szó* (“Palavra Húngara”), uma das publicações periódicas em húngaro da Voivodina.

Quando me dei conta da presença de húngaros na cidade, uma gritaria me chamou a atenção. Todos os que estavam na rua correram para os bares e cafés para seguir as informações da CNN ou do canal estatal de Belgrado sobre os eventos que sacudiram Nova Iorque, os Estados Unidos e o mundo no dia 11 de setembro de 2001. A agitação era visível e, depois dos primeiros minutos, anunciava-se a uma população atônita que se tratava de um atentado aos Estados Unidos da América. Foi quando muitas pessoas começaram a brindar com cerveja e a festejar os atentados em curso. Qual o sentido deste tipo de celebração? Tratava-se de uma mera manifestação de anti-americanismo tão freqüente nos últimos anos em diferentes lugares do mundo?³³ Não podemos esquecer que

³² Novi Sad tem o nome húngaro de Újvidék.

³³ Lembremos as imagens que circularam por canais de todo o mundo mostrando multidões de palestinos celebrando nas ruas os atentados...

estava diante de uma população que, ao longo dos anos 90, viveu a guerra de perto: sua celebração era uma forma de relembrar os acontecimentos da primavera de 1999, quando a OTAN bombardeou as posições sérvias no Kossovo, em Belgrado e Újvidék (Novi Sad), com o propósito de forçar o governo sérvio liderado por Milošević à retirada das forças militares e policiais da província do Kossovo.³⁴ Outro aspecto paradoxal da reação popular em Subotica é o religioso. Embora o conflito entre sérvios e albaneses de Kossovo-Metohija tenha se traduzido em termos étnicos e religiosos – “eles [albaneses muçulmanos] se reproduzem como coelhos” –,³⁵ agora estava se celebrando um ato cometido, supostamente, em nome do Islã.

Nos dias que se seguiram ao atentado, acompanhei os telejornais junto com os húngaros de Csantavér (Чантавир ou Čantavir), localidade a uns 20 quilômetros de Subotica, onde realizei a primeira parte da pesquisa de campo. Segundo os dados oficiais do censo de 1991, dos 9.367 habitantes da vila, 8.283, ou seja, 88,43 %, se definiram como húngaros e os 11,57 % restantes (1.084 pessoas) pertenciam a outras nacionalidades. Os habitantes de Csantavér, talvez afetados pela minha presença no local como pesquisador vindo da Hungria, mostraram-se muito mais cuidadosos e politicamente corretos. Todos lamentaram pelos mortos, mas mesmo assim, tive a oportunidade de escutar muitos comentários simpáticos ao atentado. O argumento principal era que “*se os EUA podem bombardear-nos, por que eles não poderiam ser atacados?*”.

Também foram lembradas as dificuldades pelas quais passaram durante as 11 semanas do bombardeio. Alguns diziam ter pesadelos até hoje com o som das sirenes que sinalizavam os ataques aéreos, outros lembravam da falta diária de energia e as noites escuras junto com o barulho dos caças e das sirenes antiaéreas.

Circulavam muitas histórias sobre os bombardeios da OTAN, especialmente sobre armas secretas tais como as “bombas de grafite” e com materiais biológicos. Dizia-se, por exemplo, que uma bomba que caiu nas proximidades de Csantavér e de Szabadka espalhou bactérias pelas plantações de milho, o que provocou a perda das colheitas a partir de então.

³⁴ Em vez dos três dias previstos pela OTAN, os bombardeios se prolongaram durante 78 dias. Além dos alvos militares foram destruídos prédios de Belgrado, refinarias de petróleo, estações de televisão e de rádio e todas as pontes sobre o Danúbio em Újvidék.

³⁵ A frase é citada no filme *Antes da Chuva* de Milcho Malcevski.

Outra história recorrente se referia às pontes destruídas sobre o rio Danúbio em Újvidék (Novi Sad), evento que complicou a vida da Voivodina, pois isolou a província de sua própria capital e rompeu sua comunicação com o resto da Iugoslávia. Ficou complicado levar os produtos para os compradores e distribuidores da capital. Na opinião da maioria dos entrevistados, isto foi “*uma sacanagem da OTAN com os húngaros da Voivodina*”. “*Eles deveriam ter isolado Belgrado, e não a gente, afinal de contas, a guerra era entre os rác e os siptár*”.³⁶ Semanas depois recolhi em Maradék outra versão sobre as pontes. Ali diziam que a OTAN destruiu as pontes de Novi Sad porque as de Belgrado estavam seguradas na Lloyd's de Londres e, bombardeando-as, o Ocidente teria que pagá-las. Como as de Újvidék não tinham seguro, era mais fácil e barato destruí-las.

As interpretações citadas até agora ilustram a preocupação desta dissertação de compreender aquilo que denominei de desencontro entre nacionalidade e cidadania. Termos estes que variam de acordo com os sujeitos envolvidos, principalmente os húngaros além-fronteira cujas representações sobre nação e estado nem sempre coincidem com aquelas formuladas por instituições, presidentes, leis ou pelo senso comum na Hungria.

Por um lado, as opiniões repetidas por húngaros de Csantavér e depois em Maradék, revelavam um “*nós*” que creio ser desconhecido por húngaros do outro lado da fronteira, isto é, na Hungria. Ali, um número bastante concreto – “15 milhões” – tem sido, pelo menos a partir de 1989, um dos símbolos predominantes nas representações sobre a nação. Os bombardeios acabaram por revelar um sentimento de inclusão por parte dos húngaros da Voivodina naquilo que seria o conjunto dos cidadãos da Iugoslávia, cujo governo foi atacado pela OTAN. Saliente-se que os agressores constituem uma organização militar da qual a própria Hungria faz parte na atualidade, queixa que me foi repetida (enquanto húngaro de Budapeste, portanto cidadão da Hungria) inúmeras vezes ao longo da pesquisa. Apesar da Hungria não ter participado diretamente dos ataques, alguns dos aviões decolaram de Taszár, base militar no sul do país, cedida para a organização militar. Os bombardeios significaram, para os húngaros da Voivodina, uma guerra entre húngaros e

³⁶ *Siptár* é um termo pejorativo usado entre os húngaros da Voivodina para denominar os albaneses, tanto do Kossovo como da Albânia, Macedônia e Grécia. Outros termos usados eram *muçulmanos* (*muszlim*, *muszlimán*) e *boszanac*. O primeiro incluía os muçulmanos da Bósnia-Herzegovina. O termo *boszanac* é usado para denominar os Bósnios, ou seja, pessoas provenientes da Bósnia, sem diferenciar entre sérvios, croatas e muçulmanos.

Rác é uma antiga denominação usada no século XIX na Hungria para denominar os sérvios ou os eslavos do sul em geral. Na Voivodina é usada até hoje para denominar os sérvios.

húngaros, uns cidadãos da Hungria e outros da Iugoslávia. Desta forma, quando os húngaros de Csantavér afirmavam que “*de certa forma, é justo que os americanos também sejam bombardeados de vez em quando*”, eles não falavam se colocando como membros da nação húngara, usando um termo de Anderson (1983), “imaginada” com 15 milhões de membros, mas como cidadãos da Iugoslávia, independentemente de se considerarem membros ou não da nação iugoslava ou sérvia.

Nas conversas com os homens da vila no prédio dos bombeiros voluntários, vieram à tona outros episódios de guerras recentes entre húngaros da Voivodina e húngaros da Croácia, os quais se viram protagonistas da guerra entre os dois países.³⁷ Vários homens contaram que os húngaros foram convocados para o exército sérvio em número bastante superior ao da sua proporção no total da população da Voivodina.³⁸ Além disso, os oficiais, sempre sérvios, teriam dado preferência aos soldados não sérvios (pertencentes às minorias) quando tratava-se de enviar contingentes para as primeiras linha de combate:

Nós também participamos da destruição da Iugoslávia. Eles nos diziam que éramos iugoslavos também e era nosso dever patriótico lutar contra os croatas. Enquanto isso, nossas mulheres e filhos ficaram em casa, tentando trabalhar a terra e à noite assistindo o noticiário de Belgrado. Certa vez, o noticiário abriu com a frase ‘Os tanques sérvios estão a caminho da Croácia na estrada ‘bratstvo i jedinstvo’. Nós estivemos na frente de batalha numa guerra que nada tem a ver conosco. Na nossa frente estávamos encarando armas ustaschas, por trás, sentíamos as armas chetniks nas nossas nucas.’³⁹

³⁷ Assim como a Sérvia, a Croácia também conta com minorias húngaras. De acordo com o censo de 1991, trata-se de uma população de 22.355 pessoas num total de 4.784.000 habitantes (Kocsis, 1998:171).

³⁸ Esta é uma afirmação bastante freqüente na literatura sobre as guerras na ex-Iugoslávia, como por exemplo, o artigo de Juhász (1995: 42), mas sempre sem citação de fontes.

³⁹ Segundo Djilas, os termos *Ustaši* e *Četnici* datam do início do domínio turco nos Bálcãs e ambos referiam-se a pequenas unidades paramilitares (Djilas, 1991 apud Kideckel et al, 2000). No contexto atual, os termos são denominações re-atualizadas de grupos dos anos 30 e 40 do nosso século. *Ustaše* era o nome do movimento e partido fundado com a ajuda do fascismo italiano e que, durante a II Guerra Mundial, foi colocado no poder pela Alemanha nazista e funcionou como governo fantoche. Já os *četnici* eram as forças monarquistas sérvias, que lutaram na II Guerra contra os *ustaše* e os *partisans* liderados por Tito. *Bratstvo i jedinstvo* significa ‘fraternidade e unidade’ e era o slogan oficial da Iugoslávia de Tito, baseada numa ideologia igualitária e “multiculturalista”. A frase do noticiário também me foi comentada em Maradék: “se você achou o *Underground* [filme de Emir Kusturica] surreal os noticiários o eram muito mais. Os tanques avançavam na estrada que simbolizava a união de sérvios e croatas justamente para detonar essa união”.

Esta narrativa é de Pityu, agricultor e bombeiro voluntário, um dos poucos homens que, ao falar da guerra, não me pediu para silenciar o seu nome. Os outros tinham medo “das listas” que diziam estar em circulação, por causa de “*alguns eventos*” ocorridos durante a guerra. Um desses “eventos” me foi narrado por Rudolf Szedlár, fotógrafo e pintor, uma espécie de intelectual local da vila. Como reservista do exército iugoslavo, era seu dever entregar as cartas de recrutamento para os homens da vila. Mas em vez disso, queimou as cartas: “*a guerra não era nossa e, assim, aqueles que quiseram escapar para a Hungria tiveram tempo de se organizarem*”. Também me contaram que esta estratégia repetiu-se em Orom, Tornyos e Tótfalu, três vilas próximas a Csantavér, onde, além da queima de cartas, muitos contaram com a ajuda do padre católico, que escondeu alguns homens na paróquia. A resistência terminou quando o exército entrou com tanques nestas vilas e todos os homens em idade militar foram levados à força.⁴⁰ Mesmo assim muitos conseguiram escapar do exército. Estima-se que entre 1991 e 1995 aproximadamente 50.000 húngaros saíram da Voivodina, entre eles muitos homens que preferiram atravessar a fronteira para evitar participar da guerra assumindo assim todos os riscos que uma deserção pode envolver. As listas, que se dizia estarem em circulação, referiam-se justamente a esses desertores e quase todas as famílias tinham algum parente ou conhecido que desertara em algum momento da guerra e que não podia voltar devido ao medo de represálias.

Este medo acabou por revelar uma desconfiança em relação às mudanças políticas que a Sérvia estava vivenciando naquele momento, como por exemplo, o enfraquecimento do partido nacionalista de Milošević e o julgamento dele no tribunal internacional da Haia que investiga crimes contra a humanidade ou a vitória nas eleições de partidos da oposição democrática. Dois meses antes destas conversas, o novo governo sérvio aprovava uma lei de anistia geral, que se compromete a garantir a volta dos desertores ao país. Nenhum dos entrevistados tinha conhecimento desta lei e quando comentei com eles da sua existência recebi uma resposta unânime, segundo a qual uma “*lei dessas nada adianta, porque as listas estão nas mãos dos soldados do exército nos postos de fronteira*” e que “*o governo pode ter mudado, mas os soldados continuam os mesmos, assim como seus*

⁴⁰ É interessante notar que boa parte dos 10.404 indivíduos que migraram para a Hungria acreditavam numa futura volta à Voivodina, pois só 3.845 pediram cidadania húngara. No mesmo período, dos 74.298 húngaros da Romênia que migraram para a Hungria, 45.021 pediram cidadania (Gábrity, 2001: 411).

comandantes".⁴¹ Justamente nesses dias, os "boinas vermelhas", unidade especial do exército, tinham iniciado uma greve, bloqueando as estradas principais do país em protesto contra extradição de dois de seus membros para o tribunal da Haia.

O medo ao exército também se sustentava em casos de soldados húngaros mortos por armas do seu próprio exército por terem recusado obedecer às ordens. De acordo com Pityu:

Nós, húngaros, fomos levados à região de Eszék [Osijek], onde o número de Húngaros é maior, mas isso não foi suficiente. A outra metade de unidades com soldados húngaros teve que lutar em Vukovár, na frente mais sangrenta de toda a guerra.

*Em Eszék e nas vilas húngaras ao redor, os homens de Arkan chegaram na nossa frente, destruíram e saquearam algumas casas e expulsaram boa parte da população. Só tivemos que fazer a limpeza final, invadir casas e expulsar as pessoas que ainda estavam escondidas nos porões e estábulos. Para as casas húngaras os oficiais escolhiam, propositadamente, soldados húngaros e ficavam rindo de nós com as armas apontadas. Houve vários casos em que húngaros negaram-se a fazer isso. Se era em combate, levava um tiro na hora. Em situações mais tranqüilas, eram punidos ou simplesmente levavam uma surra. O pior de tudo, foi que, no ano passado, indo para a feira de Szeged, encontrei um homem, húngaro da Croácia, quem, ao conversarmos sobre a guerra, me contou como foram expulsos da sua casa e como teve que assistir o saqueio. Ai, pela descrição da vila e da casa, lembrei que eu estava entre os aqueles homens que ele lembrava com horror. Naquela noite, precisamente, dormi na casa dele, que era uma das mais bonitas da vila.*⁴²

Os comentários e trechos de entrevistas acima citados giram em torno de eventos da década de 1990 – as guerras na Sérvia, na Croácia e na Bósnia, por um lado, e o conflito no Kosovo e posterior bombardeio dos estados da Organização do Tratado do Atlântico

⁴¹ De certa forma, o assassinato do premiê do novo governo, Zoran Đindjić, em março de 2003, acabou por confirmar este medo. O planejamento do atentado foi ligado ao "clã de Zimon", grupo mafioso composto por ex-combatentes e membros do grupo "boinas vermelhas", ligados ao regime anterior de Slobodan Milošević.

⁴² Željko Ražnjatović Arkan foi acusado por crimes de guerra e contra a humanidade. Era líder dos Tigres, a mais conhecida unidade paramilitar. Depois das guerras atuou como empresário, dono de cafés elegantes de Belgrado, e organizou e financiou a torcida do time de futebol mais popular da Sérvia, o *Estrela Vermelha de Belgrado*. Foi morto num ajuste de contas entre máfias.

Norte, por outro – que marcaram a vida cotidiana na Iugoslávia e que acabaram por transformar a realidade de um estado que uma década antes ainda se pretendia multinacional e que agora deu lugar a 5 estados novos que se pretendem nacionais, mas que podem ser melhor caracterizados como estados *nacionalizantes*. O termo foi cunhado por Rogers Brubaker como alternativa à Estado-nação (Brubaker, 1996:55-76). Trata-se de uma proposta bastante instigante na medida em que representa uma mudança de enfoque nos estudos do nacionalismo. Para Brubaker, nacionalismo deve ser entendido sem evocar as “nações” como entidades substantivas, antes disso a ênfase deve recair na *nacionalidade* (*nationhood*), o que coloca “nação” como uma categoria prática (praticada) e não como uma categoria analítica para descrever uma comunidade real ou para usar um termo clássico de Benedict Anderson, “imaginada” como real. Assim, para entender o nacionalismo devemos entender os usos práticos da categoria “nação”, os modos pelos quais esses usos estruturam a percepção e a experiência ou os modos de definir pertença e de organizar discursos e ações políticas. (Brubaker, 1996:7; Anderson, 1989).

De uma maneira geral, a literatura já clássica representada por autores como Hobsbawm (1984; 1991), Anderson (1989), Gellner (1988) e Smith (1997), enfoca aqueles nacionalismos que procuram construir estados nacionais (*state-seeking nationalisms*), enquanto que na teoria de Brubaker (1996) os estados *nacionalizantes* (*nationalizing states*) são percebidos por seus formuladores e praticantes como estados nacionais ainda incompletos e mal realizados.⁴³ É justamente esta percepção que pode levar a políticas e práticas *nacionalizantes*, como mostram os exemplos citados de (re-)criação de novas/antigas línguas a partir do servo-croata, mas que também podem significar políticas promotoras da hegemonia política, econômica e/ou demográfica da nacionalidade assumida como aquela que deveria ser dominante em detrimento de outras (idem: 9).

Desta forma, os estados *nacionalizantes* se constituem como tais num campo de relações múltiplas onde participam as minorias nacionais, cujos membros são cidadãos do

⁴³ De certa forma, a literatura canônica sobre os Estados Nacionais (principalmente Benedict Anderson, Eric Hobsbawm, Anthony Smith e Ernest Gellner, entre outros) pressupõe *a priori* o fenômeno a ser investigado – a nação – e desta forma a ênfase recai muito mais sobre as tendências econômicas, históricas e políticas promotoras do processo de formação de coesão na constituição das “comunidades imaginadas”. A proposta de Brubaker, e esta é a perspectiva adotada aqui, diz respeito à nação como algo que acontece ou é praticado no evento (Brubaker, 1996:19). Creio que não é por acaso que enquanto as teorias de Anderson (1989), Hobsbawm (1984 e 1991) e Gellner (1988) sobre a nação trazem exemplos do século XVIII e XIX, o ponto de partida de Brubaker é a queda do muro de Berlim e o desmantelamento posterior de alguns estados multinacionais como a Iugoslávia ou a União Soviética.

estado no qual moram, mas que nacionalmente podem se definir como membros de nações diferentes da estatal, como é o caso dos húngaros da Voivodina ou dos albaneses de Kosovo-Metohija, cujo referencial nacional diz respeito à Albânia e à Hungria. Na terminologia de Brubaker, para as minorias em questão, estes dois últimos seriam as pátrias ou nações-mãe externas (*external national homeland*) que, atravessando as fronteiras da cidadania, alimentam sentimentos de responsabilidade por seus co-nacionais além-fronteiras. É neste campo que a Sérvia se configura como estado *nacionalizante*, percebido como tal tanto pelas minorias húngara na Voivodina ou albanesa no Kosovo, como por suas pátrias externas.

As entrevistas acima citadas apontam para esta direção ao mostrarem um sentimento de vulnerabilidade de homens que se viram obrigados a participar dos conflitos que, ao longo da década de 1990, se travavam entre sérvios e croatas e sérvios e albaneses, conflitos estes que foram vivenciados como sendo “*dos outros*”. A intervenção do governo húngaro para tentar evitar a participação dos húngaros da Voivodina na guerra do Kosovo, ou então, o apoio informal da Albânia para grupos separatistas no Kosovo, são indicativos da percepção da Sérvia como estado *nacionalizante*. Se as minorias e os estados que se preocupam por elas interpretam a política sérvia como ameaçadora, os formuladores destas políticas partem de uma visão segundo a qual seu estado, no caso, a Sérvia, é insuficientemente nacional. Para sua realização plena, é preciso tornar a língua sérvia “mais sérvia” ou reconquistar o Kosovo que, nas últimas décadas, presenciou o crescimento demográfico da população albanesa em detrimento da sérvia. Esta percepção representa um deslocamento da ideologia oficial socialista da “fraternidade e unidade” entre os povos constituintes da Iugoslávia para uma visão particularista e nacional.⁴⁴

Voltando aos húngaros da Voivodina, o que os comentários sobre o “11 de setembro” e as lembranças das guerras nas quais se viram envolvidos têm em comum é justamente um sentimento de vulnerabilidade colocado a partir da participação em conflitos

⁴⁴ Com bastante frequência, a necessidade de uma maior nacionalização foi ligada à figura do ex-presidente Iugoslavo Slobodan Milošević, que seria o único culpado pelas guerras que acabaram por fragmentar estado socialista iugoslavo. No entanto, vários elementos nos levam a afirmar que vários grupos e indivíduos desempenharam um papel ativo e relevante nos rumos das políticas de Belgrado com relação às minorias nacionais ou outras nacionalidades da antiga Iugoslávia, mesmo antes da ascensão de Milošević. Em 1986, por exemplo, anos antes de sua eleição como presidente da Iugoslávia, um grupo de intelectuais da Academia Sérvia de Ciências fez circular um documento, o *Memorandum*, no qual alertava para a posição desfavorável da Sérvia dentro da Federação Iugoslava.

armados entre a Sérvia e a Croácia e depois pelas bombas da OTAN. O importante é percebermos como estas percepções de vulnerabilidade acabam por misturar duas definições diferentes de pertença. Primeiro, os conflitos com a Croácia e a Bósnia, do qual muitos participaram como membros de exército sérvio – algo que poderia ser, e de fato foi, considerado como dever cidadão por muitos sérvios, basta lembrarmos das inúmeras unidades paramilitares e não oficiais de combate – mas que foi traduzido, e nesta tradução predomina a lógica nacional, como conflito alheio – “*a guerra era entre sérvios e croatas*” – ou seja, entre nacionalidades outras que não a húngara. O contraditório aqui é que apesar da unanimidade de ver nas guerras da década de 90 conflitos nacionais, todos os cidadãos, sérvios ou não, ou seja, independentemente da sua nacionalidade, foram chamados a defender o estado que então estava se fragmentando.

As lembranças do desmoronamento da Iugoslávia e das guerras sangrentas da Croácia, da Bósnia e do Kossovo mostram, ainda, como os membros da comunidade húngara não se identificavam com a nacionalidade majoritária, isto é, a sérvia, nem tinham a Iugoslávia como pátria.

Ao mesmo tempo as interpretações sobre os bombardeios da OTAN a partir dos acontecimentos do 11 de setembro colocam o mesmo paradoxo invertendo os seus termos. Se em relação às guerras na Croácia e na Bósnia os húngaros lamentam a sua participação, que não deveria ter acontecido, pois a guerra envolvia outros grupos nacionais, os sentimentos de vulnerabilidade de estar, mais uma vez, num território bombardeado, agora pela OTAN, são indicativos não só de uma solidariedade com a Iugoslávia, mas, de certa forma, lealdade e até sentimento de pertença a um Estado atacado. Por mais que os ataques da aliança militar tenham, supostamente, se dirigido a um grupo específico que então controlava o estado iugoslavo, nos comentários antiamericanos podemos perceber uma predominância da idéia da cidadania frente à nacionalidade: os húngaros também se sentiram atacados enquanto cidadãos da Iugoslávia.

* * *

Neste capítulo tentei mostrar, a partir de duas “situações”, leituras sobre o atentado de Nova Iorque e os bombardeios da OTAN na Sérvia, como aquilo que chamei de desencontro entre a experiência da nacionalidade e a idéia da cidadania (que pode ser

traduzida no divórcio entre a experiência da cidadania e a idéia da nacionalidade) é vivenciado entre os húngaros da Voivodina.

Não estamos diante de “eventos críticos” ou “incidentes”, como aqueles descritos por Veena Das (1995) e João de Pina Cabral e Nelson Lourenço (1993). Inspirada na análise de François Furet sobre a revolução francesa, Veena Das, na sua análise da partição do Indostão entre a Índia e o Paquistão, interpreta toda uma série de eventos – tais como o rapto de mulheres e sua posterior reintegração na sociedade indiana – como mecanismos que dão lugar a novas modalidades de ação histórica e que acabam por redefinir categorias tradicionais (Das, 1995: 5-6).⁴⁵

Já Pina Cabral e Lourenço (1993), analisando os processos que acompanharam as dinâmicas da “etnicidade macaense” ao longo do tempo, nos falam de “incidentes recorrentes”: trata-se de manifestações abertas de uma contradição sempre presente, consequência das compatibilidades equívocas que marcaram as relações entre chineses, macaenses e portugueses em Macau. (Cabral e Lourenço, 1993: 25-31). A tensão consequente de uma evidente incompatibilidade entre nacionalidade e cidadania, presente o tempo inteiro, é vivenciado de maneiras múltiplas e justapostas em contextos diferentes, mas sempre se constitui em forma de paradoxos e dilemas.

No capítulo a seguir, retomarei a questão em um contexto diferente, que envolve além dos húngaros-além-fronteira, vários estados da região. Procurarei mostrar como a questão da nacionalidade e da cidadania aparece em textos jurídicos, tais como as Cartas Constitucionais e as leis de proteção às minorias exógenas que prolongam as fronteiras nacionais e que possuem um referencial político e cultural noutro Estado nacional. Não se trata de fazer uma antropologia jurídica, mas mostrar como textos jurídicos são passíveis de análise antropológica, na medida que são “representações por excelência, pela qual uma sociedade ou um grupo concreto projeta a imagem de si guardando uma relação dinâmica com a realidade que pretende traduzir, disciplinar ou mesmo obscurecer” (Thomaz, 2002: 71). Desta forma, creio que os textos jurídicos que citarei a seguir são indicativos da

⁴⁵ Há vários aspectos que aproximam a partição do Indostão em 1947 à fragmentação da Iugoslávia e poderão ser objetos de futuras comparações: em ambos casos, uma “ideologia da diversidade” foi fundamental para a constituição de estados modernos. Como vimos, a Iugoslávia de Tito pregava a união de várias nacionalidades irmãs. Já na Índia pós-independência, Nehru enxergava uma nação composta por várias comunidades, enquanto os muçulmanos liderados por Jinnah formularam a “teoria das duas nações”, uma hindu e outra muçulmana.

maneira pela qual as comunidades e nações da europa central são “re-imaginadas” após a queda do muro de Berlim.

Paralelamente às mudanças políticas e econômicas – transição da economia planejada para a de mercado sem a existência de uma burguesia propriamente dita, criação de novas instituições políticas, etc. – nos países do leste podemos observar a transformação da linguagem internacionalista em novos “idiomas nacionais”.⁴⁶ Considero, portanto, que ao lado da troca dos nomes das ruas, da construção de novas estátuas e do enterro das antigas, a celebração de novos feriados e festas nacionais e o esquecimento rápido das datas festivas socialistas, a legislação centro-européia recente pode ser considerada fruto de uma nova realidade de poder e de tradições ideológicas que, ao mesmo tempo, fazem parte da realidade e realimentam a ideologia (Cunha, 1992: p.2-3).

⁴⁶ Por mais que o “socialismo real” as tenha declarado resolvidas, as “questões nacionais” estiveram presentes na maioria dos países do bloco socialista. Como notou um estudioso húngaro, nos países do leste foram duas as elites políticas que “levaram ao pé da letra” o internacionalismo ditado pelo PC da URSS. Falar de identidade alemã na RDA era extremamente complicado, pois isto questionaria a existência de duas Alemanhas. Do mesmo modo, referências aos húngaros-além-fronteira eram impensáveis na Hungria socialista (Tabajdi, 1998:211).



Figura 2 O Hotel Patria/Патриа.

Figura 3 O prédio da Prefeitura e da Biblioteca Central de Subotica

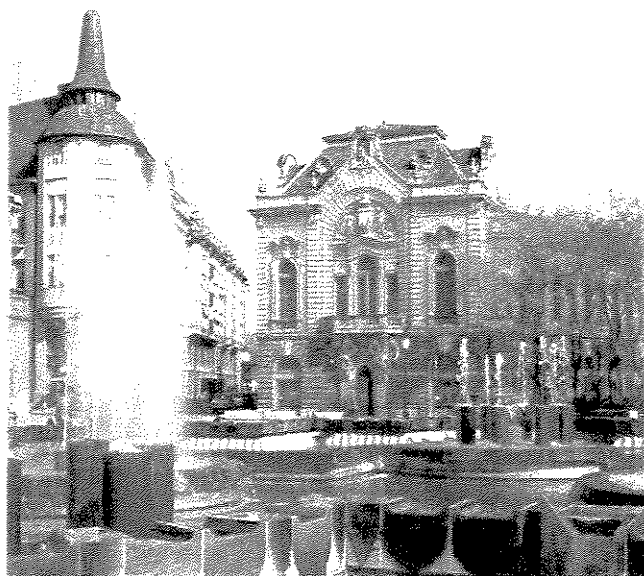
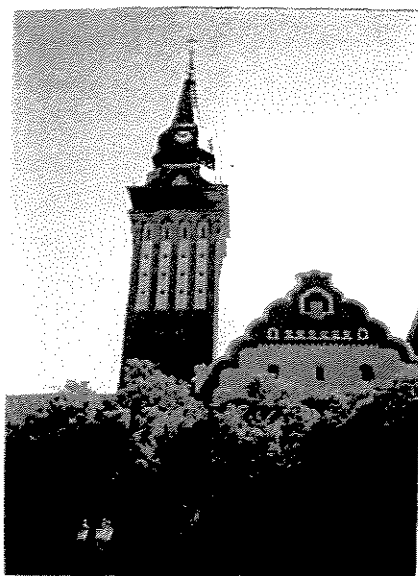
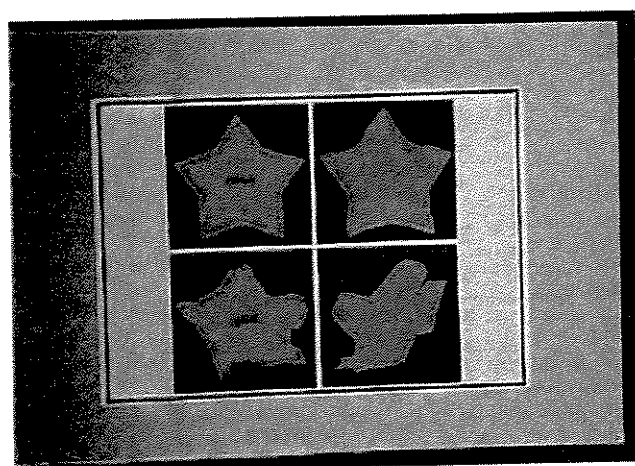
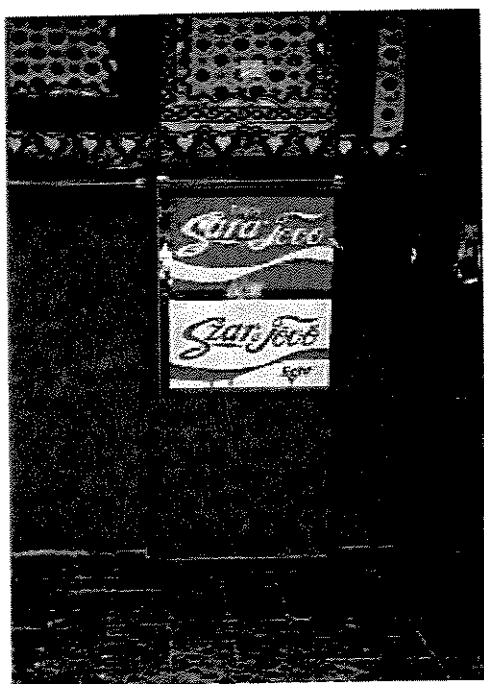




Figura 4. Símbolos da Otpor. "Porque amamos a Sérvia"

Figura 5. Enjoy Sarajevo. *Szar a jövő* (O futuro é uma merda). 1945.1956.1968.1989



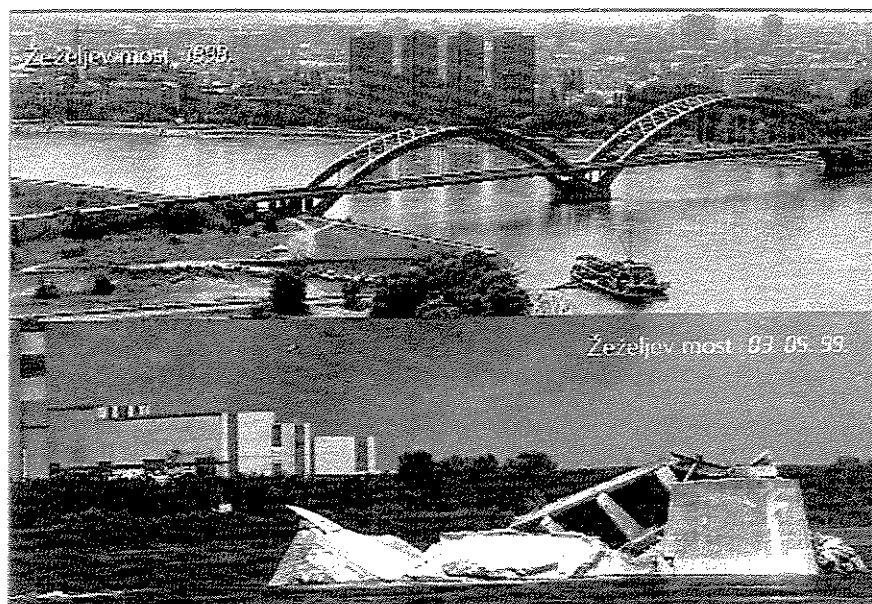
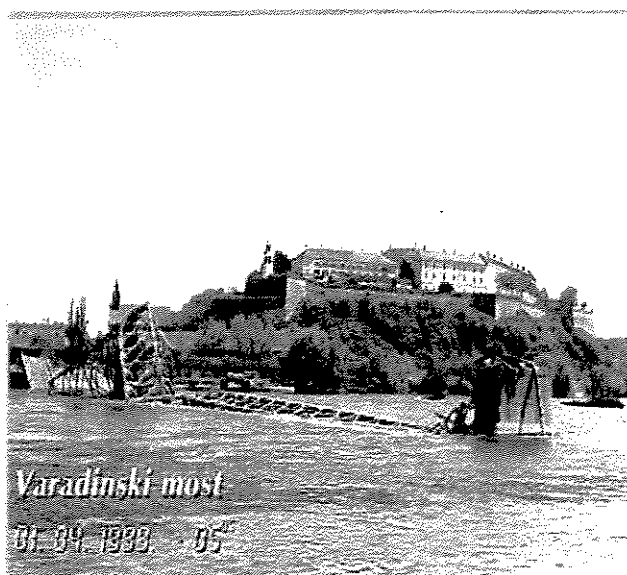


Fig. 6 - Postal: Ponte Žeželjev sobre o Danúbio em Novi Sad, antes e depois dos bombardeios da Otan.

Fig. 7 - Postal: Ponte Varadinski sobre o Danúbio em Novi Sad, antes e depois dos bombardeios da Otan. Na foto da direita, ao fundo, pode-se ver uma das antigas residências de Maria Teresa, Imperatriz da Áustria e Rainha da Hungria



CAPÍTULO 2 – DOS CENTROS PARA AS MARGENS: AS LEIS DE STATUS

No momento da minha chegada na Voivodina, além do atentado de Nova Iorque, havia um outro assunto que estava levantando os ânimos: a “lei de status”, uma lei de privilégios para húngaros além fronteira que, na época, estava sendo elaborada no parlamento húngaro. O debate transcendeu o âmbito da legislação húngara, chegando a atravessar fronteiras, assim como a própria lei, na medida em que os privilégios a serem oferecidos dizem respeito à cidadãos de outros estados (Eslováquia, Ucrânia, Romênia, Iugoslávia, Croácia e Eslovênia) que nacionalmente se definem como húngaros.

A lei foi discutida não só na Voivodina, mas entre todos os húngaros, além e aquém das fronteiras, assim como em todos os estados vizinhos da Hungria, chegando até instâncias da União Européia e da OSCE (*Organisation pour la Sécurité et la Coopération en Europe*). Ambas organizações intervieram repetidas vezes: a UE manifestou seu parecer negativo, entendendo que a lei não poderia incorporar (e excluir) cidadãos da União. Como resultado de pressões diplomáticas sobre a legislação húngara, a lei acabou por não dizer respeito aos húngaros de *Burgenland*, região da Áustria.

Já a OSCE interveio por meio de seus comissários para assuntos relativos às minorias étnicas e nacionais, Max van der Stoep e Rolf Ekeus que, além de aconselharem o governo húngaro, mediarão negociações entre a Hungria, a Romênia e a Eslováquia, países que possuem significativas minorias húngaras. O argumento das lideranças políticas destes países partia do princípio de que a lei de status representaria uma violação à soberania nacional e criaria discriminações entre os cidadãos romenos e os eslovacos. Em outubro de 2001, a pedido do primeiro ministro da Romênia e do ministro de relações exteriores da Hungria, a *Comissão de Veneza*, também conhecida como *European Council Commission for Democracy Through Law*, publicou um parecer sobre a lei, que foi interpretada de maneiras opostas pelas partes envolvidas. Os representantes da Romênia e da Eslováquia viram seus argumentos reforçados, assim como os da Hungria, os quais leram no documento uma legitimação das preocupações do Estado húngaro com os seus co-nacionais além das fronteiras, cidadãos de outros estados.

Curiosamente, órgãos oficiais da Eslovênia, Croácia e Sérvia não colocaram objeções à lei de status. Por um lado, o número dos húngaros na Romênia (mais de um

milhão e meio) e da Eslováquia (608.000) é bem maior do que na Eslovênia (9.000) e na Croácia (20.000) e a Sérvia não gozava de muita credibilidade frente às instituições da União Européia.⁴⁷ Por outro lado, também devemos considerar algumas diferenças históricas no que se refere à inserção dos húngaros na Romênia. Um breve paralelo com o processo na extinta Iugoslávia pode auxiliar a compreensão da “encruzilhada romena”.

As “questões” “húngara”, “cigana” e “judaica” acompanharam a formação e consolidação do estado nacional romeno ao longo dos séculos XIX e XX. Neste sentido, a Romênia encontrar-se-ia com os dilemas próprios daqueles Estados que, no seu processo de modernização e *nacionalização*, encontrou-se diante de significativas “minorias”. Saliente-se que o processo romeno deu-se em meio à dissolução progressiva de antigos impérios. Os principados da Moldávia e da Valáquia, controlados até 1821 pelo Império Otomano, pertenceram ao Império Russo até o Congresso de Berlim em 1878, quando foi reconhecida a união dos principados no Reino da Romênia; paralelamente, a Transilvânia, parte do Império Habsburgo, era reivindicada tanto por húngaros como por romenos. O projeto romeno pretendia a unificação das três regiões e tinha como base a teoria da “continuidade daco-romana”, segundo a qual os romenos seriam descendentes dos romanos (Romsics, 1998:92). A teoria ou mito de origem serviu também para reivindicar a “natividade romena”, ou seja, uma presença anterior na Transilvânia, colocando as populações húngaras ali presentes na categoria de invasores, ou *assentados*.

Judeus e ciganos foram também considerados estrangeiros na medida em que avançavam os processos / projetos de nacionalização, e acabaram por compor o panteão dos “inimigos internos”. A Romênia foi o último país a emancipar os *seus* judeus, os quais só ganharam cidadania plena em 1923 (Karády, 2000:170-188). As imagens de “invasores” e “inimigos”, “externos” e “históricos” (turcos, gregos, húngaros ou poloneses) ou “internos” (judeus e ciganos) continuaram presentes na Romênia do entre-guerras. Por fim, no regime totalitário que sucedeu à II Grande Guerra, ser húngaro ou romeno eram duas categorias mutuamente excludentes nos quadros do Estado Romeno.

Se na Romênia ao longo do século XX prevaleceu a idéia do *Kulturation* - um estado para uma nação -, na antiga Iugoslávia, pelo menos no plano ideológico, o processo

⁴⁷ Os dados são de Kocsis e Kocsis-Hodosi, que fizeram um levantamento sistemático sobre todos os censos da região. (1998:16)

foi completamente diferente. Tratava-se de um sistema de afiliação dupla, uma combinação única do modelo alemão, baseado no critério da nacionalidade, e do modelo francês, fundado na idéia da cidadania (Cf., entre outros, Elias, 1990). No âmbito das repúblicas federadas, mantinha-se a idéia de nacionalidade ou povo estatal (sérvios na Sérvia, croatas na Croácia, montenegrinos em Montenegro, etc.); concomitantemente, no plano da federação, as diferentes nacionalidades e as minorias nacionais e étnicas podiam se considerar “iugoslavas”, idéia expressa por slogans como “fraternidade e unidade”.⁴⁸ Se no caso da Romênia é complicado falarmos de uma inserção dos húngaros e outras minorias consideradas inimigos potenciais por sua afiliação a estados vizinhos acusadas de irredentismo, no caso dos húngaros da Voivodina estamos diante de uma possível lealdade à uma idéia pan-nacional. Na Voivodina atual podemos encontrar além das referências recorrentes ao slogan da Iugoslávia titoísta, *Bratstvo i jedinstvo*, quadros e retratos de Tito ainda presentes em muitas casas. Em um dos botecos de Csantavér ainda é costume brindar à saúde “do nosso pai Tito”, cujo retrato se encontra na parede cercado de quadros com flores. Além disso, a grande maioria dos húngaros que entrevistei afirmaram ter visitado o túmulo do líder pelo menos uma vez após a morte dele em 1980. Desta forma, a forte presença de Tito nos sugere uma certa nostalgia da época socialista que, pelo menos no que diz respeito à ideologia oficial, pregava igualdade e união entre nacionalidades diferentes. A expectativa de adesão a uma Iugoslávia supranacional ou multinacional ainda está presente mesmo após o fim da ideologia do *Bratstvo i jedinstvo* – o que fica evidente nas reações ao “11 de setembro”, ambigüidade que diferencia a situação vivida na Voivodina daquela das minorias húngaras na Romênia ou na Eslováquia.

Voltemos agora à discussão da lei de status. Em meio a conflitos diplomáticos com alguns dos países vizinhos da Hungria, a lei foi aprovada com o apoio da maioria absoluta no *Országgyűlés* (Parlamento húngaro), sendo que mais de 90% dos deputados votaram a favor. Sua entrada em vigor em janeiro de 2002 não significou, contudo, o fim dos protestos por parte da Romênia e da Eslováquia, que, até os dias atuais, contestam algumas

⁴⁸ No sistema classificatório e legal da antiga Iugoslávia havia seis repúblicas e seis nacionalidades – sérvios, croatas, muçulmanos, macedônios, montenegrinos e eslovenos. Nas duas províncias autônomas, ou seja, no Kosovo-Metohija e na Voivodina, húngaros e albaneses, ao lado de ciganos, alemães, rutênios, romenos e italianos, eram considerados minorias nacionais. O Kosovo e a Voivodina não podiam ter o estatuto de repúblicas federadas para evitar possíveis movimentos separatistas em função da existência dos estados nacionais albanês e húngaro vizinhos às duas províncias.

das medidas sugeridas pela lei. Após as eleições de outono de 2002, o novo governo da Hungria reabriu as negociações com os estados vizinhos, e a lei passou por várias reformas. As negociações continuam, não só entre os governos dos estados envolvidos como também entre o governo húngaro e os representantes de partidos políticos húngaros além-fronteira.

Devemos destacar que, até hoje, não houve nenhum confronto semelhante ao que assistimos entre a Hungria e a Romênia e a Eslováquia. Isto surpreende, se temos em conta que quase todos os países da Europa central e oriental, para além de serem feitas referências nas Cartas Constitucionais a grupos de co-nacionais exógenos que prolongam as fronteiras da nação para além das fronteiras estatais, também possuem leis muito semelhantes à húngara no sentido de uma auto-atribuição de prerrogativas no que diz respeito ao destino destas minorias. Talvez a diferença seja que os húngaros além fronteiras constituem a segunda maior minoria na Europa central e oriental.⁴⁹

Passemos agora a uma rápida análise das referências às minorias alógenas nas Cartas Constitucionais e outras “leis de status” da região.

O artigo 7º. da Constituição romena, intitulado de *“Romenos que vivem no exterior”*, afirma que *“o estado apóia o fortalecimento das relações com os romenos que vivem fora das fronteiras e que, respeitando a legislação dos estados dos quais são cidadãos, vai agir para a manutenção, expressão e desenvolvimento de sua identidade étnica, cultural, lingüística e religiosa.”* A Constituição romena também possui uma lei sobre *“o apoio garantido às comunidades romenas do mundo todo”*, de 1998, que confere direitos tais como acesso à educação superior e aos serviços de saúde na Romênia e também assegura ajuda financeira a instituições romenas no exterior. Saliente-se que a lei, ao se referir genericamente a *“comunidades romenas do exterior”*, acaba por conferir direitos coletivos a tais comunidades sem especificar os critérios para a nacionalidade romena.⁵⁰

A Carta eslovena no seu quinto artigo proclama um estado *“protetor dos direitos do homem”* e garante *“os direitos às minorias indígenas italianas e húngaras”* (grifos meus). O Estado esloveno também *“se compromete a proteger as minorias eslovenas alógenas*

⁴⁹ A maior minoria na região é a russa. Segundo dados de 1990, 15 milhões de russos vivem fora das fronteiras da Rússia. Somados os 10 milhões de russos que vivem nas repúblicas da Ásia Central, a Rússia conta com um contingente de 25 milhões de co-nacionais fora de suas fronteiras.

⁵⁰ A lei foi publicada no dia 5 de julho de 1998 no Monitorul Oficial. A tradução de todas as Constituições do mundo pode ser encontrada em: <http://confinder.richmond.edu>

nos estados vizinhos, os eslovenos imigrantes e a ajuda a manutenção das suas relações com a pátria.” O artigo 64 declara que “*o estabelecimento de relações com a mãe-pátria e a nação-mãe*” é direito constitucional das comunidades húngaras e italianas, ou seja, das comunidades que a Eslovênia considera indígenas (*indigenous minorities*) – o que exclui os ciganos, romenos, albaneses, sérvios, bósnios e croatas, considerados *imigrantes* que teriam chegado na Eslovênia após a II Guerra Mundial.⁵¹

A Eslovênia também tem legislação sobre os eslovenos fora da Eslovênia. O decreto número 2.280 do Congresso “*sobre a situação de minorias eslovenas nos estados vizinhos e as obrigações da República Eslovena relacionados a eles*” declara que “*as regiões dos estados vizinhos onde vivem minorias eslovenas indígenas, constituem um espaço cultural esloveno junto com a República Eslovena*”. O decreto é bem mais concreto que a lei romena acima citada e enumera as regiões em questão: as províncias austríacas de Caríntia e Stiria, a província de Friuli-Julia na Itália, a região do rio Rába na Hungria, e as regiões da Istria, Gorski Gotar e do rio Mura na Croácia. O decreto se compromete a apoiar a participação de co-nacionais eslovenos em empresas do país e a criar um fundo para apoio financeiro destinado ao fomento da cooperação econômica entre eslovenos além e aquém fronteiras.⁵²

No artigo 7º. da Constituição, a República eslovaca declara que “*apóia a identidade cultural e a consciência nacional dos eslovacos que moram no estrangeiro, as suas instituições e relações com a mãe-pátria.*” Já a lei “*sobre eslovacos residentes no exterior*” determina seus direitos e obrigações para com a Eslováquia e também estabelece os critérios para definir quem são os eslovacos no exterior. Para poder usufruir os direitos oferecidos pela República eslovaca, os candidatos devem apresentar um atestado emitido pela Organização de Eslovacos Residentes no Exterior. Para conseguir tal atestado, a pessoa deve provar que tem consciência cultural eslovaca e conhecimentos ao menos passivos da língua eslovaca;⁵³ caso não tenha esses conhecimentos da língua, deve

⁵¹ Informações retiradas do site oficial do governo esloveno: <http://www.sigov.si>. O histórico da região, que antes da I Guerra Mundial fazia parte do Império austro-húngaro, onde a circulação dentro das fronteiras era livre põe em dúvida esta alegação.

⁵² O decreto foi publicado no Uradni List, em junho de 1997.

⁵³ A lei não explicita o que entende por conhecimentos passivos da língua eslovaca. Devemos lembrar que se trata de minorias que vivem em situações de bilingüismo onde a língua minoritária convive com a hegemônica. Dependendo do contexto particular de cada localidade podemos pensar em relações mais ou menos “passivas” ou “ativas” tanto com a língua hegemônica como com a minoritária. Durante a pesquisa na

demonstrar sua participação ativa na vida da comunidade étnica eslovaca. Também devem ser apresentados documentos que provem a “*origem étnica eslovaca*” (pelo menos um antepassado eslovaco nas três últimas gerações). A lei determina ainda que, para que se possa usufruir dos direitos conferidos aos eslovacos do exterior (facilidades para viajar, estudar, ter emprego e comprar bens) no território do estado eslovaco, estes devem ser portadores da “carteirinha de eslovaco do exterior”.⁵⁴

As Constituições da Croácia, da Polônia e da Ucrânia também fazem referências a seus co-nacionais no exterior. No artigo 10º. da sua constituição, a Croácia se declara protetora dos direitos e interesses dos croatas espalhados por outros países, também referidos como grupo que faz parte da nação croata. Cabe ao Estado croata a promoção de seus contatos com a pátria. O artigo 6º da constituição polonesa se propõe ajudar a manter a relação dos poloneses no exterior com a herança da cultura nacional, enquanto que a carta da Ucrânia declara que o estado cuidará da satisfação das necessidades nacionais, culturais e lingüísticas dos ucranianos do estrangeiro.

É interessante observarmos que todas estas constituições e leis são formulações recentes, datando da segunda metade da década dos '90. Mas seria um erro pensarmos que a preocupação com minorias, co-nacionais ou cidadãos que se encontram fora do estado é uma característica particular da nova europa central. Um caso curioso é o de Portugal que, no terceiro parágrafo do artigo número 15 da Constituição de 1976, afirma que “*Aos cidadãos dos países de língua portuguesa podem ser atribuídos, mediante convenção internacional e em condições de reciprocidade, direitos não conferidos a estrangeiros, salvo o acesso à titularidade dos órgãos de soberania e das regiões autônomas, o serviço nas forças armadas e a carreira diplomática*”.⁵⁵ Certamente o caso português é singular, consequência de elementos estranhos à realidade dos países do leste, tais como a expansão ultramarina e o papel desempenhado por este pequeno país no processo de construção e fragmentação dos impérios transcontinentais europeus. Contudo, a centralidade da *lusofonia* nas relações de Portugal com os “mundos históricos” a nortear suas

Voivodina, encontrei localidades de maioria húngara onde muitos húngaros, principalmente os mais velhos, não falavam sérvio e tinham dificuldades para compreendê-lo, assim como vilas onde os húngaros estavam em minoria e onde os mais jovens já não falavam o húngaro.

⁵⁴ A constituição eslovaca está publicada em: <http://www.nrsr.sk/english/nc/constitution.doc> e a lei de status na edição no. 30 do *Zbierka zákonov*.

⁵⁵ http://debates.parlamento.pt/r3/dac/constituicao/c_76-3.asp

reconfigurações nacionais – a Europa, o Brasil, os territórios remanescentes do império colonial e as comunidades de migrantes espalhadas pelo mundo – indica a contemporaneidade dos debates sobre o “idioma nacional” para além da Europa central e oriental.

Vejamos agora um dos casos paradigmáticos: a Alemanha.

A Alemanha apóia, tradicionalmente, as comunidades *Volksdeutsch*,⁵⁶ denominação das populações alemãs que vivem e viviam fora das fronteiras políticas do país. Até a II Guerra Mundial, a maior parte destas comunidades se encontrava na Polônia, nos estados sucessores do Império Austro-húngaro e na Rússia, principalmente nas terras baixas do Rio Volga, onde foram assentadas por volta de 1760 a convite da tsarina Catarina II, quem ofereceu terras, privilégios fiscais, autonomia religiosa e outras facilidades aos colonos alemães (Brubaker, 1996:149).⁵⁷

Após a I Guerra Mundial, aproximadamente 6,5 milhões de alemães viram desvanecer seu lugar ocupado na hierarquia do Império Austro-húngaro; de *staatsvolk* ou povo estatal, rapidamente se viram na posição nada fácil de “minorias nacionais”.⁵⁸

Com a ascensão do nazismo, a maior parte destas regiões voltou para a esfera de influência alemã, sendo que durante a II Guerra parte dos territórios em questão foi ocupada pela Alemanha ou então administrada por governos fantoches. Com o fim da guerra, as potências aliadas procuraram uma solução para a “questão alemã”. Na conferência de Potsdam, realizada em 1945, determinou-se que “os alemães ou ao menos uma parte deles, de três países, Hungria, Polônia e Tchecoslováquia, deve(r)am ser reassentados de modo organizado e humano na Alemanha” (citado em Föglein, 2000:124). No caso da Polônia e da Tchecoslováquia, além da aplicação do princípio de responsabilidade coletiva, os aliados procuraram prevenir futuras reivindicações irredentas,

⁵⁶ Outro termo usado em relação a estes grupos é *Aussiedler* (“colonos de fora”). Trata-se, precisamente, de alemães do leste que, expulsos ou deportados de suas terras, “voltaram” para Alemanha após a II Guerra Mundial; nos anos mais recentes, após a queda do muro de Berlim, observa-se este mesmo movimento particularmente com aqueles “alemães étnicos” remanescentes nas antigas repúblicas soviéticas.

⁵⁷ Durante a I Guerra Mundial, alguns destes alemães migraram em direção ao leste; durante a II Guerra, declarados inimigos do estado, organizou-se sua deportação para a Sibéria e outros destinos na Ásia Central, especialmente para o que hoje é o Cazaquistão. Em 1964, os “alemães étnicos” foram reabilitados por Krushev, mas não receberam autorização para voltarem as suas regiões de origem (Brubaker, 1996:149-150).

⁵⁸ 2 milhões nos territórios húngaros do que fora o Império Habsburgo, 3 nos sudetos tchecos, mais de um milhão nas regiões anexadas à Polônia, e centenas de milhares no recém formado Reino Sérvio-Croata-Esloveno, na Romênia e na Bulgária.

argumentando que tchecos, poloneses e alemães dificilmente poderiam conviver pacificamente dentro do mesmo estado. Já no caso da deportação das comunidades *volksdeutsch* húngaros, proposta pela União Soviética e apoiada pela Tchecoslováquia e a Hungria, o principal objetivo era “fazer espaço” para as populações húngaras que seriam expulsas da Tchecoslováquia e da Iugoslávia.⁵⁹

Desta forma, como consequência da resolução do tratado de Potsdam, entre 7 e 8 milhões de Alemães foram expulsos ou deportados da Polônia, quase 3 milhões da Tchecoslováquia, 300.000 da Iugoslávia, 250.000 da Romênia e 200.000 da Hungria.

Em 1949, a nova Constituição da Alemanha Federal, de acordo com seu preâmbulo, afirma que o povo alemão agiu em nome daqueles alemães cuja participação na reconstrução do país não foi permitida.⁶⁰ Após a reunificação do país, o preâmbulo foi retirado, e hoje é o artigo 116 da constituição que se ocupa dos “alemães étnicos”, determinando quem pode ser considerado alemão. Desta forma, além dos atuais cidadãos que habitam o estado alemão são considerados alemães aquelas pessoas que foram admitidas como expulsos ou refugiados de origem étnica alemã no território do Reich Alemão dentro das fronteiras de 1937. O artigo também considera que as pessoas que entre 1933 e 1945 perderam sua cidadania por motivos religiosos, políticos ou raciais têm direito a pedir sua cidadania de volta, assim como seus cônjuges e descendentes.⁶¹ É com base neste artigo que os alemães do Volga, da Transilvânia, do Cazaquistão e outras regiões da

⁵⁹ A “troca de populações” (denominação oficial) envolveu a saída de 73.000 eslovacos da Hungria, e 80.000 húngaros da Eslováquia. (Romsics, 1998:279; Föglein, 2000:124-131). Uma troca semelhante foi planejada entre a Hungria e a Iugoslávia, mas as negociações acabaram com a ruptura entre Tito e Stalin em 1948.

⁶⁰ “Conscious of their responsibility before God and men, moved by the purpose to *preserve its national and state unity and serve world peace as an equal part in a unified Europe*, the German People in the States [Länder] of *Baden, Bavaria, Bremen, Hamburg, Hesse, Lower Saxony, North Rhine-Westphalia, Rhineland-Palatinate, Schleswig-Holstein, Wurttemberg-Baden and Wurttemberg-Hohenzollern*, to establish a temporary state order, by virtue of their constituent power, have adopted this Basic Law of the Federal Republic of Germany. *The German People have also acted for those Germans who were not allowed to participate. The entire German People remains obliged to fulfil the unity and freedom of Germany in free self-determination.*”

⁶¹ *Article 116 [Definition of a German.]*

(1) Unless otherwise provided by statute, a German within the meaning of this Constitution is a person who possesses German citizenship or who has been admitted to the territory of the German Reich within the frontiers of 31 December 1937 as a refugee or expellee of German ethnic origin or as the spouse or descendant of such a person.

(2) Former German citizens who, between 30 January 1933 and 8 May 1945, were deprived of their citizenship on political, racial or religious grounds, and their descendants, are re-granted German citizenship on application. They are considered as not having been deprived of their German citizenship where they have established their residence in Germany after 8 May 1945 and have not expressed a contrary intention.

Ásia Central hoje em dia pedem a cidadania alemã. Como mostra Giordano (1997), o trâmite para conseguir a cidadania alemã para os *Aussiedler* é bastante simples, mesmo quando já não falam alemão. Basta a demonstração da origem e da consangüinidade da sua descendência alemã. Em oposição, filhos de imigrantes turcos, já nascidos e socializados na Alemanha (há várias gerações), têm que enfrentar um processo longo e burocrático. (Giordano, 1997:175-192).

Creio que o caso alemão e as novas constituições da Europa central e oriental são reveladores da complexidade que as duas categorias de pertença a estados nacionais, cidadania e nacionalidade, envolvem. Os textos jurídicos acima citados são indicativos da fusão paradoxal dos dois modelos ou tipos ideais de definição de pertença a um Estado Nacional: se por um lado as leis e constituições se dirigem a um corpo de indivíduos – os cidadãos – garantindo seus direitos civis e políticos e estabelecendo seus deveres (*Staatnation*), por outro elas se dirigem também a um outro grupo – a nação – que, como mostram os casos analisados, se prolonga para além das fronteiras políticas (*Kulturnation*). Como vimos, o corpo de textos jurídicos reproduz a contradição entre nacionalidade e cidadania. As leis citadas operam simultaneamente com duas definições de pertença, baseando-se na noção de *Kultur* podem se referir a grupos não cidadãos, ou seja, cidadãos de outros estados, que se encontram fora do território político do Estado, ampliando a comunidade nacional para além das fronteiras políticas claramente delimitadas - este é o caso da Hungria. Ao mesmo tempo, tal movimento pode ser restritivo, como é o caso da Eslovênia, que, de certa forma, acaba excluindo os grupos considerados minorias não indígenas.

Este é precisamente o caso da Hungria, cuja lei de status foi dirigida aos mais de três milhões de húngaros além-fronteira que vivem nos estados vizinhos. A instituição da lei provocou um intenso debate sobre a nação, o qual acabou por envolver estados e nações da região, assim como as minorias húngaras que, ora pelo critério da cidadania, ora pelo da nacionalidade, pertencem a ambas comunidades.

No capítulo a seguir, procurarei discutir mais profundamente a legislação húngara à respeito dos húngaros além-fronteira e o debate originado a partir da promulgação da lei de status.

CAPÍTULO 3 – OLHARES DE BUDAPESTE: A LEI DE STATUS HÚNGARA

“Lei de status”: este foi o primeiro nome do projeto de lei, dirigida aos húngaros-além-fronteira. Ao longo dos debates e as pressões dos estados vizinhos e da União Européia, o nome do projeto mudou para “lei de facilidades” e finalmente, para evitar qualquer indício que possa sugerir uma intromissão na soberania dos estados em questão, foi aprovada como “*lei sobre os húngaros que vivem nos estados vizinhos*”.⁶²

De certa forma, a lei dá continuidade ao parágrafo 3 do artigo número 6 da Constituição húngara, também conhecida como “cláusula de responsabilidade”, no qual “*a República húngara se considera responsável pela sorte dos Húngaros que vivem fora das suas fronteiras e favorece a manutenção das suas relações com a Hungria*”. Trata-se de uma emenda que foi introduzida na constituição em 1988-89, quando representantes do MSzMP (Partido Socialista Operário Húngaro – no poder desde 1956) se sentaram na Mesa Redonda da Oposição para a negociação de uma transição democrática.⁶³ A cláusula reflete o clima geral das ruas nesta época final da ditadura comunista, nessa altura abertamente contestada em manifestações populares como, por exemplo, o re-enterro de Imre Nagy, líder da revolução de 1956, até então enterrado num túmulo desconhecido na parcela 301 do Novo Cemitério Público. O evento, realizado no dia 16 de junho de 1989, reuniu mais de 100.000 pessoas e um dos oradores, Viktor Orbán, exigiu a retirada imediata das tropas soviéticas, que, segundo a expressão oficial, estavam “temporariamente” no país desde 1956.⁶⁴

⁶² Ver no Anexo I o texto integral em inglês.

⁶³ A Hungria é o único país do leste europeu onde continua em vigor a constituição do período do socialismo real. Em vez de uma constituição nova como fizeram os outros países do bloco, na Hungria optou-se por emendas, sendo que além do título – Lei XX de 1949 – pouco sobrou do texto original. A *Mesa Redonda da Oposição* reunia as organizações políticas semiclandestinas que transformar-se-iam nos partidos políticos atuais e que, a partir da segunda metade dos anos 80, contestavam a legitimidade do MSzMP e lutavam pela pluralização da vida política e pela democracia.

⁶⁴ No mesmo dia do ano anterior, um grupo de imigrantes húngaros de Paris, entre eles o historiador François Fejtő e o cientista político Pierre Kende, organizaram um enterro simbólico de Nagy no *Père Lachaise*. No início, o evento foi classificado pelo partido único como provocação. Mas o debate sobre a revolução de 1956 chegou a tal ponto que o MSzMP montou um comitê para promover uma tomada de posição. O comitê, e depois o Comitê Central do partido, reconheceu que 56’ foi uma revolução e não uma contra-revolução, denominação oficial até então. Com isto, o regime perdeu toda e qualquer legitimidade, uma vez que o que sustentava a ditadura do MSzMP era justamente o fato de terem vencido, com a ajuda do Exército Vermelho, uma “contra-revolução burguesa”.

Um ano antes, em 1988, aconteceu outro evento crucial na história húngara recente, tido por muitos como o “início do fim da ditadura” (p. ex. Kende, 1999). Em abril, Nicolae Ceausescu, ditador da Romênia, anunciou um novo programa de transformação da estrutura de localidades, projeto que envolvia a destruição de duas mil vilas, habitadas majoritariamente por húngaros na região da Transilvânia. O anúncio não só levou quase 100.000 húngaros às ruas de Budapeste, como também significou a quebra do tabu mais importante dos 40 anos de regime socialista: a existência de húngaros do outro lado da fronteira. A participação de refugiados húngaros da Romênia mobilizou a opinião pública e muitos partiram em direção ao estado vizinho para levar remédios e comida.

Ao mesmo tempo, 200.000 alemães da RDA acampavam nas ruas de Budapeste, tentando conseguir visto para a República Federal Alemã. A situação se resolveu quando o governo decidiu abrir as fronteiras ocidentais, a famosa Cortina de Ferro, autorizando a saída dos alemães em direção à RFA.⁶⁵ Percebendo que não havia mais volta atrás, em 1989 representantes da ala reformista do partido único se reuniram com os representantes da oposição para negociar uma transição pacífica e foi justamente nessas negociações que foi aprovada a “cláusula de responsabilidade”. No debate da emenda no parlamento a justificativa oficial do governo transitório composto principalmente pelas correntes reformistas do partido único reflete bem o clima conturbado da transição:

Levando em conta as relações mundiais de poder e o sistema de alianças, a realidade das fronteiras européias surgidas nos tratados de paz que se seguiram às duas guerras mundiais não pode ser questionada. Mas isto não significa que não devemos prestar atenção nas relações particulares entre as nacionalidades. Por isto a Constituição declara que a mãe-pátria pretende desempenhar uma função importante em relação aos húngaros além das nossas fronteiras (citado em Kukorelli, 2000:176).

Assim, podemos dizer que, na década de '90, o posicionamento oficial da Hungria tem se guiado pela “cláusula de responsabilidade”. Criou-se o HTMH, órgão ligado

⁶⁵ Apesar de estar ainda no começo da minha adolescência, participei, com meu grupo de amigos, ativamente das manifestações de solidariedade aos húngaros da Transilvânia. Lembro-me, como se fosse hoje, da irritante presença de centenas de alemães diante da minha casa, que ficava perto da Embaixada da RFA. Posso dizer que este período foi decisivo para o desenvolvimento ulterior de minha reflexão política.

diretamente ao governo que trata de assuntos relativos aos húngaros além-fronteira.⁶⁶ Mas, em vários momentos tais como a convocação dos húngaros da Voivodina para o exército iugoslavo nos conflitos da ex-Iugoslávia ou a difícil situação dos húngaros da Romênia e da Eslováquia,⁶⁷ a cláusula mostrou-se abstrata demais. Foi precisamente o caráter geral da constituição que justificou a procura por um texto mais normativo a definir o status das minorias húngaras dos estados vizinhos. Para o projeto de lei criou-se um fórum de debates onde participaram os representantes das organizações dos húngaros além-fronteira e do governo húngaro. O objetivo fica claro na declaração do MÁÉRT (“Conferência Permanente dos Húngaros”): *“Apesar das tempestades do século XX terem despedaçado a nação húngara, nas esferas do espírito esta continuou uma”* (citada em Halász – Majtényi, 2001:474).

Desta forma, baseando-se no princípio da *Kulturnation*, o primeiro capítulo da lei determina que ela *“diz respeito aos cidadãos não húngaros (seus cônjuges e descendentes) que nacionalmente se definem como tais e que moram na Eslovênia, na Croácia, na Iugoslávia, na Romênia, na Ucrânia ou na Eslováquia e que perderam sua cidadania húngara sem que tenham abdicado dela”*. Isto significa que a lei não envolve os húngaros da diáspora que abandonaram o país (migrantes), mas apenas aqueles que continuaram na sua *terra natal*, ou seja, nos territórios que, após os tratados de paz de Trianon-Versailles, passaram a fazer parte dos estados que na atualidade são vizinhos da Hungria.⁶⁸

O capítulo segundo, passa a definir as facilidades e auxílios aos quais os húngaros além-fronteira tem direito. Em território húngaro, na área cultural, eles têm os mesmos direitos que os cidadãos húngaros, tais como o uso das instituições culturais (bibliotecas e museus), freqüentar instituições educacionais, isto é, em um número determinado pelo Ministério da Cultura podem ser regularmente matriculados em escolas e universidades, podem receber condecorações e bolsas de estudo, assim como usufruir dos direitos que a carteirinha de estudante oferece. A lei também garante descontos no uso dos meios públicos

⁶⁶ HTMH quer dizer *Határon Túli Magyarok Hivatala*: “Escritório do Governo para húngaros-além-fronteira”.

⁶⁷ Durante a administração Meciar, a Eslováquia redesenhou as suas províncias de tal modo que a população húngara não pudesse ter maioria absoluta em nenhum dos distritos eleitorais.

⁶⁸ Isto significa que tanto os húngaros da diáspora como os além-fronteira possuíam cidadania húngara no passado. A diferença é que enquanto os primeiros ao abandonarem o país *abdicaram* dela, os além-fronteira, com a mudança das fronteiras, *perderam-na*.

de transporte e oferece cursos de aperfeiçoamento para professores húngaros além-fronteira.

O artigo 13 da lei determina que, para a manutenção da língua natal, da cultura e da identidade nacionais, unidades de ensino superior podem realizar cursos e deslocar suas faculdades para os estados vizinhos.

Em seguida, nos artigos 14 e 15, são colocados os pontos mais polêmicos: a ajuda que húngaros além-fronteira podem receber fora da Hungria, ou seja, na sua terra natal, e a questão das permissões de trabalho na Hungria. Assim, podem receber ajuda – econômica ou em forma de livros e outros materiais escolares – as famílias que têm no mínimo dois filhos que freqüentem instituições húngaras de ensino no seu estado, assim como as próprias instituições de ensino. No que se refere às permissões de trabalho, os húngaros além-fronteira têm direito a trabalhar legalmente 3 meses na Hungria, período que, eventualmente, pode ser prorrogado.

O artigo 17 determina que o estado húngaro garanta a troca de informações entre os dois lados da fronteira, fazendo com que os meios húngaros de comunicação transmitam informações sobre as comunidades além-fronteira e emitindo programas dirigidos especificamente para os húngaros além-fronteira.⁶⁹ Finalmente, o artigo 18 declara apoiar organizações húngaras nos estados vizinhos, principalmente aqueles que se propõem a manter, apoiar e estudar as tradições nacionais, a língua, cultura, literatura húngaras.

O terceiro capítulo define os modos de ter acesso aos direitos outorgados. O requisito principal é ser portador da “Carteirinha Húngara” (artigo 19, parágrafo 1), conferida pelas organizações locais designadas pelo governo húngaro. Pode ser portador da carteirinha aquele que demonstre sua nacionalidade húngara para essas organizações locais (artigo 20 parágrafo 1). É interessante notar que, ao contrário de outras leis, como a alemã, por exemplo, a húngara não define os critérios concretos da “hungariedade”.⁷⁰ Familiares

⁶⁹ O canal de televisão Duna (Danúbio) destinado a todos os húngaros do mundo foi criado com este propósito

⁷⁰ Os critérios podem ser encontrados no decreto do governo publicado após a entrada em vigor da lei de status. Os critérios para obter a carta de recomendação e que serão avaliados pelos consulados da Hungria para onde os pedidos são entregues consideram que o pedido de Carteira de Húngaro em si representa a pertença à comunidade nacional húngara e que além desta declaração deverão ser considerados um destes quatro critérios: falar húngaro, estar registrado no seu Estado como cidadão de nacionalidade húngara, ser membro de alguma organização húngara ou aparecer em registros eclesiásticos como indivíduo de nacionalidade húngara.

não húngaros podem obter a “Carteirinha húngara para dependentes” e usufruir os mesmos direitos.

Finalmente, um dos artigos do último capítulo da lei, o artigo 27, anuncia a futura revisão da aplicação da lei após a entrada da Hungria na União Européia, cuja previsão é para o ano 2004. Como assinalai antes, a União se opôs de maneira contundente à lei, declarando que não aceitará a discriminação entre seus cidadãos. Outro motivo para a futura revisão da lei é que, após a entrada na União Européia da Hungria, também entrará em vigor o tratado de Schengen, estendendo as fronteiras da União para o leste, o que poderá significar um obstáculo maior para húngaros de ambos lados da fronteira. Assim, por exemplo, já a partir de novembro de 2003, cidadãos da República de Sérvia e Montenegro (ex-Iugoslávia) e da Ucrânia precisarão de visto para entrar na Hungria, sejam eles húngaros ou não.

O debate e as negociações diplomáticas que se seguiram à aprovação da lei giraram em torno da contradição entre nacionalidade e cidadania. Para a Eslováquia e a Romênia, a lei representava uma violação de sua soberania nacional e discriminava seus cidadãos, outorgando direitos a alguns e negando-os a outros em função do critério da nacionalidade. Em 2001, a Hungria chegou a assinar um tratado bilateral com a Romênia, no qual a Hungria se compromete a dar o mesmo tratamento a todos os cidadãos romenos no que se refere às permissões de trabalho temporário na Hungria.

Outro ponto criticado foi a concessão da carteirinha a cônjuges ou filhos que não se identificam como húngaros. Segundo algumas opiniões na Romênia, isto poderia levar a uma “re-hungarização” de húngaros já assimilados ou de membros de famílias mistas (Halász – Majtényi, 2001:477).

Mas, o assunto que provavelmente gerou maior polêmica, foi a desenhos na “Carteirinha de húngaro”. Trata-se da Sacra Coroa, imagem que foi retomada na Hungria após o fim do socialismo e que representa a fundação (mítica) do Estado Húngaro por Santo Estevão no ano 1001. A coroa teve um papel fundamental no período posterior à I Guerra Mundial, quando, com o fim do Império Austro-húngaro, após ter perdido 2/3 do território para os estados vizinhos, o país foi definido como Estado-nacional cristão, em cujo centro estava a idéia do Estado da Sacra Coroa, representação do estado de Santo Estevão, ou seja, da “grande Hungria” ou da “Hungria Histórica” anterior aos tratados de

paz.⁷¹ A política oficial da Hungria entre-guerras foi claramente revisionista e irredentista, visando a reunificação do estado, ou seja, a reconquista dos territórios perdidos nos tratados de Trianon.

Para além das negociações diplomáticas interestatais, a lei e principalmente a imagem da Coroa geraram debate intenso entre a própria população, tanto na Hungria, como além das fronteiras, entre os próprios húngaros e seus co-cidadãos romenos, eslovacos e sérvios. Se no âmbito diplomático a lei é tomada como uma interferência em assuntos internos relativos a cidadãos de outro estado, ou seja, uma violação da soberania nacional, a imagem da coroa na carteirinha mostrou-se um pretexto perfeito para acusações contra a população húngara além-fronteiras e foi aproveitada por vários partidos nacionalistas e radicais. Na Sérvia, por exemplo, Dušan Bajatović, líder do Partido Socialista Sérvio, apontou recentemente para o perigo separatista na Voivodina, acusando alguns políticos da província, entre eles líderes dos partidos húngaros, de planejarem o despedaçamento da Sérvia. “A Voivodina pode ter o mesmo destino do Kossovo” (*Beta News*, 19/02/2003).

Ao mesmo tempo, a aprovação da lei dividiu as próprias comunidades húngaras, distanciando-os muitas vezes de seus representantes políticos que participaram da elaboração do projeto e que montaram as organizações locais que podem decidir a concessão da carteirinha. Passo agora a descrever alguns pontos do debate sobre a lei entre os húngaros das duas vilas da Voivodina nas quais realizei pesquisa de campo.

⁷¹ Neste período, o Reino da Hungria pertencia ao Império Habsburgo, constituindo um sistema dualista, onde o imperador era ao mesmo tempo rei da Hungria, que tinha as fronteiras claramente delimitadas e possuía um território contínuo. Na atualidade, essa perda territorial e populacional é uma das imagens mais usadas pelo nacionalismo húngaro para representar a grande “tragédia nacional”. O que é esquecido muitas vezes é que a população húngara desses territórios mal chegava a constituir 1/3 da população total.

CAPÍTULO 4 – ALÉM-FRONTEIRAS: A RECEPÇÃO DA LEI NA VOIVODINA

Uma lei que supostamente daria privilégios aos húngaros além-fronteira era um dos assuntos mais debatidos entre os húngaros de Csantavér (Чантавир ou Čantavir em sérvio) e Maradék (Марадик, Maradik), as duas localidades onde realizei pesquisa de campo. A maioria dos húngaros acompanhava e discutia as notícias vindas da Hungria. Em Csantavér, a uns 30 40 quilômetros da fronteira, escutavam-se algumas estações de rádio da Hungria, assim como o canal estatal de televisão e algumas famílias também puderam acompanhar os debates nos canais húngaros privados que chegam até a Voivodina via satélite. Outra fonte importante de informação era o *Magyar Szó* – único diário editado em húngaro na região – tanto para acompanhar as notícias políticas da Hungria como para aquelas diretamente relacionadas às comunidades húngaras da Voivodina.⁷² Além do jornal, circulavam outras revistas semanais ou mensais, como *Családi Kör*, (“Círculo Familiar”), *Hét Nap* (“Sete dias”) e *Képes Ifjúság* (“Juventude Colorida”). Trata-se de revistas de variedades e de notícias locais e regionais da Voivodina, todas editadas em húngaro.

De forma geral, para acompanhar as notícias sobre a Hungria, os moradores da vila recorriam ao *Magyar Szó* e aos canais de televisão e estações de rádio da Hungria, assim como o canal Duna, canal público criado na Hungria em 1992 e destinado a todos os húngaros do mundo. Já para as notícias relativas a Voivodina, além do jornal os moradores das duas vilas escutavam os programas da rádio Subotica e da rádio Novi Sad. Antes dos bombardeios da OTAN, do qual as torres de transmissão da Voivodina não escaparam, ambas emissoras cobriam a província inteira, mas nos dias atuais não é assim. Antes de 1999, a rádio Novi Sad emitia programas em húngaro 24 horas por dia e uma das queixas atuais dos húngaros é que enquanto a versão sérvia do rádio transmite em FM para a província toda, a programação húngara só pode ser sintonizada nas ondas curtas e numa banda de pior qualidade e difícil de sintonizar. Do mesmo jeito, antes de 1999 o Rádio Subotica podia ser escutado na Voivodina inteira, enquanto que nos dias atuais as emissões alcançam somente uma área de 30 quilômetros ao redor da cidade. A programação é

⁷² O jornal passou por vários problemas financeiros. Em 1993, a publicação foi suspensa por um tempo e depois não conseguiram fazer edições diárias. Segundo o jornaleiro de Subotica, o jornal vende diariamente aproximadamente 5.000 exemplares na Voivodina com um todo, sendo que as edições especiais dos domingos alcançam os 20.000 exemplares.

trilíngüe, sendo que 6 horas diárias são destinadas aos ouvintes de fala húngara, outras 6 horas de programação em sérvio e 1 hora diária em croata.⁷³

Finalmente, quando se tratava de assuntos relativos à Sérvia e à Iugoslávia, os moradores das duas vilas liam o *Blic* e o *Danas*, jornais editados em sérvio semelhantes aos tablóides políticos ingleses, ou assistiam o canal estatal de Belgrado e também a televisão croata que pode ser normalmente sintonizado sem a necessidade de antenas especiais.

Nas conversas sobre tv, rádio e imprensa, ficou claro que as preferências da mídia atravessavam as fronteiras, e tanto meios húngaros como sérvios e croatas eram acompanhados com interesse, mesmo quando não se tratava de política, mas de futebol: muitos homens, por exemplo torciam para um time na Hungria – geralmente um dos grandes de Budapeste – e outro na Iugoslávia, onde a preferência nem sempre era por times locais ou da província (mesmo a pesar do *FK Vojvodina* de Novi Sad estar entre os times grandes), mas por equipes como o *Crvena Zvezda* (Estrela Vermelha) ou o *Partizan*, ambos de Belgrado.

Na época da pesquisa – entre setembro de 2000 e janeiro do ano seguinte – pouco se sabia sobre os privilégios concretos que a lei de status ofereceria. Os jornais e programas de rádio e tv noticiavam sobre os debates no parlamento húngaro e as reações romenas e eslovacas, provocando uma ansiedade sobre qual poderia ser a reação sérvia. A ausência de pronunciamentos oficiais por membros do governo foi um alívio, mas a reação de Vojislav Šešelj e seu partido, o CPC (SRS – Partido Radical Sérvio), foi considerada preocupante.⁷⁴ Segundo os meus entrevistados, Šešelj declarou que em vez de privilégios os húngaros deveriam receber um sanduíche junto com os eslovacos que receberiam dois, porque levariam um dia a mais para chegar na Eslováquia:

⁷³ Em Maradék a situação era bem diferente. Na vila, muito menor que Csantavér e mais distante da fronteira, havia cerca de 3 famílias com TV a cabo, o que lhes dava acesso aos canais húngaro. Geralmente, o *Magyar Szó* não se encontrava disponível, só circulando alguns exemplares trazidos por Berta Zoli, que trabalha em Novi Sad na gráfica do próprio jornal. Nos domingos, o pastor trazia a edição especial do final de semana. A principal fonte de informação sobre assuntos húngaros era a rádio de Novi Sad.

⁷⁴ Mentor de grupos paramilitares de *chetniks*, Šešelj atualmente está sendo julgado pelo tribunal da Haia, que investiga crimes de guerra. Durante as guerras da Bósnia e da Croácia foi o único líder sérvio a fazer ameaças de expulsão às populações húngaras da Voivodina.

ele se agitava contra os húngaros, dizendo que somos refugiados de 56, que fugimos do exército vermelho e fomos generosamente acolhidos pela Iugoslávia. Mas agora que os russos não estão mais na Hungria, deveríamos agradecer pela acolhida generosa e deixar voluntariamente nossas terras e empregos aos sérvios. Enfim devolver a Voivodina para a Sérvia,

contava-me János Orovec, professor da escola de Csantavér e operário da fábrica de cimento em Novi Zsednik (Нови Жедник). O discurso de Šešelj acabou por revelar mais uma vez um sentimento de vulnerabilidade dos húngaros e de outras minorias no espaço pós-iugoslavo, na medida que ela opera com duas categorias a partir das quais alguns dos conflitos recentes podem ganhar sentido. Trata-se de uma distinção muito semelhante àquela formulada por Norbert Elias entre estabelecidos e *outsiders* e que poderíamos traduzir aqui como uma distinção entre “nativos” e “assentados” ou “imigrantes” (Elias, 2000). Trata-se da mesma distinção que aparece na Carta constitucional da Eslovênia, citada no capítulo anterior, e que cria uma distinção entre minorias “indígenas” – a italiana e a húngara – e grupos de “imigrantes” – ciganos, romenos, albaneses, sérvios, bósnios e croatas, quando é muito provável que a presença de todos estes grupos date pelo menos da época do Império Austro-húngaro, quando a circulação era livre dentro das fronteiras imperiais.

Do mesmo modo, no discurso de Šešelj a distinção aparece de maneira clara: húngaros e eslovacos são, em função de sua identificação nacional, construídos como gente de fora, ambos seriam refugiados da revolução anti-stalinista húngara de 1956 ou da primavera de Praga de 1968 e teriam sido acolhidos pela Iugoslávia, mas agora que os seus Estados-nacionais estão livres da dominação soviética deveriam “voltar para casa”.

naquela altura voltou um dos nossos pesadelos de 1993, agora sim seríamos junto com os albaneses as próximas vítimas da faxina étnica. Šešelj tão psicótico quanto o Miloš, pedia para os nossos próprios vizinhos que nos expulsem e que preparem o lanche para o caminho até a Hungria.

Rudolf Szedlár, Csantavér

As declarações de Šešelj poderiam parecer uma piada, ou simplesmente lembranças ruins dos comícios do partido radical em 1999, durante o conflito do Kosovo, e no ano

2000, nas eleições gerais, ou mesmo antes, ao longo das guerras da Croácia e da Bósnia. Mas, como mostra o depoimento de Rudolf Szedlár, elas foram interpretadas a partir do conflito do Kossovo, no qual a expulsão e matança de albaneses foi justificada justamente por uma suposta ilegitimidade de sua presença num território que representa para o nacionalismo sérvio a origem da nação sérvia. Como mostra Mira Milosevich (2001), a batalha de Kosovo-Polje de 1389 acabou por transformar-se no mito fundador da Sérvia, e é vinculada à existência e derrota do primeiro Estado Sérvio frente ao exército otomano, assim como à fundação dos primeiros monastérios ortodoxos, símbolos da identidade sérvia. (Milosevich, 2001:40). Por sua vez, Kossovo também representa a origem do Estado albanês, sendo que para os nacionalistas albaneses, Kossovo é considerado o ponto de partida das revoltas tanto contra dominadores otomanos como eslavos ou cristãos.⁷⁵ Apesar destas reivindicações serem opostas e mutuamente excludentes, uma coisa eles tem em comum: o “outro”, seja ele albanês ou sérvio, é construído como invasor, e foi justamente esta construção que justificou as reivindicações territoriais dos dois grupos envolvidos.

Seria um erro não levarmos em consideração os temores diante dos discursos inflamados de Šešelj – entre outros. Kati e Erzsébet, duas moradoras de Csantavér, contaram que durante “alguma das guerras” – *“nem a gente lembra em qual delas, teve tantas, mas antes do agito de Šešelj”* – uma colega sérvia foi se despedir de todas as húngaras que estavam vendendo e trocando seus produtos na feira:

Infelizmente esse tipo de despedida era bem freqüente, toda semana alguém, sérvio ou húngaro ia embora tentar sorte na Hungria, na Alemanha ou em algum outro lugar. Mas quando perguntamos para onde ela ia, ela ficou surpresa: ‘Não vou pra lugar nenhum, vocês minorias que têm que sair.’

Estas lembranças, acusações e declarações fizeram com que as reações dos húngaros da Voivodina a lei de status e os possíveis privilégios por ela oferecida não fossem unânimes. Para muitos *“uma lei como essa é tudo que gente como Šešelj precisa”*. Esta foi

⁷⁵ Tratando-se de eventos do século XIV e XV, ficamos com dificuldade na hora de usar categorias tais como “sérvios” ou “albaneses”. A opção por “eslavo” ou “cristão” é devido à abrangência maior dos termos, o que não significa que possam ser menos anacrônicos.

a opinião de Imre Ifković, barbeiro que aprendeu o ofício de seu pai, quem praticara o ofício em todo o Império Austro-húngaro,

cortando a barba – e não o pescoço como fazem os homens sérvios e croatas hoje em dia – de austríacos em Viena, húngaros em Debrecen, tchecos em Brno, sérvios em Novi Sad e por aí vai, afirmo que sou húngaro, mas sou daqui e não preciso ter um papel dizendo isso. Se a loucura começar de novo seremos os primeiros a ser expulsos.

Uma outra fonte de preocupação dizia respeito aos modos de implementação da lei. Quais seriam os órgãos destinados a decidir quem pode ter a carteirinha? Como eles vão decidir quem é húngaro e quem não o é? Os exemplos inúmeros com os quais fui confrontado nas conversas sobre a lei atestavam a impossibilidade de decidir isso objetivamente e a consciência clara que os moradores de Csantavér e Maradék tinham disso:

Olhe meus vizinhos, os Gutweil. O tio Gutweil é alemão, sua mulher, a tia Nado, é sérvia. Ele fala em sérvio com os sérvios e alemão com os alemães de Subotica; com a gente ele fala em húngaro, com Nado também. A filha deles estudou comigo na escola húngara e se diz húngara. Eles são muito mais húngaros do que alguns que mandam seus filhos para escolas sérvias, mas será que eles poderão receber a carteirinha? Porque merecer eles merecem

- diziam-me János e Éva em Csantavér. Também circulavam muitas histórias sobre a confusão de nomes de família. János, por exemplo, escrevia seu nome como Oravec, mas em seus documentos oficiais estava escrito Orovec, que ele identificava como a forma sérvia, enquanto que os “-cz” finais seriam característicos do húngaro. Mas, como diz János, a “*confusão aqui é ainda maior*”. Referia-se à convicção de sua família ter uma origem eslovaca ou morávia, pois haveria um riacho chamado Ora ou Orava no que seria a Eslováquia atual. Assim Oravec seria derivado deste nome originário “*quando os meus antepassados ficaram húngaros e colocaram o cz no final. Assim o nome parece quase de aristocrata*”.⁷⁶

⁷⁶ Neste ponto János chegou à mesma conclusão que Viktor Karády e István Kozma, em sua monografia sobre *Nome e nação*, na qual analisa estratégias de assimilação no período da formação do Estado nacional

O tio Imre acima citado, apresentou-se a mim como Imre Boros; em sua loja, contudo, estava escrito Ifković, a tradução sérvia do nome. Os mais velhos como Imre ainda lembram da lei de “análise de nomes” da década de 1920. Segundo esta lei, aqueles cujos nomes de família não fossem julgados como sendo claramente de origem húngara do ponto de vista lingüístico, da sonoridade e da grafia não podiam se declarar húngaros no censo.⁷⁷ Também foi prática comum registrar nomes não sérvios com grafia sérvia ou servo-croata, dependendo da época. Assim os Oravec viraram Orovec, os Kovács Kovać, os Csepregi Čepregi, etc. Em outros casos, como o de Imre, nomes com algum significado concreto foram traduzidos do húngaro para o sérvio ou servo-croata. Ifković seria a tradução literal de *Boros*. Sima bácsi⁷⁸, que nasceu durante a Grande Guerra ainda no Império Austro-húngaro também contou várias situações que traduzem esta “confusão”:

essa história eu presenciei na cidade [Szabadka]. Um cara de nome sérvio pediu para um outro sujeito de nome húngaro para que falassem em húngaro porque esta era a única língua que ele falava. Aí o de nome húngaro respondeu que ele não entendia o magiar e que só falava em sérvio.

Em Maradék, localidade onde, ao contrário de Csantavér, os húngaros constituem uma minoria dentro da vila, as preocupações eram muito semelhantes. Dizia-se que pelo nome e pelo conhecimento da língua, não dá para decidir quem é húngaro e quem não é: *“muitos aqui, mesmo considerando-nos húngaros, temos nomes sérvios, e alguns, com nomes totalmente húngaros, não sabem falar uma palavra sequer de húngaro”*.

A percepção da impossibilidade de critérios objetivos para a futura aplicação da lei também era traduzida por uma preocupação que dizia respeito aos órgãos que seriam escolhidos pelo governo húngaro para emitir as cartas de recomendação para a Carteirainha húngara. Notava-se uma forte decepção em relação aos seus representantes políticos e neste

húngaro (Karády & Kozma, 2002). Os autores, analisando processos e pedidos de troca de nome a partir do século XIX, principalmente aqueles que se referiam ao *névmagyarosítás*, mostram como essa “hungarização de nomes” constituía uma estratégia de assimilação própria das minorias nacionais da Hungria. Na escolha de novos nomes, já de “caráter nacional”, a preferência seria justamente por nomes antigos ou antiquados, como é o caso dos nomes com terminação em ‘cz’ ou ‘y’, letras que foram extintas e substituídas por ‘c’ e ‘i’ com a reforma e padronização da língua, nas primeiras décadas do século XIX.

⁷⁷ Trata-se da lei *Pribičević*.

⁷⁸ Tio Sima em húngaro.

ponto muitos faziam comparações com a Transilvânia, onde os húngaros são representados por um único partido político, o RMDSz.⁷⁹ Ao contrário dos seus co-nacionais na Romênia, a representação política dos húngaros da Voivodina era reivindicada por seis partidos e organizações políticas. Em 1990, foi fundado o VMDK (*Vajdasági Magyarok Demokratikus Közössége* – Comunidade Democrática dos Húngaros da Voivodina), partido que, devido a disputas internas, foi se dividindo em partidos menores. Em 1994, um grupo de dissidentes fundou o VMSz (*Vajdasági Magyar Szövetség* – Aliança Húngara da Voivodina). Um ano depois a Voivodina presenciou a fundação de mais um partido político, o VMPM (*Vajdasági Magyar Polgári Mozgalom* – Movimento Cívico Húngaro da Voivodina) e em 1997 o VMDK se dividiria de novo, dando lugar a outros dois partidos: o VMDP (*Vajdasági Magyar Demokrata Párt* - Partido Húngaro Democrático da Voivodina) e o VMKM (*Vajdasági Magyar Kereszténydemokrata Mozgalom* – Movimento Cristão-democrata Húngaro da Voivodina). No mesmo ano uma das facções sai do VMSZ fundando o KDT (*Kereszténydemokrata Tömörülés* – Associação Democrata-cristã).

Tanto em Csantavér como em Maradék encontrei pouquíssimos membros ou ativistas dos partidos húngaros.⁸⁰ Sem pretender fazer uma discussão mais detalhada sobre as diferenças ideológicas desses partidos, é notável que uma das frentes das brigas internas e da fragmentação era a relação dos políticos e deputados com o regime anterior. Aqueles que participaram ativamente do sistema socialista ocupando cargos políticos e administrativos eram continuamente acusados de traição da causa húngara, temática também presente em muitas outras situações do cotidiano das duas vilas e que retomarei mais adiante. Desta forma, os partidos húngaros eram encarados com desconfiança e até com certo desprezo e muitos temiam que se um deles fosse designado para dar a recomendação necessária para tirar a famosa Carteirinha, tal fato poderia significar uma fragmentação ainda maior.

Além das dúvidas em relação aos pontos mais concretos, a opinião sobre o projeto em si estava muito longe de ser unânime. No que dizia respeito ao significado simbólico da lei, muitos saudaram o projeto:

⁷⁹ *Romániai Magyarok Demokratikus Szövetsége* – Aliança Democrática dos Húngaros da Romênia.

⁸⁰ Em compensação, a OTPOR contava com muitos simpatizantes entre os jovens, enquanto os mais velhos eram simpáticos a Nenad Čanak, presidente da Liga Social-democrata da Voivodina e da Assembléia Provincial da Voivodina. Čanak se define, até hoje, como iugoslavo e é partidário de uma Voivodina autônoma.

pelo menos, pela primeira vez em muito tempo, os da Hungria vão reconhecer que nós, aqui, somos húngaros do mesmo jeito. Comemos os mesmos pratos, cantamos as mesmas músicas e lembramos os mesmos reis e heróis da Idade Média

– dizia-me Eszter Répássy em Maradék. Porém, para muitos a proposta de uma “carteirinha de húngaro” para os além fronteiras só serviria para a discriminação deles cada vez que fossem para a Hungria. Para este grupo, ser portador da carteirinha de húngaro significava o reconhecimento de que eles são húngaros de “segunda categoria”. De fato, na maioria das entrevistas, os húngaros, favoráveis ou contrários à lei, contavam centenas de casos em que eles teriam sido objetos de discriminação nas suas viagens a Hungria. A situação mais recorrente era a do húngaro além-fronteira que procurava emprego temporário e ilegal na Hungria e que era chamado pelos “húngaros da pátria” de “jugó”, termo bastante pejorativo usado na Hungria para denominar os iugoslavos. De fato, todo húngaro de Budapeste conhece a imagem triste das madrugadas na praça Moscou, uma das mais movimentadas da cidade, onde se reúnem os trabalhadores ilegais vindos da Romênia, da Iugoslávia ou das regiões orientais do país, numa espécie de mercado humano.

Muitos dos homens entrevistados se queixavam que na Hungria se falava dos 15 milhões de húngaros, mas que nos encontros “inter-húngaros” reais os além-fronteira muitas vezes acabavam por ser discriminados.:

Com as guerras e a inflação, nossas zadrugas faliram, estamos sem emprego e sem dinheiro para cultivar a terra. Na Hungria somos mão de obra barata, construímos as casas de vocês a preço de banana para poder sustentar nossas famílias aqui. De um mês de trabalho ilegal em construções sustento a minha família aqui por quatro meses. E vocês riem de nós por causa do sotaque ou quando pedimos szok numa lanchonete de Budapeste.⁸¹

A citação é de János que, sendo professor na escola de Csantavér, aproveitou várias vezes as férias escolares para trabalhar em construções no sul da Hungria. Apesar da possibilidade legal de contratos temporários colocada pela lei, János afirmou que não iria

⁸¹ Zadruga é um termo sérvio cujo significado original é “família”, mas que neste caso é usado para denominar as cooperativas agrícolas. Szok é a denominação de suco na Voivodina. Os húngaros da Hungria dizem szörp ou üdítő.

tirar a carteirinha “*para ser húngaro de quinta categoria*”. A conversa aconteceu no prédio dos bombeiros voluntários após um dos incêndios freqüentes no final do verão, época na qual medas de trigo, de feno e de palha pegam fogo com certa freqüência. O feno foi apagado, mas a discussão sobre a lei pegou fogo, pois nem todos concordavam com János. Os favoráveis à lei argumentavam que essa discriminação ou desprezo existe com ou sem carteirinha e que a lei em si era um reconhecimento importante, sobretudo “*em tempos tão bravos*”. Para os contrários à lei, o que incomodava era carteirinha de húngaro e mais do que isso: a necessidade de responder a critérios para poder ter a carteirinha, “*um atestado de hungaridade*”:

*nasci húngara, porque meus pais eram húngaros, falo húngaro com meus filhos e não preciso de carteira nenhuma para poder continuar assim. Nenhuma comissão vai me julgar se meu sotaque não é tão bonito quanto o seu, se falo errado ou misturo palavras sérvias.*⁸²

- dizia revoltada a senhora Berkes (na porta estava escrito Berkeš) em Subotica, atestando mais uma vez como o projeto de lei estava muito longe de ser celebrado unanimemente, como era esperado na Hungria até onde só chegavam as manifestações favoráveis dos representantes políticos de partidos e organizações além-fronteira.

Creio que se confrontarmos estes depoimentos com as leis analisadas no capítulo anterior que fazem referência a minorias nacionais que se encontram fora das fronteiras estatais e em relação às quais se reivindica o direito de tutela, deparamos novamente com os dilemas e paradoxos colocadas pela questão da cidadania e nacionalidade. Concordando com a terminologia de Rogers Brubaker (1996), o desencontro entre as fronteiras políticas e culturais e a “reconfiguração” do espaço político em termos nacionais na Europa central e oriental contemporânea pode ser traduzido em múltiplas configurações de “relações triádicas”, onde temos estados que se pretendem pátrias nacionais externas (*external national homelands*, Brubaker, 1996: 66-68) de minorias nacionais, cujos membros são

⁸² As conversas sobre sotaques quase sempre resultavam em constrangimentos mútuos. A referência da senhora Berkes era para meu sotaque de Budapeste, identificado na Voivodina como o mais bonito e correto. Eu, pelo contrário, fiquei fascinado com o som ‘ë’, algo que na Hungria não se usa mais e que teria se perdido com a padronização da língua. Enquanto que em Budapeste só distinguimos entre duas formas do ‘e’, o aberto e o fechado, na Voivodina se usa esta terceira forma semiaberta, o que faz com que as palavras com ‘e’, que são muitas, soem diferentes.

assim reincorporados em nações em processo de reinvenção após a queda dos regimes socialistas. Por outro lado, estas minorias se encontram baixo “fogo cruzado”, quando suas pátrias externas se colocam como seus protetores pretendendo ajuda-los nas suas reivindicações por direitos coletivos ou pela autonomia política e oferecendo-lhes direitos e privilégios algo que, como mostra o caso dos húngaros da Voivodina, nem sempre é bem-vindo por grupos da minoria nacional. Perigosamente, os estados do qual são cidadãos e que, como no caso sérvio ou o romeno, se pretendem nacionais (*nationalizing states*, Brubaker, 1996:63-66), acusam as minorias de deslealdade e traição e suas pátrias externas de (inter-)ferirem a sua soberania nacional.

Desta forma, se a situação dos húngaros além-fronteira constitui um desencontro em si, as opiniões em Csantavér e Maradék são reveladoras de um outro desencontro: aquele que se refere às diferentes concepções sobre nacionalidade húngara. Uma que é colocada pela lei de status e pelas falas presidenciais e que, como vimos, nem sempre corresponde às concepções locais, e outra (ou outras) que se debatem com a primeira. Usando a expressão de Pierre-Caps (1995), o “irredentismo cultural e/ou jurídico” da lei de status e dos discursos presidenciais “imaginam” uma nação de 15 milhões e fazem isto vinculando os húngaros além-fronteira não só à nação mas, de certa forma, ao Estado húngaro. Estamos diante de vínculos nem sempre relacionados à nacionalidade húngara no espaço além-fronteira onde, apesar, da Hungria ser um referencial importante no que tange à definição de nacionalidade, esta muitas vezes parece estar muito mais no local, como resume bem a definição de Sima bácsi, nascido durante os anos da I Guerra Mundial, ainda na época na qual a Voivodina pertencia ao Império Austro-Húngaro:

*sou húngaro, nasci húngaro e vou morrer húngaro. Mas Csantavér é a minha terra natal, esteja ela na Áustria, no Reino Sérvio, na Grande Iugoslávia, na pequena Iugoslávia ou na Hungria.*⁸³

* * *

As falas presidenciais citadas no início deste trabalho, assim como a lei de status, são indicativos da maneira pela qual a nação húngara está sendo “re-imaginada” em torno de um número: os famosos 15 milhões de húngaros. Por outro lado, as opiniões sobre a lei

⁸³ O Reino Sérvio diz respeito ao Reino Sérvio-Croata-Esloveno (1921-1929). Por *Grande Iugoslávia* entenda-se o período entre 1929 e 1941 (denominada também de primeira Iugoslávia), ou a Iugoslávia de Tito (segunda Iugoslávia). A Iugoslávia atual é freqüentemente denominada de como *Pequena Iugoslávia*.

de status e as interpretações dos eventos do “11 de setembro” na Voivodina nos sugerem um desencontro entre a nação imaginada a partir da Hungria e aquela que é vivida na Voivodina. Tal desencontro pode ser associado à *experiência* específica dos húngaros da Voivodina, expressa em inúmeras queixas que me foram dirigidas sobre as discriminações sofridas na Hungria ou sobre a participação do país como membro da OTAN nos bombardeios à Sérvia, o que torna evidente o caráter abstrato e simbólico dos “15 milhões”.

No capítulo a seguir continuarei explorando o cotidiano dos húngaros na Voivodina. Centrar-me-ei principalmente em aspectos tomados da vasta literatura sobre identidade e etnicidade, que percebem em determinados elementos tais como religião, língua ou sistemas classificatórios locais sinais diacríticos relevantes.

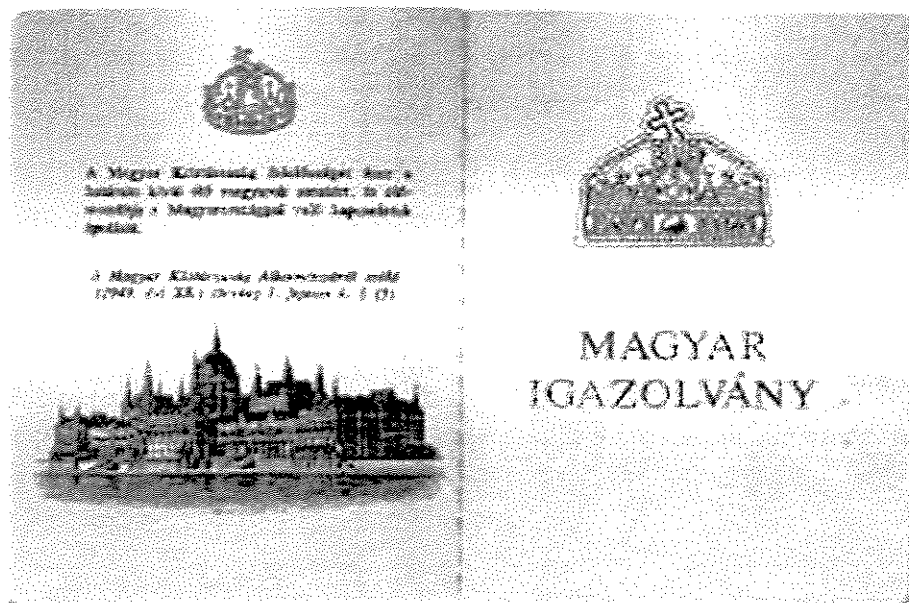


Figura 8. A carteira de húngaro

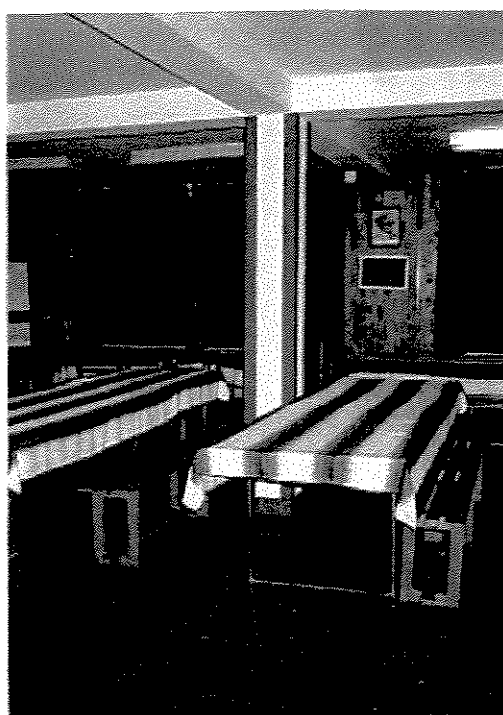


Figura 9. - Retrato de Tito na sala comunitária do prédio dos bombeiros voluntários em Csantavér. Embaixo poesia sobre 3 requisitos para enfrentar os elementos enfurecidos: coração valente, braço forte e amor fraterno.

CAPÍTULO 5 – UM ENCONTRO COM A ANTROPOLOGIA: DESENCONTRO NACIONAL?

Numa comparação entre direito e antropologia, Clifford Geertz constatou como os dois artesanatos compartilham uma visão de mundo, na medida em que focalizam seus objetos de maneira semelhante, “à luz do saber local”, no qual “para conhecer a cidade é preciso conhecer suas ruas” (Geertz, 2002: 249). No capítulo anterior tentei mostrar como os termos de “hungaridade” impostos a partir da Hungria principalmente a partir da lei de status e dos discursos presidenciais são debatidos e muitas vezes contestados na Voivodina. Vejamos agora qual o caso da antropologia, ou melhor, de um certo tipo de antropologia praticada na Hungria onde os húngaros além-fronteira constituem um dos principais focos de interesse para as ciências sociais.

Há uma literatura extensa sobre a relação entre antropologia e os impérios coloniais, mas as práticas de antropólogos que trabalham na Voivodina ou outros espaços além-fronteiras levantam questões cruciais sobre o papel da antropologia e da folclorística praticadas na Europa central e oriental na formulação de projetos nacionais. Acredito que em vários momentos da história da formação dos estados nacionais, a antropologia teve um papel fundamental, no sentido de ser a ciência portadora de instrumentos mais adequados para a construção do conhecimento sobre as populações arcaicas e rurais, cujos costumes e tradições iriam constituir futuros costumes e tradições nacionais, ou melhor, uma cultura nacional.

Esta foi a trilha seguida por autores como Larry Wolff (1994) e Maria Todorova (1997) que, influenciados pela obra de Edward Said (1990), mostraram como o leste europeu e os Bálcãs foram inventados e imaginados. Michael Herzfield (1987) trabalhou especificamente com o caso grego, preso entre a ideologia que deu origem à Europa e à própria disciplina da antropologia através dos escritos de Heródoto (Herzfiel, 1987: 21), autor no qual os viajantes, diplomatas e soldados citados por Wolff (1994) se basearam para classificar e ordenar quer os povos do leste quer a Grécia moderna, olhada a partir da própria Europa como subdesenvolvida e corrupta, “distante” enfim. Se Heródoto foi fundamental para a classificação e invenção do leste europeu, a obra Herder foi a principal

influência para constituição das antropologias centro-europeias, as quais tiveram um papel importante na construção dos estados nacionais.⁸⁴

Durante a pesquisa de campo não pude deixar de perceber como a maioria dos entrevistados de Csantavér e de Maradék, principalmente os mais velhos, estavam acostumados a lidar com etnólogos e antropólogos húngaros que se interessavam por contos, canções, roupas, objetos antigos em geral, enfim, tudo aquilo que constitui o interesse de uma certa vertente da antropologia húngara.

O centro mais importante da antropologia húngara encontra-se na universidade Eötvös Lóránd de Budapeste, onde existem dois cursos independentes ligados ao que chamamos de antropologia nas universidades brasileiras. Por um lado, o curso de etnologia, que junta, por assim dizer, a tradição herderiana e a orientalística e cujos temas predominantes dizem respeito às populações húngaras além fronteiras, principalmente os húngaros da Transilvânia e da Moldávia, à cultura popular e camponesa, à etnomusicologia (tradição iniciada por compositores como Béla Bartók ou Zoltán Kodály) ou então, aos estudos fino-úgricos, ou seja, o estudo de povos que atualmente se encontram na Rússia e Ásia Central e teriam algum grau de parentesco com os húngaros.⁸⁵ Já o curso de Antropologia Cultural, é mais voltado para antropologia urbana, antropologia histórica e visual. Um outro centro importante é o Instituto de Pesquisas Minoritárias da Academia Húngara de Ciências, que tem 3 linhas de pesquisa: as “comunidades húngaras além-fronteiras”, as “minorias não húngaras da Hungria” e “estudos ciganos”.

Durante as primeiras semanas da minha estadia em Maradék pude presenciar vários indícios de encontros anteriores entre este tipo de antropologia e os húngaros da vila. Era evidente que a maioria dos habitantes já estavam treinados em antropologia e lidavam naturalmente com a presença de um antropólogo entre eles. Devo confessar que, com minha formação, sentia-se frustrado e até um pouco entediado sempre que era obrigado a passar horas olhando os bordados insistentemente mostrados por István Becker e sua mulher, ou então arados, máquinas de tecelagem e outros instrumentos antigos empoeirados

⁸⁴ Na antropologia húngara, podemos destacamos as seguintes figuras: o compositor Zoltán Kodály, que trabalhou no Museu de Etnologia de Budapeste e realizou pesquisas de etnomusicologia em diversas regiões da Transilvânia junto com Béla Bartók, (em 1923 publicaram *A hungaridade transilvana*, uma coletânea de cantos folclóricos) e Géza Róheim que, antes de suas pesquisas sobre o complexo de Édipo, publicou *Magyar néphit és népszokások*, um estudo sobre crenças e costumes populares húngaros.

⁸⁵ Além destes temas, o curso de etnologia é frequentemente combinado com cursos como africanística, mongolística, altaística, etc., cujos alunos devem se formar também em etnologia, história ou lingüística.

nos sótãos. Tia Mári teve o cuidado de separar todos os seus instrumentos de trabalho, procurando atender o que deveriam ser as expectativas de um estudante de antropologia, que deveria fotografá-los ou desenhá-los.

Devo dizer, contudo, que a frustração nem sempre foi acompanhada de tamanha sobriedade, principalmente quando era obrigado a experimentar e apreciar aguardentes de todos os tipos (de maçã, pêra, uva, batata, trigo, ou a mistura de alguns ou todos estes), assim como receitas diferentes (com muito açúcar, com pouco, de 30 graus de teor alcoólico, de 40, 45 e de 50), bebidas típicas oferecidas em cada casa que visitava. Como a minha estadia em Maradék coincidiu com o início do inverno, pude experimentar ainda todas as receitas de lingüiça e outras partes dos porcos que, já suficientemente gordos (entre 200 e 300 quilos), todas as famílias estavam matando e guardando para os meses de frio que estavam por vir.

Sándor Berta, apresentado como o velho que sabia mais histórias, perguntou qual era minha área de interesse, se queria anotar versões locais de histórias patrióticas sobre lutas antigas entre turcos e húngaros, da revolução de 1848, ou se queria canções de amor, do período de colheita, de guerra, ou aquelas que eram proibidas em épocas passadas. O velho Sándor, após alguns encontros, acabou confessando que, além dessas áreas de especialização, contava com um estoque de histórias, canções e piadas especialmente preparadas para deixar as antropólogas jovens constrangidas e vermelhas.

Desta forma, além de aguardentes e banquetes de lingüiça e torresmo, passei os primeiros dias no campo tentando explicar porquê não estava tão interessado em tirar fotos de objetos antigos e tradicionais, nem em gravar músicas, contos e piadas ou filmar danças típicas. Neste empreendimento encontrei uma aliança na pessoa de Pali Csepregi, cuja ajuda foi fundamental para o vencimento desse estranhamento inicial. Foi ele quem melhor entendeu e traduziu o significado da observação participante e me convocou a acompanhá-lo para a aldeia vizinha, Satrinca, para ser o seu ajudante na matança de porcos: *“já que vocês antropólogos no Brasil observam participando, venha me ajudar com duas belezas de 200 quilos”*. Pali era o principal *böllér* (matador de porcos) de Maradék e das vilas vizinhas e era chamado pela maioria das famílias, as quais não podiam pagar um açougueiro profissional para matar e a cortar os porcos de maneira apropriada.

A chegada em Satrinca, às 4 da madrugada, não provocou nenhum estranhamento, afinal de contas a matança de porcos e os costumes ligados a ela constitui um tema bastante explorado na antropologia húngara. Tradicionalmente todas as famílias, mesmo as mais pobres, os *zsellér*, que não tinham terra para cultivar e trabalhavam nas terras dos outros, criavam no mínimo dois porcos, sendo um criado junto com as galinhas, o qual cobria as necessidades de carne para o ano inteiro, e o segundo, que poderia ser vendido, fornecendo recursos para a compra de outro leitão (Beszédes, 1995, 43). Segundo a tradição, os porcos começam a ser engordados na primavera, *Szent György napján* (no dia de São Jorge, 24 de abril), quando o *kanász*, ou seja, o pastor de porcos da vila, junta todos os animais e os leva para o campo todos os dias *Mihálynapig* (até o dia de São Miguel, 29 de Setembro) (Beszédes, op.cit.: 43; Pénovátz, 1979:72).⁸⁶ Hoje em dia, com a difusão do milho, os *kanász* deixaram de existir e os porcos são criados dentro da vila por cada uma das famílias. Depois da colheita começa a época de matança de porcos que marca a transição do outono para o inverno.

O dia em Satrinca começou cedo, às 4 da madrugada. Foram servidos os últimos torresmos do porco do ano que passou com aguardente novo, feito nos dias anteriores, acompanhado de “café turco” (café não filtrado) para esquentar, pois o frio chegara antes do previsto e, nas madrugadas de novembro, a temperatura já pode alcançar 10 graus negativos. Fui apresentado à família de Józsi como “antropólogo” e *böllérsegéd* (ajudante do *böllér*) de Pali, o que provocou um certo choque, pois os antropólogos para Józsi “*só gostam de participar do disznótor*”, uma festa para comemorar a matança de porcos, do qual participa toda a família, amigos e vizinhos e é acompanhada de música e dança, quilos de *töporthyús pogácsa* e *fánk* deliciosos, sendo o primeiro um salgadinho feito com torresmo novo e o segundo um bolo com geleia caseira de damasco feito com a gordura fresca do porco recém morto e muitos litros de aguardente.

Em um primeiro momento, Józsi queria que me juntasse à família da cunhada que estava de visita após 10 anos de ausência. A presença da família provocava um grande constrangimento para Józsi. A irmã de Rózsa, mulher de Józsi, tinha saído da Voivodina

⁸⁶ Nas obras citadas podemos encontrar outros costumes ligados à criação de porcos. Por exemplo, as noivas são orientadas a comerem muito no banquete de casamento para ter sorte com os porcos, ou seja, para que estes engordem bem e não fiquem doentes. Já nas famílias de *zsellér*, que só podiam comprar dois leitões, entravam no chiqueiro caminhando sobre o avental da mulher estendido no chão (Beszédes, op.cit, 44).

para a Alemanha depois dos primeiros sinais de violência em Satrinca, quando os habitantes croatas foram expulsos da vila por seus vizinhos sérvios. Mas não era isto que o constrangia. O problema era que

eles ficaram civilizados e agem como gente da cidade. Não só não agüentam ver sangue, mas meus sobrinhos não sabem falar húngaro, parecem gente estranha.

Pali deu, então, sua primeira aula de antropologia, explicando que eu pertencia a tipo diferente de antropólogo que, além de observar, participava de todas as fases, ou seja, não apenas comia e bebia, mas participava também da parte sangrenta da brincadeira. Esta novidade agradou bastante a Józsi que durante o dia aproveitou a minha presença como antropólogo e aprendiz de *böllér* para zombar da cunhada: *“estão vendo? O menino é húngaro de verdade: é trabalhador e não se assusta com uns pingos de sangue”*.

Em seguida fomos tirar o primeiro porco do chiqueiro, empreendimento nada fácil tratando-se de um animal com mais de 200 quilos e, enquanto os ajudantes o seguravam, Pali deu a machadada deixando o porco no chão, momento no qual se corta a jugular para tirar o sangue que, ainda fresco, começou a ser preparado pelas mulheres para servir o café da manhã: pão com sangue coalhado frito. Com três paus de madeira de uns três metros cada um fizemos um tripé onde penduramos o porco para que todo o sangue saísse do corpo. Com o porco da pendurado, Józsi perguntou-me se eu fazia questão de optar pelo método tradicional *“que antropólogo gosta de ver”* para tirar os pêlos do porco. Aliviado pela resposta negativa, pegou um lança-chamas para fazer o “trabalho fedido” para depois poder dar início ao trabalho guiado pelo especialista de cortar o animal em pedaços. No segundo porco já pude participar de todas as fases, mas pouparei o leitor de maiores detalhes da aventura de matar porcos, cuja notícia correu pelas ruas de Maradék e ajudou a vencer o estranhamento inicial e a superar meu desinteresse em bordados e utensílios antigos.

Foi justamente neste momento que a comunidade foi avisada que chegaria uma antropóloga para filmar um documentário que participaria numa mostra de cinema etnográfico. Ela não demorou em chegar. Tratava-se de uma antropóloga nativa, nascida na vila, mas que morava na cidade e vinha realizando trabalhos com os húngaros em Maradék.

Na primeira reunião entre a antropóloga e alguns dos húngaros na casa comunitária foram distribuídos *papéis*. Pali, “um homem bonito com bigode de hussardo”, foi destinado a pegar seus cavalos e levar na sua carroça antiga a etnóloga e um grupo de mulheres para visitar uma família com um recém nascido.⁸⁷ A antropóloga orientou as mulheres a vestirem suas “*roupas étnicas*”, ensaiarem algumas canções tradicionais e pediu que elas fizessem um bolo especialmente decorado para uma mulher com uma criança recém nascida – algo que seria um costume típico dos húngaros da região. Também ficou combinado a filmagem dos jovens que, vestindo roupas típicas, fariam uma dança tradicional. Já Becker Gyuri confeccionaria, ao vivo, vassouras de sorgo na companhia de Pali, que se encarregaria de fazer cestos de vime. Géza Berta ficou de mostrar suas ferramentas antigas de marcenaria e seu arado de madeira. Combinou-se também que à noite os homens da vila se reuniram no quintal da casa comunitária para destilar aguardente enquanto as mulheres preparariam um jantar típico alegre, com bebida, canções e danças.

Com o roteiro feito, combinaram a data das filmagens na qual a antropóloga já voltaria com a equipe técnica. A semana que se seguiu foi cheia de agitação. Os jovens, estavam bastante entusiasmados com a perspectiva de serem filmados. Algum tempo atrás haviam fundado um grupo de dança “*para manter a tradição*” e já tinham participado de eventos regionais do *Bokréta* (Ramo), encontro regional onde grupos húngaros da Voivodina inteira apresentam suas danças e canções típicas, e até em um encontro folclore na Hungria. Há algumas semanas o grupo já estava ensaiando uma coreografia, aprendida com um professor de Feketics (Фекетић ou Feketić), especializado em dança, para participar da edição anual da edição anual do *Bokréta*.

Os outros participantes, porém, estavam quase que revoltados com a idéia das filmagens:

Se é para filmar nossos costumes, porque somos obrigados a fazer coisas que não fazemos mais? Eu não sei fazer vassoura do jeito que ela quer, acho que nem meu pai fazia mais, isso é coisa dos antigos

⁸⁷ Os hussardos eram uma unidade húngara de cavalaria dentro do exército do Império Austro-húngaro.

– resmungou Gyuri Becker durante toda a semana. As mulheres também se queixavam e ao mesmo tempo riam da antropóloga:

ela nasceu aqui mas não sabe nada dos nossos costumes. Esse negócio do bolo a gente raramente faz, muito menos vestir aquelas roupas.

Durante a semana, Pali também fez a sua piada:

Ainda bem que o inverno passado foi fraquinho, mas do jeito que está, esse ano a minha carroça velha vai virar lenha. Só estou preocupado com os cavalos, não se anda com eles quando está 20 abaixo de zero, podem pegar um resfriado.

Mesmo a pesar das críticas e revoltas, a maioria dos futuros atores parecia empolgada: “*Vai ser uma boa diversão, brincar de húngaro e aparecer na tv*” – me dizia Pali. No decorrer da semana de preparativos para as filmagens várias pessoas me procuraram para pedir a minha opinião e eu tive que concordar: a imagem que se passava deles os aprisionava dentro das tradições que se crêem como sinalizadoras da “hungariedade” além-fronteira. Creio que foi durante esta semana também que a minha proposta ficou clara e foi aceita pela comunidade, tanto que quando a minha colega chegou com as câmaras, Pali Csepregi e Zoli Berta deram-lhe uma aula sobre “observação participante”.

As filmagens decorreram bem. Foram, contudo, descobertas outras distorções, motivos de comentários maldosos nos dias posteriores. A antropóloga foi filmada na frente de sua casa natal, mas os mais velhos ainda lembravam qual era a casa na qual ela nasceu. Segundo a Mári néni (tia Mári) “*a casa filmada é bem mais bonita e na outra hoje mora uma família gyüttment boszanac*”.⁸⁸ As mulheres também criticaram as roupas “supostamente tradicionais” vestidas pela antropóloga no dia das filmagens. Ela teria misturado várias tradições, a saia parecia adequada, “de húngara”, mas o lenço era “de cigana”.

⁸⁸ O termo *gyüttment boszanac* se refere à uma família de refugiados vindos da Bósnia. Retomarei a questão da presença de refugiados mas adiante.

Devo reconhecer que a reação crítica me surpreendeu bastante, pois tudo parecia indicar que um grupo de húngaros além-fronteira estava se rebelando e criticando a imagem que se faz deles na Hungria ou nos centros urbanos da Sérvia:

quando vamos para Hungria, vocês ficam surpresos pois estamos de jeans e camiseta e não com botas, camisa e chapéu. Até parece que sempre andamos assim e cantamos e dançamos o tempo inteiro.

Creio que as filmagens do documentário acabam por revelar magistralmente um desencontro entre a forma como húngaros além-fronteira são representados na Hungria (para a qual uma certa antropologia desempenha um papel decisivo), onde em muitas situações são representados como populações arcaicas que ainda preservariam costumes e tradições húngaras “dançando, cantando e vestindo roupas étnicas”. Zoli Berta contou uma experiência que o perturbou bastante e que aponta para esta mesma direção. Na época em que era representante da vila no município, foi convidado, junto com outros representantes húngaros, por um dos partidos políticos “nacional-populares” da Hungria, para participar das atividades do partido no dia de Santo Estevão, festa nacional do país. Segundo ele, como a viagem para Budapeste ficou por conta do partido, ele aceitou o convite. Em troca teve que passar por um constrangimento bastante grande quando na passeata foram chamados para carregarem placas com mapas da Grande Hungria e slogans nacionalistas que faziam referência direta ao período entre-guerras, quando a política oficial do regime era o irredentismo ou, para usar o termo dessa época, o “revisionismo”.⁸⁹ Entre as placas, além do mapa, estavam os clássicos do revisionismo: *Nem, nem, soha!*. “Não, não, jamais!” - que se refere à aceitação das fronteiras impostas nos tratados de paz posteriores à I Guerra Mundial, e o versinho “*Kis Magyarország nem ország / Nagy Magyarország menyország*”, ou seja, “A pequena Hungria (traduzindo literalmente: o pequeno país magiar) não é um país, o Grande País magiar é o paraíso (país dos céus)”. Além das placas “politicamente

⁸⁹ Foi esta política que levou a Hungria a se aliar à Alemanha nazista, que prometia a revisão das fronteiras de Trianon. Hoje em dia, referências tão diretas constituem um atentado ao bom senso.

incorretas”, a passeata exibia grupos de jovens executando danças de *Szék* típicas da Transilvânia, cuja presença é quase obrigatória em toda celebração da festa nacional.

No incômodo relatado por Zoli podemos ver a mesma crítica que os moradores de Maradék formulavam em relação aos termos pelos quais são vistos na Hungria. No capítulo anterior, vimos a tristeza dos homens de Csantavér que se dirigiram à Hungria como trabalhadores informais e foram tratados como *jugós*, tristeza esta fundamentada no questionamento da lei de status. Ao mesmo tempo, a reação dos moradores de Maradék frente às câmaras de uma antropóloga mostra claramente a recusa da representação que se tem deles na Hungria. Recusa incompleta, pois todos acabaram executando os papéis que lhes foram designados, tio Gyuri fez a vassoura, Pali tirou os cavalos mesmo apesar do frio, as mulheres vestiram suas roupas, fizeram o bolo, os jovens dançaram e todos eles cantaram as músicas tradicionais.

Voltando e parafraseando a brincadeira de Geertz, no caso de Maradék e dos húngaros além-fronteira, a antropologia seguiu as trilhas da legislação, contribuindo assim para o desconhecimento do espaço húngaro além-fronteira e, mesmo assim, construindo a nação.

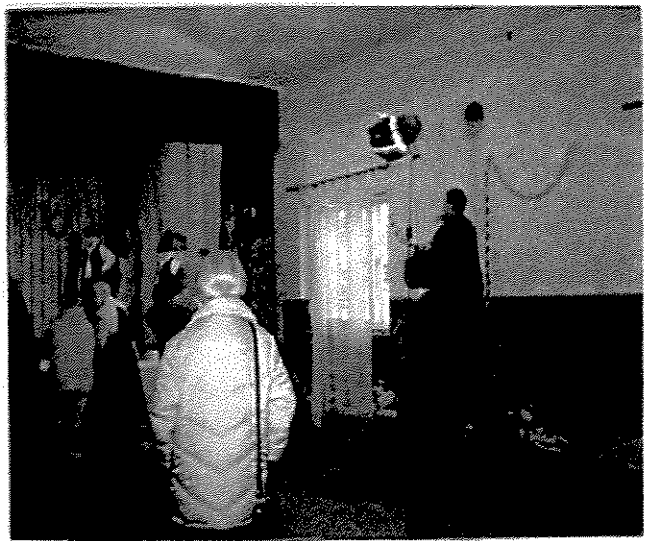


Fig. 10 – Montando a cena





Fig. 11 “Aldeões encenando para filmagem”. Abaixo à esquerda Pali Csepregi e à direita Gyuri Becker aprendendo como fazer a vassoura

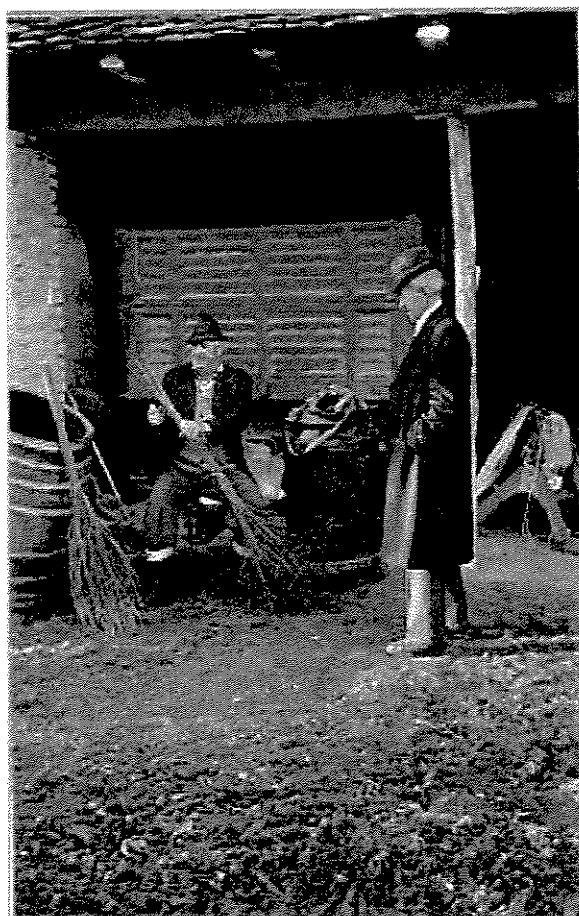
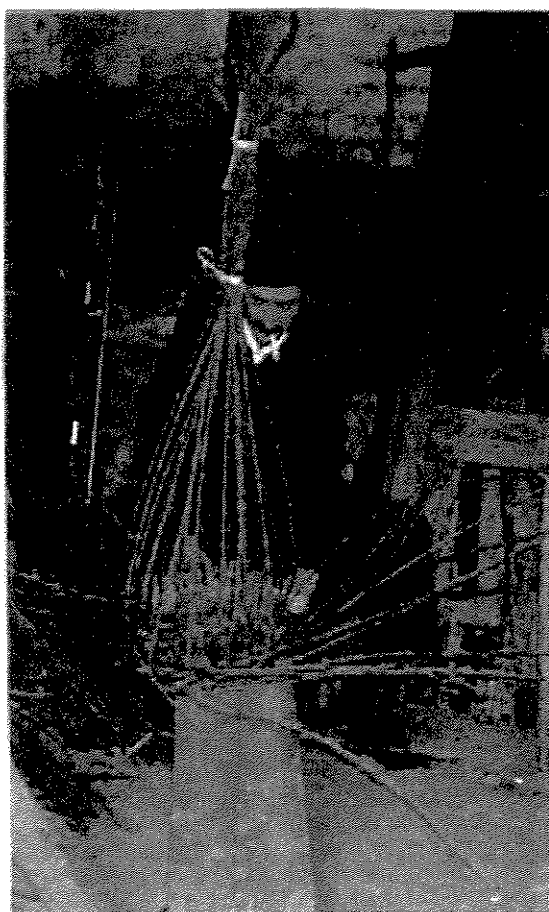
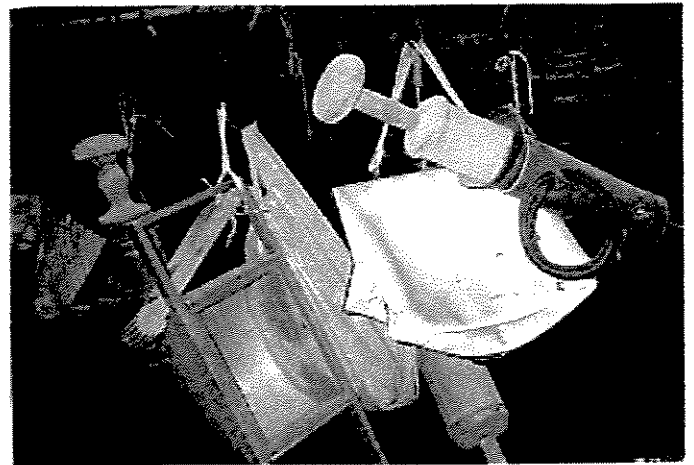


Figura 12 - “Cultura material tradicional”



“Alfaías agrícolas” (o arado que foi salvo de virar lenha pela antropóloga)



“Objetos de cozinha” (guardados no sótão, à espera dos antropólogos)



“Marcenaria” (filmada pelo antropólogo, voltou ao desuso logo depois)



“Tia Mári, especialista em antropólogos, mostra, orgulhosa, utensílio para o preparo de manteiga (fora de uso há décadas)”

Parte II - Entre a Sérvia e a Hungria

*Sou húngaro, nasci húngaro e vou morrer húngaro. Mas
Csantavér é minha terra natal, esteja ela na Áustria, no
Reino Sérvio, na Grande Iugoslávia, na Pequena Iugoslávia
ou na Hungria...*

Sem sair da minha rua, já morei em sete países.

Sima bácsi
Csantavér, setembro de 2001

CAPÍTULO 6 – “CONFUSÕES NA CABEÇA”: AS DEFINIÇÕES NACIONAIS E A DESINTEGRAÇÃO DA IUGOSLÁVIA

Em Csantavér conheci Aleksandr, que me foi apresentado Ági, sua noiva húngara, como refugiado croata. Assumindo um tom ao mesmo tempo irônico e amargo, ele preferiu, contudo, a definição de “filho da Iugoslávia”. Aleksandr é filho de um casamento misto, sendo o pai sérvio e a mãe croata, e sua família vivia numa aldeia da região das Krajinas, na Croácia, que conta com uma forte presença sérvia. Após o reconhecimento internacional da independência croata, líderes sérvios das Krajinas declararam, também, uma república independente, dando início a uma guerra que duraria 4 anos. No início da guerra, a família recebeu ameaças de expulsão por parte dos sérvios da aldeia, que os acusavam de serem croatas. Diante de um ambiente crescentemente hostil, o pai, sérvio, abandonou, em conjunto com a família, seu povoado de origem. Pretendendo garantir a segurança dos filhos e da mulher, o pai de Aleksandr escolheram como destino uma aldeia com maioria croata: foram então acusados de sérvios, e mais uma vez hostilizados e ameaçados de expulsão. Ficou evidente a impossibilidade de permanecer nas Krajinas, e família dirigiu-se sob o estatuto de “refugiados” para a Voivodina.

Depois de vários encontros, Aleksandr tentou me explicar o que chamou de “confusão na cabeça”: em um momento de tensão e no meio de ameaças, pegou em armas e integrou numa milícia paramilitar croata, com o objetivo de defender a mãe e a irmã; agora, prestes a se casar com Ági, católica, queria ser batizado, mas sua opção seria sempre pela “religião dos sérvios e de meu pai, a ortodoxa”. Sem dúvida alguma, o trajeto e a “confusão na cabeça” de Aleksandr não são excepcionais. Foram muitas as famílias mistas que tiveram que se enfrentar com ambientes ameaçadores. Certamente a “confusão” reinou, e reina, entre uma descendência que não encontra, na atualidade, lugar para uma dupla herança nacional. Ao definir-se como *iugoslavo* no final dos anos 90, Aleksandr nos apresenta outro significado para esta classificação nacional que *já não existe*: definir-se como *iugoslavo* expressa saudades “dos tempos do Tito”, de uma Iugoslávia hoje lembrada como tranqüila, na qual nações e nacionalidades conviviam pacificamente dentro dos marcos do *brastvo i jedinstvo*.

Quais as possibilidades de convívio entre as múltiplas nacionalidades e minorias da Voivodina após uma década marcada por conflitos e guerras que acabaram levando à desintegração da Iugoslávia? Esta foi uma das perguntas principais com a qual parti para a observação do cotidiano de uma comunidade de húngaros numa vila da Voivodina. A desintegração da Iugoslávia – acontecimento comparável aos outros momentos de grande ruptura que assolaram a região, como as duas guerras mundiais e a posterior redefinição das fronteiras que marcaram a vida dos húngaros e das outras minorias e nacionalidades da ex-Iugoslávia – representa o fim de um ideal de convivência, teoricamente baseado num modelo “multiculturalista” de igualdade expresso na idéia de *bratstvo-jedinstvo i zajedništvo* (fraternidade, unidade e comunhão)⁹⁰. Após a minha experiência de campo, penso que o momento atual da Sérvia pode ser caracterizado como o da procura por novos modelos de convívio, no qual sistemas de classificação e modelos anteriores de interação entre o “povo estatal” (ou “povos estatais”, se pensarmos no espaço da antiga Iugoslávia como um todo) e as minorias nacionais estão sendo renegociados. Esta renegociação pode ser observada tanto no nível macro – na “grande política” e no seio de instituições como o legislativo ou o judiciário – como nos microuniversos que se multiplicam nas vilas e cidades que contam com a presença de várias nacionalidades – refiro-me a espaços heterodoxos que vão daqueles que supõem as relações de vizinhança aos mercados, praças e as relações no interior de uma mesma família.

Lembremos que os processos de transformação no que tange às relações entre os diferentes grupos nacionais que constituem a Sérvia na atualidade continuam em curso. Destaco dois eventos recentes e posteriores à pesquisa de campo relativos à reconfiguração do espaço político sérvio. No dia 14 de março de 2002, foi assinado um acordo entre os representantes da Sérvia e do Montenegro e o nome do país mudou mais uma vez: a República Federal da Iugoslávia passou a ser denominado de “Sérvia e Montenegro”, uma

⁹⁰ A idéia de “multiculturalismo” tem sido, geralmente, empregada tendo como referência contextos tais como os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália. Daí as “aspas”. Não creio que o que encontrávamos na Iugoslávia do período titoista constituísse uma realidade próxima à dos países citados, onde a relação com a diversidade cultural vem pautada por um ideal democrático. É inegável, contudo, que ao longo de décadas, o socialismo iugoslavo se destacou na tentativa de criar um modelo de relação entre distintas nacionalidades e minorias nacionais – cada qual definida em função de um conjunto de traços que poderíamos associar à idéia de cultura – pautado por uma ideologia multinacional e por uma prática institucional e legal, base da federação.

federação formada pelas duas repúblicas.⁹¹ Ao mesmo tempo, a República da Sérvia continua com as duas províncias, a Voivodina e o Kossovo – Metohija (esta última, em função da resolução número 1244 do Conselho de Segurança, se encontra sob administração internacional da ONU) . No que diz respeito à Voivodina, o grande acontecimento do primeiro semestre de 2002 foi a votação no congresso sérvio da “lei de ônibus”, pacote de leis que, na prática, restaurou a autonomia da província nos termos da Constituição iugoslava de 1974. Como já assinalamos, a autonomia do Kossovo e da Voivodina foi suprimida em 1988 com a ascensão de Milošević, com a justificativa da suposta existência de pretensões separatistas por parte dos albaneses no Kossovo. O fim da autonomia teve várias conseqüências na Voivodina como, por exemplo, a nacionalização da administração provincial, onde delegados sérvios assumiram os lugares até então ocupados por húngaros, membros do partido socialista. Os meios de comunicação em língua húngara também passaram a ser administrados por sérvios e foram introduzidas restrições no ensino público em línguas minoritárias. O processo de nacionalização da Sérvia teve seu ponto culminante em 1991, quando a língua sérvia foi declarada a única língua oficial da província, sendo que até então o eslovaco, o rutênio, o romeno e o húngaro tinham o mesmo estatuto (Várady, 2000:43; Romsics, 1998:344).

Nos capítulos a seguir, continuarei explorando o ambiente e o cotidiano de duas localidades concretas, Maradék e Csantavér, ainda marcadas, de forma mais ou menos direta, por três guerras sangrentas que representaram a vitória dos nacionalismos e de uma explícita “*política de medo*” (Thomaz, 1997). Como nos indica Aleksandr, o cotidiano dos indivíduos é afetado, ainda, pelo fim abrupto de um sistema classificatório que possibilitava a afiliação dupla dos indivíduos, os quais podiam se definir, ao mesmo tempo, como húngaro (ou sérvio, croata, muçulmano, esloveno, etc.) e *iugoslavo*.⁹² Funcionando no

⁹¹ Cf.: “*Agreement on Principles of Relations Between Serbia and Montenegro Within the Framework of a Union of States*”, Belgrade, 14 de Março de 2002. A transição política está se revelando bastante conturbada em função do julgamento de Slobodan Milošević pelo Tribunal Internacional da Haia. No dia 12 de março de 2003, o país foi abalado pelo assassinato do primeiro ministro sérvio, Zoran Djindjić. Os acusados do assassinato são precisamente grupos ligados aos serviços de inteligência e unidades especiais do exército iugoslavo na época do regime de Milošević.

⁹² Por mais que a ex-Iugoslávia e os estados sucessores tenham sumido dos noticiários internacionais, a situação está longe de estar tranqüila. O Kossovo (Kosova em albanês), apesar de ser uma província da Sérvia, é administrado pela ONU. As tensões e confrontos são diários. Em maio de 2003, por exemplo, os moradores albaneses impediram a volta de refugiados sérvios para a sua vila. A República da Bósnia-Herzegovina, após os acordos de Dayton, continua dividida em duas unidades administrativas: a República Srpska (Sérvia) e a Federação da Bósnia e Herzegovina, esta última constituída por duas nações: a croata e a bósnia, termo este

interior de um regime totalitário que, como tal, suprimiu as liberdades de opinião e de expressão e fez funcionar campos de trabalho e de concentração nas ilhas desertas do Adriático⁹³, a lembrança da possibilidade de dupla afiliação, acaba por afirmar, na atualidade, nostalgia e desconforto. As saudades dos “tempos de Tito”, materializada na Voivodina nos nomes de avenidas e ruas, em estatuas, na presença de retratos do outrora líder iugoslavo em lugares públicos como bibliotecas ou botecos⁹⁴ ou no espaço íntimo dos quartos e salas de estar, invadem, assim, o universo das famílias, muitas como as de Aleksandr, atravessadas de forma brutal pelos rigores de classificações étnicas e nacionais que, em tempos de guerra e no atual período pós-iugoslavo, não admitem ambigüidades.

Os conflitos da Bósnia, da Croácia e do Kossovo foram, crescentemente, interpretados pelos meios de comunicação como o resultado de um ressurgimento de “ódios ancestrais”, explicação que naturaliza o “conflito étnico” como uma das características principais da região e que, de certa forma, também acaba legitimando o regime anterior, que supostamente teria solucionado os conflitos e ódios nacionais. Além disso, referências à “ódios ancestrais” ou “conflitos étnicos” que seriam inerentes à região dos Bálcãs, representam uma saída culturalista, que explicaria os conflitos em função de uma suposta incompatibilidade ou antagonismo entre culturas. A região passa a confundir-se com o conflito e a guerra. Sem querer negá-los, creio que é fundamental lembrarmos que também deparamos nos Bálcãs longos períodos de paz, reciprocidade e convivência (e exogamia).⁹⁵

que passou por uma ressignificação, deixando de assignar qualquer pessoa da Bósnia e usado, na atualidade, como sinônimo de Muçulmano. Acima das duas entidades, encontramos um governo central com poderes bastante limitados, ligados, fundamentalmente, à política externa da República, ao comércio exterior, legislação internacional, políticas de imigração e assuntos relativos a refugiados. As instâncias da administração central são sempre divididas em três: o executivo tem 3 presidentes, um de cada nacionalidade, assim como cada uma delas administra seu próprio exército. Além disso, a administração conta com uma presença internacional significativa, sendo que entre os 9 membros da Suprema Corte, cada nacionalidade indica 2, os 3 restantes são estrangeiros designados pela Corte Européia de Direitos Humanos. A OSCE (Organização pela Segurança e Cooperação Européia) nomeia ainda um ombudsman de direitos humanos. (cf. Mertus, 2000:220).

⁹³ O campo mais famoso e temido era a ilha de Goli Otok, uma versão iugoslava do Gulag, para onde iam os presos políticos.

⁹⁴ Ao contrário do ocorrido na Voivodina, em outros contextos pós-socialistas, em poucas semanas, as estátuas de revolucionários sumiram das cidades. Foi o caso de Budapeste, onde hoje, bem longe da cidade, criou-se um parque para elas, conhecido extra-oficialmente como “cemitério de estátuas”. Também foi rápida a renomeação das ruas, deixando os habitantes da cidade perdidos durante alguns meses.

⁹⁵ Podemos encontrar um belo retrato desta convivência no romance de Ivo Andrić, *Na Drini Čuprija* (“*Ponte sobre o rio Drina*”), no qual os moradores de Visegrad, vila fronteiriça entre os impérios Otomano e o Austro-húngaro, mais tarde entre a Bósnia e a Sérvia, observam a chegada e a saída dos representantes do sultão, a instalação das burocracias austríaca e húngara, e as idas e vindas de soldados alemães, iugoslavos etc.

De qualquer forma, as classificações e hierarquias do período titoista tiveram um fim sangrento e dramático, e o momento atual é marcado por incertezas e medos, mas também por uma procura de um novo modelo de convívio. Categorias tais como *chetniks*, *ustashas* ou *dobrovoljci* estão sendo recuperadas de tempos passados para dar conta dos acontecimentos recentes, da mesma maneira que novas categorias estão sendo criadas, como é o caso dos *gyüttment* ou refugiados. Por fim, ser *iugoslavo*, antes associado ora ao poder, ora a um ideal de convivência que pretendia superar a diversidade nacional característica das distintas repúblicas, acabou por converter-se numa categoria problemática nos tempos que correm. O debate em torno deste sistema de classificação na Voivodina constituirá um dos eixos da segunda parte desta dissertação.

É curioso notarmos a dualidade com que o termo *iugoslavo* aparece na literatura especializada. De um lado, tem sido evocado para demonstrar o sucesso da Iugoslávia socialista em criar uma identidade supranacional, ou então, para minimizar a importância da etnicidade e ver nos conflitos da década de noventa antes de “conflitos étnicos” uma “guerra civil”; de outro, foi recorrentemente evocado para criticar a ideologia oficial. Esta tem sido a tendência da literatura que trata de minorias nacionais, seja de sérvios na Croácia, de croatas na Sérvia, húngaros na Voivodina, albaneses na Sérvia, sérvios no Kosovo, etc., minorias estas que teriam se declarado como iugoslavas diante das tensões e nacionalismos crescentes a partir dos anos 80: mascarando sua auto-definição nacional, acreditavam poder evitar hostilidades.

Tudo leva a crer que a categoria *iugoslavo* surge, ainda, em oposição ao que a literatura sinalizou como uma tendência, a saber, a patrilinearidade na definição da nacionalidade da descendência na maior parte da antiga Iugoslávia (Simić, 2000:103-115; Botev, 2000:219-233)⁹⁶. Após a desintegração do país, devemos nos perguntar se não há novas estratégias na definição da descendência fruto de casamentos mistos. E mais: quais as estratégias daqueles que se definiam em função de uma realidade política e *nacional* enterrada após mais de uma década de sucessivas guerras e conflitos? Segundo os dados dos últimos censos da era iugoslava o número de *iugoslavos* teria aumentado dos 273.000 registrados em 1971 numa população total de 20 milhões e meio de habitantes, para cerca

⁹⁶ O debate em torno da categoria *iugoslavo* deve envolver um estudo detalhado sobre as relações de parentesco e casamento na região, algo que espero desenvolver em trabalhos futuros.

de um milhão no censo de 1981 (citados em Simić, 2000:106). Será a exogamia responsável pelo aumento de iugoslavos e por uma integração pan-nacional ou, como diria Fredrik Barth, só contribuiu para a reafirmação ou estabilização de fronteiras entre as diferentes nacionalidades? (Barth, 1969).⁹⁷

⁹⁷ Segundo os cálculos de Nicolai Botev, o número de casamentos exogâmicos entre 1961 e 1989 oscilou entre 12 e 13%. Outro dado no mínimo interessante é o número destes casamentos na Voivodina: 22,5% em 1962-64 e 28,4% em 1987-89, o maior entre todas as províncias e repúblicas da ex-Iugoslávia (Botev, 2000:225).

CAPÍTULO 7 - DE SOBRAS E RESQUÍCIOS

Talvez, ao contrário de Csantavér onde a maioria dos habitantes se define como húngara, Maradék se aproxime mais à vila na Croácia em que Aleksandr, citado no capítulo, crescera. A escolha da vila para a realização de uma pesquisa de campo complementar teve várias razões. Ainda em Budapeste tinha entrado em contato com um grupo de estudantes de etnologia da faculdade de ciências humanas Eötvös Loránd, os quais tinham acabado de voltar de uma viagem de coleta de dados sobre costumes e folclore. As características de Maradék – tamanho menor, proximidade de Novi Sad, capital da Voivodina e o número relativamente pequeno dos húngaros – pareciam ideais procurar compreender de que forma os húngaros se relacionariam com os sérvios quando transformados numa minoria demográfica. Mas o motivo principal e mesmo romântico que veio a despertar a minha imaginação foi o nome da vila. O nome húngaro da vila, Maradék, poderia ser traduzido para português como ‘Sobrante’ ou ‘Resquício’.⁹⁸

Trata-se de uma aldeia bem menor e mais heterogênea que Csantavér, localizada nas ladeiras do sul do Fruška Gora, montanhas freqüentemente amaldiçoadas nos dias da pesquisa por causa dos ventos gelados que desciam dali, e que separam Maradék de Novi Sad capital da Voivodina, a uns 40 quilômetros de distância. Ao contrário de Csantavér, não consegui achar os dados oficiais do censo referentes a Maradék, talvez, por este não ser um município autônomo e os dados serem computados junto com Indija, uma cidadezinha próxima, ou outras vilas ainda menores da vizinhança, como Satrinca ou Dobradol. Os dados fornecidos pelos habitantes húngaros do local foram bastante contraditórios sendo que o número aproximado de 400 húngaros e 1500 sérvios foi mais ou menos consensual. As opiniões se dividiam, contudo, em relação aos croatas. A maioria dos informantes colocava seu número entre 300 e 400, mas para outros só “sobrariam” entre 200 ou 300.

Um grande silêncio envolvia o “sumiço” de algumas famílias croatas, como em geral os eventos da guerra da Croácia e da Bósnia, cujo impacto deve ter sido particularmente marcante em Maradék, devido à proximidade da vila às frentes de batalha e de sua heterogeneidade maior. Tanto a República Srpska, que hoje em dia é a parte sérvia

⁹⁸ Outras definições sugeridas pelo dicionário húngaro-português de Rudolf Király são: resto, resíduo, remanescente, restante..

da Bósnia-Herzegovina, como Vukovar, que durante o Império Austro-húngaro era capital da província de Szerémség e que atualmente se encontra na Croácia, foram os palcos mais violentos das guerras na década de 90. Os bombardeios da OTAN em 1999 também deixaram suas marcas nos arredores da vila: a torre de transmissão no alto do Fruška Gora foi um dos primeiros alvos da organização militar. Da vila ainda era possível vislumbrar as bombas que caíam sobre Belgrado e sobre as pontes de Novi Sad,

a gente nem precisava ligar a tv, para ver imagens esverdeadas de videogame. Bastava subir no telhado e ver tudo ao vivo, tudo mais bonito e colorido, pareciam até fogos de artifício, se não fosse pelo medo que a gente passava de poder ser o próximo alvo...

- contava-me Jani que, na época, era ainda criança, referindo-se aos soldados e ao armamento do exército escondidos na escola da vila. Mas o incidente mais tenso, lembrado por todos, muitas vezes com lágrimas nos olhos, foi quando num domingo durante a missa alguns “*grandes sérvios do boteco da frente*” atiraram com uma metralhadora para dentro da igreja calvinista. *Nagyszerbek* - onde ‘nagy’ é grande - foi o termo usado para descrever os sérvios mais nacionalistas, que “*fácilmente podem virar chetniks, que são os sérvios nacionalistas que fizeram as guerras recentes*”.⁹⁹

Elmentek, esta era a expressão usada em relação às famílias croatas que, frente às ameaças, inclusive de expulsão, dos nacionalistas sérvios, teriam conseguido trocar as suas casas com famílias sérvias que constituíam uma minoria de uma vila na Croácia. Podemos traduzir a expressão como “*os que se foram*” (‘*el-*’ dá a idéia de ir para longe sem deixar a possibilidade de uma futura volta), usada também em relação a outros grupos, particularmente judeus e alemães que em tempos passados desapareceram da vila e sobre os quais evitava-se falar. Desta forma, a fuga de famílias croatas era colocada numa história cíclica de idas e vindas, guerras e mudanças de império ou de regime. “*Nunca consigo lembrar de todas as batalhas, revoluções, reis e guerras. Aprender a história sérvia parece mais complicado que de qualquer outro país*” – dizia Boro, jovem sérvio que um dia batera na minha porta para conversar, apresentando-se como um “nacionalista sérvio”. Na época

⁹⁹ Do mesmo jeito, *nagymagyar* se referia aos húngaros nacionalistas “*que se agitam contra os outros batendo no peito*” e *nagyhorvát* aos croatas considerados nacionalistas, também denominados *ustashas*. *Chetniks* e *ustashas* eram grupos da II Guerra mundial, e estas denominações foram resgatadas ao longo dos conflitos que na década de 1990 acabaram por levar ao fim da Iugoslávia. Retomarei estas classificações mais adiante.

Boro era o único universitário da vila e optara pelo curso de história na universidade de Novi Sad para “entender as guerras”. Também era ajudante do padre ortodoxo, pois passara a acreditar em deus quando foi largado só, esquecido por seus oficiais nas trincheiras durante a retirada do exército iugoslavo da Bósnia.

Referindo-se a Maradék como um lugar que já fizera parte do Império Austro-húngaro, László Ipacs também colocava as mudanças em termos lingüísticos:

somos húngaros, mas como a Hungria está longe sempre apreendemos a língua do rei, se você me entende. Aqui já se falou alemão, húngaro, croata e sérvio. Depois da segunda guerra aprendemos o ‘camaradês’, que hoje não serve mais para nada.

Havia também famílias que ainda recordavam suas origens. Józsi Detelin, encarregado de tocar o sino da igreja protestante todos os meios-dias e motorista de trator no *zadruga* (cooperativa) que na altura estava falindo e em processo de privatização,¹⁰⁰ assim como a família Heretek, afirmavam ser de origem eslovaca em função de seus nomes; os Prickel e os Becker, de sua parte, observaram que seus nomes teriam uma sonoridade alemã. Segundo György Becker, estas diferenças eram “ *muito antigas, só na nossa lembrança*” e que tanto “alemães” como “judeus” mantinham algumas das suas tradições, como por exemplo a “*mesa limpa dos judeus*”. Todos falavam correntemente em húngaro.¹⁰¹

¹⁰⁰ Na Hungria e pelo visto na Voivodina também toca-se o sino ao meio-dia para lembrar a vitória das tropas de János Hunyadi sobre os turcos e a “reconquista” de Nándorfehérvár, atual Belgrado, em 1456.

¹⁰¹ Não soube mais nada da “partida” destes dois grupos. Podemos, porém, inferir algumas hipóteses. Com a ascensão do nazismo, em muitas localidades com presença de populações alemãs, foram constituídas o *Kulturbund*, também denominado de *Volksbund* (em alemão o primeiro termo significa *laço ou elo de cultura*, o segundo *laço do povo ou elo popular*), organizações nazistas que, quando a Alemanha ocupou a Iugoslávia em 1941 e os alemães passaram da condição de minoria ao topo da hierarquia entre as nacionalidades, desempenharam um importante papel na administração dos territórios ocupados e na deportação dos judeus. Não sabemos se este foi o caso dos alemães de Maradék, mas certamente foram eles os deportados no final da guerra. Na deportação dos judeus também podem ter participado soldados húngaros do exército que reocupou a Voivodina em 1941 e que chegou até Novi Sad. O exército húngaro fez incursões com o objetivo de “limpar” o Fruska Gora de *partisans*, e foi responsável pelo fuzilamento de mais de 3.000 pessoas, principalmente sérvios e judeus (Brabham, 1981; Gyurgyák, 2002). Em *Eichmann em Jerusalém*, Hannah Arendt sugere que na Sérvia ter-se-ia chegado a “uma solução local” sem intervenção do exército nazista, porém não consegue explicar as motivações locais (2003:200-214). Uma delas pode ter sido justamente a assimilação dos judeus aos húngaros, o que se reflete na afirmação de István Becker. A monografia de Ferenc Fejtő demonstra como as minorias judias e, inclusive, alemãs dos territórios que passaram para a Romênia e a Iugoslávia após a I Guerra Mundial resistiram às políticas assimilacionistas de seus novos estados definindo-se como “húngaros” (Fejtő, 2000). Esta troca de identidade foi duramente retaliada, tanto na Romênia como

Os censos do começo do século XX também atestam essa heterogeneidade passada: em 1900, 839 dos 2.157 habitantes da vila definiam o húngaro como a sua língua materna, 131 indicavam o alemão, 9 o eslovaco, 2 o romeno, 1.158 o sérvio e o croata e 18 indicaram outras línguas. 1.086 habitantes se definiram como católicos romanos, 802 como ortodoxos, 13 como evangélicos (luteranos), 217 como protestantes (calvinistas), 20 como israelitas e 19 indicavam outras religiões. Em 1919, havia 1.125 húngaros, 102 alemães, 1 eslovaco, 10 romenos, 276 croatas e 926 sérvios. Dos 2.445 habitantes, 1.196 eram católicos romanos, 12 católicos gregos, 927 ortodoxos, 4 evangélicos, 294 protestantes e 10 israelitas.¹⁰²

Em meio esta heterogeneidade passada e atual, disputava-se e construía-se a anterioridade da presença no local através de mitos de origem que giravam em torno do nome da vila. Todas as versões húngaras fazem menção à idéia de “sobra” ou “resto”. Alguns inseriam a fundação de Maradék entre as histórias de luta contra os turcos, lutas estas cujos testemunhos ainda podem ser achados nas florestas do Fruška Gora, onde vários moradores da vila acharam moedas turcas e espadas em forma de meia lua. Contava-se que após uma grande batalha entre húngaros e turcos, uma antiga localidade da região teria sido quase totalmente destruída e devastada por soldados turcos. Segundo István Répássy a batalha acontecera “*um pouco antes ou um pouco depois*” de uma derrota histórica do exército otomano, numa curva pantanosa do Danúbio a uns 20 quilômetros da vila.

*Era a época em que os húngaros ainda ganhavam guerras, pela força e coragem e pela ajuda de Deus, que, apesar de ser pleno agosto, mandou os ventos frios descenderem do Fruška Gora e os turcos congelaram e afundaram nos pântanos.*¹⁰³

Depois veio a vingança dos turcos que passou também pela vila anterior, que ninguém lembra como chamava. Só sobrou a varanda de uma das casas desta vila antiga, que foi

na Sérvia, que não respeitaram a orientação alemã e acabaram solucionando a “questão judaica” com fuzilamentos e massacres em vez de deportações.

¹⁰² Cf.: *Magyar Statisztikai Közlemények. Új sorozat, I könyv. A magyar Szent Korona Országainak 1900. Évi népszámlálása*. [Comunicações estatísticas húngaras. Censo do ano de 1900 dos países da Sacra Coroa húngara], Budapeste, 1902 e *Magyar Statisztikai Közlemények. Új sorozat, 42. kötet. A magyar Szent Korona Országainak 1910. Évi népszámlálása*. Budapeste 1912.

¹⁰³ São infinitas as histórias contadas sobre batalhas entre turcos e húngaros e, de fato, a região era um dos palcos principais da luta entre cristãos e otomanos. No local apontado por István encontra-se Karlovci (Karlóca em húngaro), centro importante da ortodoxia e onde, em 1699, foi assinado o tratado de paz entre o Império Otomano e o Habsburgo. Até hoje, uma das igrejas no local exhibe a meia lua turca, a cruz católica e a cruz ortodoxa.

reconstruída por nossos antepassados. Por isso que Maradék chama de Maradék.

Para outros a origem da vila é muito mais recente e está relacionada a uma repartição de terras de um grande latifúndio que

foi dividido em parcelas iguais entre os filhos de uma família da nobreza. Na repartição, para garantir a paridade das parcelas, sobrou um pedaço pequenininho que foi chamado de Maradék e onde foram assentados os camponeses húngaros que trabalhavam para os senhores nobres.

Segundo uma terceira versão bastante repetida e que traduzo com as palavras de Rozalia, uma viúva que voltou para a Voivodina em 1988, após trabalhar 20 anos como empregada doméstica na Alemanha:

houve uma época em que todas as vilas da região ganharam denominação nova. Só houve uma pequena aldeia que ficou sem, então decidiram chamá-la de Maradék.

O que as três versões têm em comum é a referência ao significado húngaro da palavra: “resto” ou “sobra”. Na primeira versão, afirma-se explicitamente a anterioridade dos húngaros no local, na segunda, a anterioridade, ou ao menos, a presença antiga está pressuposta, pois só uma vila com presença de húngaros ganharia um nome em húngaro. Note-se como só os camponeses ganham uma denominação nacional, a nobreza não e, de fato, pelo histórico da região, esta poderia ser tanto húngara, como sérvia ou croata, já que as três chegaram a dominar a província na qual Maradék se encontra. Talvez a mudança de nome da terceira versão faça justamente referência a uma das múltiplas mudanças de fronteiras que, como sabemos, muitas vezes implica na troca de línguas e topônimos. Vejamos agora as versões sérvias e croatas contadas por Boro e traduzidas por Karcsi, jovem que, apesar de se definir como húngaro, dizia não falar mais a língua o que significava ser xingado diariamente pela avó. Em nossas conversas, Boro falava em sérvio e Karcsi traduzia para o inglês, língua que aprendera durante sua estadia em Tel-Aviv como operário ilegal.

Tanto os sérvios como os croatas referiam-se à vila como Maradik, e ambos contavam versões diferentes porém igualmente míticas para explicar o nome. Segundo os sérvios

havia dois jovens camponeses, Mara e Diko, que moravam em dois vales separados do Fruška Gora. Certa vez eles se encontraram justamente no morro entre os dois vales e se apaixonaram na hora. Após o casamento, para lembrar o local do primeiro encontro, decidiram construir sua casa no morro entre os dois vales e por isso que a nossa vila chama de Maradik.

Na versão croata também aparece uma moça chamada Marin, “*que era tão bonita que decidiu-se renomear a vila para Marindik, que significa ‘por orgulho’ ou ‘pela beleza’ de Marin.*” Segundo Boro, o importante é que em nenhuma das versões aparecem os húngaros, que só “*vieram depois*”. Tal afirmação é bastante provável se visitarmos os cemitérios da vila. No cemitério ortodoxo, religião predominante entre os sérvios da vila, os túmulos mais antigos datam de pelo menos meados do século XVIII, enquanto que no católico, dividido por croatas e húngaros, ou no protestante, mesmo os túmulos mais antigos são bem mais recentes, da primeira metade do século XIX.

Se em todas essas versões podemos ver uma disputa pela nomeação mais legítima da vila ou pela anterioridade da presença de um dos grupos, em outros mitos ou contos nos deparamos com sinais de uma longa convivência. Este é o caso das diferenças entre o calendário ortodoxo, identificado como religião sérvia e o católico ou o protestante, própria dos húngaros da vila. Segundo Pali Csepregi, a diferença remonta

até o começo dos tempos, quando os húngaros e os sérvios saíram a procura do Tempo. Enquanto os húngaros calçavam botas, os sérvios calçavam bocskor [um tipo de sandália ou sapato com sola de pele mal curtida, que era usado no cotidiano], e quando tiveram que atravessar um pântano enorme o bocskor afundou na lama e os sérvios tiveram que voltar para trocar de calçado. Os húngaros chegaram antes, daí a diferença nos calendários.

Boro me contou uma versão sérvia muito semelhante, na qual os húngaros e sérvios saíram para saudar o menino Jesus, mas quando chegaram ao pântano os sérvios tiveram

que tirar seus *bocskor* e continuaram descalços chegando 13 dias atrasados, que é justamente a diferença entre as celebrações do natal nos dois calendários.

Como mostram as citações acima e os dados dos censos, outra diferença importante entre Maradék e Csantavér é que, ao contrário de Csantavér, onde a população húngara é católica, em Maradék a religião constituía um dos principais assuntos de interesse. Nesta vila a maioria dos húngaros é calvinista e só uma minoria é católica, já os sérvios freqüentam a igreja ortodoxa.

O assunto mais comentado e continuamente lembrado era a famosa conversão de uma parte dos húngaros ao calvinismo no final do século XIX. Esta história também era contada em várias versões semelhantes, todas elas enfatizando o conflito entre os húngaros da vila e o padre e o bispo católicos, que na época eram croatas e pouco amigos dos húngaros. Parece que, no final do século XIX, os húngaros da vila se reuniram e mandaram seus representantes ao padre, para pedir que ele realizasse pelo menos uma missa por mês em húngaro. O padre falava húngaro, mas mesmo assim recusou-se a atender o pedido, o que fez com que a população decidisse mandar uma carta ao bispo, solicitando o envio de um padre que ordenasse a missa em húngaro. Em relação à resposta do bispo ouvi duas versões. Segundo a primeira, ele teria respondido que *“preferia ouvir um cão ladrar dentro da igreja, mas missas em húngaro de jeito nenhum”*. Irrados diante da resposta do bispo, os húngaros começaram a freqüentar as missas em húngaro da comunidade calvinista de Beska, vilarejo nas proximidades habitada na época por alemães e húngaros. Depois de um tempo, mandaram um representante ao bispo calvinista de Budapeste informando a sua decisão de se converter à religião protestante.

Uma segunda versão, confirma a negativa do padre de Maradék diante do pedido dos húngaros, os húngaros comunicaram a sua decisão de conversão ao calvinismo ao bispo católico de Gyakovár (Djakovo, na Croácia atual). O bispo Josip Juraj Strossmayer, um dos teóricos do paneslavismo e conhecido por seu projeto de juntar todos os eslavos do sul na igreja católica, teria respondido à ameaça da conversão ao protestantismo, que *“tomara que todos os húngaros se convertam ao protestantismo, assim queimarão no inferno todos juntos.”*

Infelizmente, há alguns anos, a paróquia protestante foi destruída por um incêndio e muitos documentos antigos que poderiam elucidar melhor as circunstâncias da conversão

foram perdidos. Mesmo assim, tive a oportunidade de consultar alguns dos documentos que sobraram e também ouvir os relatos de netos e bisnetos das primeiras famílias que decidiram se converter ao calvinismo nos últimos anos do século XIX. A maior parte dos documentos era constituída por cartas mandadas ao bispo calvinista de Budapeste relatando a conversão de novas famílias, assim como pedidos para que ele reconhecesse os casamentos. Uma pesquisa mais aprofundada nos arquivos da diocese de Djakovo, responsável pelos católicos da vila, bem como nos arquivos da igreja protestante de Budapeste ao qual o distrito de Maradék pertence até hoje, poderão ajudar a compreendermos outros aspectos da conversão.¹⁰⁴ Por enquanto, gostaria de ressaltar alguns pontos.

Não temos nenhum indício do envolvimento de missionários na conversão, cuja iniciativa partiu do seio da comunidade e resultou de um confronto com o padre católico e depois com a igreja católica croata. Tal confronto, embora envolvesse a religião, não se deu em termos teológicos e sim no “idioma nacional”, pois a reivindicação de missas na língua nacional da comunidade é indicativo de como em Maradék religião e língua caminharam junto à nacionalidade. Mesmo nos dias atuais, nenhum dos entrevistados citou diferenças teológicas entre as duas religiões. “*Nós [calvinistas] pudemos ficar húngaros, os católicos foram ficando croatas e em muitas famílias os filhos casaram com croatas ou mesmo com sérvios e não falam mais húngaro.*” – dizia-me Rozi. Este era o caso do amigo de Boro, Karcsi, citado nas páginas anteriores. Ele dizia não falar mais húngaro, e mesmo quando tentava nem tudo saía como planejado. Tentando convencer a sua avó para *sair* da casa para conversar comigo, convidou-a a *entrar* (em vez de *gyere ki* disse *gyere be*) e acabou ganhando os xingamentos dela.¹⁰⁵ Os dois filhos de Józsi Detelin também não falavam húngaro, segundo o sineiro porque a família de sua mulher, “*uma família de grandes croatas*”, não os deixavam e também proibiram-nos de freqüentar as aulas de húngaro que o pastor calvinista Károly Béres estava dando aos domingos para as crianças da vila, independentemente de sua religião. Na família de Jani, aprendiz de alfaiate e católico, a situação era semelhante: seus pais se definiram como húngaros, mas em casa falava-se o

¹⁰⁴ Pesquisa esta que poderá ser realizado em futuro doutorado.

¹⁰⁵ Os xingamentos da avó eram os mais variados, oscilando entre uma escatologia religiosa – *rohadtól meg Isten seggében*, literalmente, “*apodreça no cú de Deus*” – ou insultos correntes, tais como *kurva anyád, te senkiházi fajankó*, “*filho da p..., seu burro de casa de ninguém*”.

croata, língua da missa. Jani decidiu reaprender o húngaro – “*estava bem enferrujado*” - alguns anos atrás, quando os jovens húngaros da vila decidiram formar o grupo de dança tradicional. Desta forma, na casa de Jani falava-se em croata por causa da sua irmã, que só conhecia esta língua, já com Gyuri Heretek e Pali podia conversar em húngaro, pois “*as suas famílias são de grandes húngaros e proibem a fala sérvia do portão para dentro*”. No entanto, observando os jovens na ida para ao encontro regional de dança folclórica em Muzslya, pude perceber como na turma sempre acabava por prevalecer o sérvio, em consideração àqueles que não falavam húngaro.

Desta forma, se observarmos as duas vilas, Maradék e Csantavér, como unidades lingüísticas, nos deparamos com características bem diferentes. Enquanto em Csantavér os húngaros são maioria na vila, os de Maradék vivem numa situação minoritária na qual se usa muito mais a língua da nacionalidade envolvente.

Observando as situações cotidianas de interação fui percebendo como os húngaros de Csantavér eram inseguros quando tinham que usar a língua sérvia. Para começar, muitos deles, principalmente os mais velhos, não falavam o sérvio, só o compreendiam, e mesmo entre os mais jovens e de média idade, muitos não conheciam o alfabeto cirílico. Isto ficou evidente quando, mostrando meu mapa com escrita cirílica, pedia para os habitantes da vila orientações para explorar a região. Suas idas para Subotica, Novi Sad ou para Belgrado para resolver burocracias ou mesmo para ir ao hospital eram percebidas como perigosas e tentava-se evitá-las a tudo custo. Muitos afirmavam sentir medo quando eram obrigados a deslocamentos para as cidades referidas. Este era o caso de um homem que foi pegar sua balança de medir trigo e milho, consertada pelo senhor Zabos, a quem estava entrevistando. Para que a balança pudesse ser usada depois do conserto, era preciso ir à cidade para carimba-la oficialmente e o senhor Zabos, para que seu cliente “*não tenha que perguntar na rua*”, explicou detalhadamente a maneira de chegar no escritório do ministério da agricultura como também as frases em sérvio que seu cliente deveria dizer. Alguns minutos depois das explicações o cliente voltou novamente, desta vez preparado com papel e caneta para desenhar as ruas e anotar as frases.

Durante a minha estadia na vila, estive alojado no prédio dos bombeiros da aldeia, e após os incêndios bastante freqüentes no período final do verão tive a oportunidade de

presenciar várias discussões entre os bombeiros voluntários para decidir qual deles ligaria para as autoridades de Subotica para fazer um relatório sobre as ocorrências.

Em uma outra ocasião perguntei a um grupo de estudantes, qual era a língua estrangeira que aprendiam na escola. A resposta foi unânime: o sérvio. Situações como estas, sugerem que a homogeneidade lingüística da vila criava uma falsa segurança que se desvanecia fora dela.

Já em Maradék, a situação era totalmente oposta, sendo grande a dificuldade das famílias húngaras em ensinar o húngaro aos mais jovens, bem como em obriga-los ao uso freqüente. Nas famílias mistas, como a parte sérvia ou croata só entende o húngaro, mas não o fala, a língua usada é o sérvio. Hoje em dia, já não se ensina húngaro na escola, e a última classe húngara se formou em meados dos anos 70. Muitos pais, mesmo tendo a oportunidade de matricular os filhos numa turma húngara, não o fazem, e assim não há inscritos suficientes (15) para a formação de turmas húngaras na escola. O principal argumento destas famílias é que mesmo se houvesse turmas húngaras na escola, estas só abarcariam os primeiros 4 anos do primário (depois o ensino obrigatório é em língua sérvia), e os estudantes egressos destas turmas teriam maior dificuldades e iniciariam com desvantagem a 5ª série. Para a tristeza dos adultos, os jovens entre si preferem falar em sérvio, situação que Károly Béres, o novo pastor da vila, está tentando reverter, dando cursos sobre a Bíblia em húngaro para todos os jovens da vila, organizando acampamentos e intercâmbios com comunidades calvinistas da Hungria e trazendo estudantes húngaros nas férias de verão para Maradék. Já entre os adultos, quando estão entre eles, ou seja, quando não há nenhum sérvio ou croata presente, usam preferencialmente a língua húngara. É claro que mesmo assim a língua sérvia está presente nas conversas, sobre tudo quando se trata de usar alguns palavrões, ou, por exemplo, na hora de citar frases que foram faladas por sérvios da vila.



Figura 13. - Maradék





Figura 14 - Acima, “rua dos húngaros” de Maradék; abaixo, antiga escola húngara em Maradék

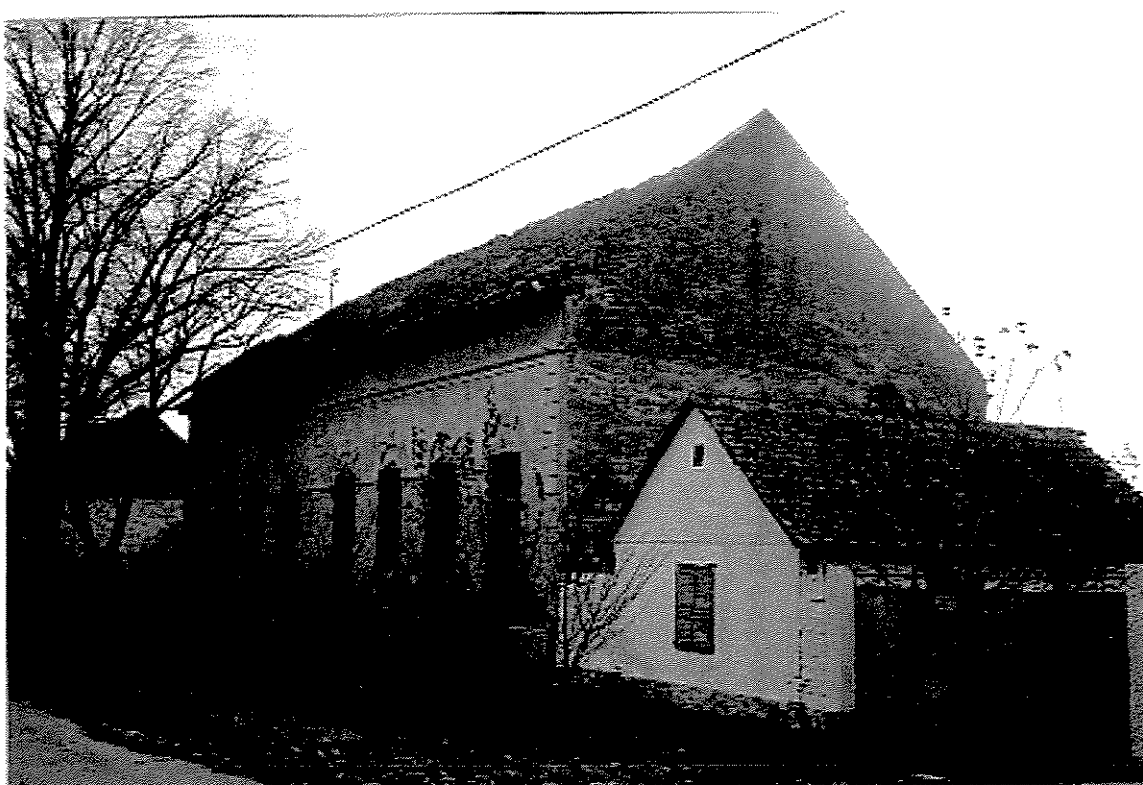




Fig. 15 - Os cemitérios sérvios em Maradék





**Fig. 16 - As três igrejas de Maradék.
Ortodoxa, Calvinista e Católica.**



Fig. 17 – O cemitério judeu de Csantavér.

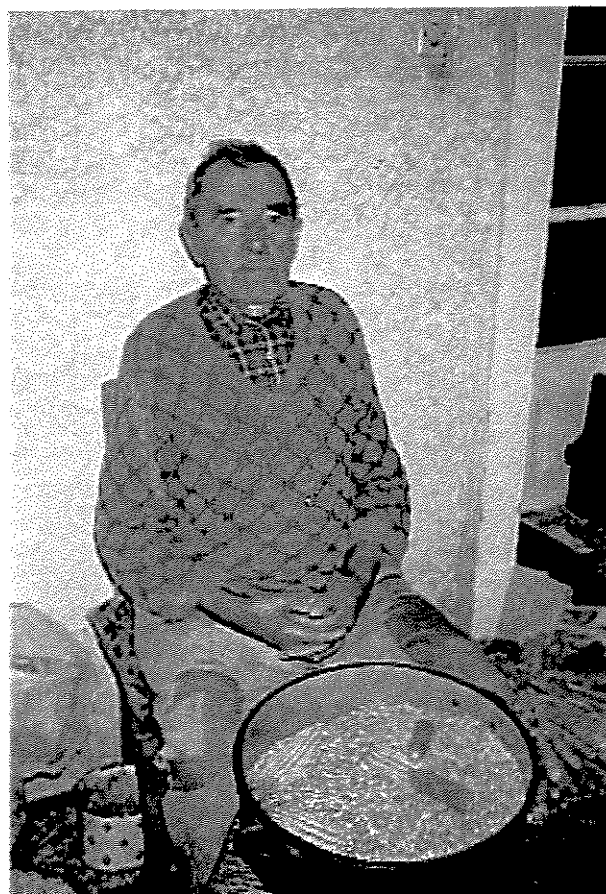


Fig.18 - Sima bácsi.

Figura 19 – Os jovens de Maradék em Muzslya



8.1. Origens

Muitas foram as interpretações da guerra que se seguiu à proclamação da independência da Croácia entre 1990 e 1991. Enquanto a imprensa internacional se baseava num “modelo étnico” para traduzir o conflito, que se travaria assim entre “sérvios” e “croatas”, dois povos *essencialmente* diferentes e cujo *ódio*, até então silenciado e controlado pelo regime socialista, seria ancestral, na Sérvia, o início do conflito foi interpretado na linguagem socialista, ou seja, tratava-se de uma “guerra de libertação nacional”, onde as forças da Iugoslávia instituída pelos *partisans* de Tito durante a Segunda Guerra Mundial lutavam contra separatistas croatas (Grandits & Pomitzer, 2000:136-7). Em seguida, em função de alguns símbolos escolhidos pela Croácia independente, como por exemplo, o *šahovnica*, bandeira de quadros brancos e vermelhos, o exército croata e em geral a Croácia foi representada com a imagem dos *ustashas* (*ustaši*), soldados da Croácia da época da II Guerra mundial quando a Croácia ganhou independência e era governada pelo movimento *ustasha*, grupo fantoche colocado no poder pela Alemanha nazista.¹⁰⁶

De modo semelhante, os húngaros de Maradék e de Csantavér interpretavam as guerras recentes na Iugoslávia a partir de eventos e imagens locais da Segunda Guerra Mundial. Em 1941, a Iugoslávia foi ocupada pela Alemanha, que dividiu o país da seguinte forma: no sul, uma parte da Macedônia foi anexada à Bulgária e a outra parte, junto com o Kossovo e parte de Montenegro, juntou-se com a Albânia então controlada pela Itália. A Eslovênia foi partilhada pela Alemanha e a Itália e criou-se um estado croata independente. A Sérvia foi dividida em diversas unidades administrativas sérvias, croatas e montenegrinas supervisionadas por italianos ou alemães. No que se refere à Voivodina, ela foi dividida ao longo de suas três regiões históricas: Bácska (Bačka,) foi anexada à Hungria, o Bánát (Banat) passou para a Alemanha e foi controlada pelas comunidades alemãs locais, e o Szerémség (Srem) passou a fazer parte da Croácia independente (Jelavich, 1996:II, p.231-241; Mazower, 2000:123).

¹⁰⁶ Para os sérvios, a bandeira representava o governo fascista aliado da Alemanha nazista, para os croatas era um símbolo muito anterior, cuja origem remonta à Idade Média (Denich, 2000: 52-53).

Assim, em 1941, Csantavér foi libertada ou ocupada dependendo do ponto de vista, pela Hungria, e entre 1941 e 1945, e como atestam as histórias contadas pelos mais velhos, por ali passaram soldados húngaros, alemães, *chetniks* (monarquistas sérvios), *partisans* iugoslavos e russos do exército vermelho. Já Maradék, localizada em Szerémség, passou a ser controlada pela Croácia e foi palco de confrontos entre *ustashas*, *chetniks*, *partisans*, soldados húngaros que segundo István “*partiam de Novi Sad, para fazer incursões no Szrem*”.

Categorias como *partisan*, *ustasha* e *chetnik* foram recuperadas tanto pela mídia e pelos especialistas entrevistados como por parte dos nativos para interpretar e nomear as partes envolvidas nas guerras recentes, ou seja, iugoslavos, croatas e sérvios. Em entrevistas e conversas com húngaros das duas vilas era evidente seu prazer em contar e relembrar alguns acontecimentos locais que remetem à Segunda Guerra Mundial. Pelo contrário, os eventos mais recentes parecem estar envoltos num grande silêncio tenso. Eventualmente, me foram contados alguns casos relativos aos conflitos recentes, como por exemplo, o recrutamento e participação dos homens de Csantavér no front croata, ou a saída de famílias croatas de Maradék.

Se os eventos mais recentes estão sendo interpretados a partir da II Guerra, o referencial para interpretar-la é mais distante. Distante no sentido temporal – guerras e batalhas de épocas passadas, que envolviam turcos, austríacos, heróis húngaros e uma variedade bastante grande de povos da antigüidade, como romanos, hunos, sarmaritanos e avaros –,¹⁰⁷ e também distante no sentido espacial. As múltiplas referências aos grandes impérios que já dominaram a região, são reveladoras da consciência que os moradores de Csantavér e Maradék têm de que a sua história e seu destino foram, muitas vezes, selados em distantes centros políticos imperiais. Nas duas vilas encontrei pessoas denominadas de *helytörténész*, “historiadores locais” que, mesmo sem formação científica, faziam pesquisas em arquivos históricos e em arquivos eclesiásticos e organizavam revistas e publicações nas quais discutiam questões referentes às origens de suas vilas ou apresentavam supostos

¹⁰⁷ Ver a este respeito a obra de Larry Wolff sobre a invenção do leste europeu. O autor, inspirando-se em *Orientalismo* de Edward Said, mostra através da análise de relatos de viajantes da época do Iluminismo, como o Leste Europeu é constituído pelo imaginário ocidental como uma região habitada por povos bárbaros de línguas estranhas. O interessante é que os viajantes analisados por Wolff, do mesmo jeito que os nativos das duas vilas da Voivodina, explicavam a situação de heterogeneidade voltando na história até os povos da antigüidade, descritos por historiadores como Hérodoto (Wolff, 2001).

vestígios do passado, como crânios avaros, moedas turcas, restos arqueológicos do Império Romano. Em Csantavér, um dos debates dizia respeito aos crânios encontrados nas proximidades que, segundo Rudolf Szedlár, eram dos antigos habitantes do império avaro, antes mesmo da chegada dos húngaros após séculos de migrações pela Ásia. Os crânios indicariam que o local é habitado desde os tempos da antiguidade e que, uma vez expulsos os avaros, os húngaros teriam aproveitado a habitação, o que demonstraria a sua presença anterior a qualquer “eslavo do sul”. Já em Maradék, circulavam histórias sobre túneis que saíam de Sremska Mitrovica, antiga capital da província romana de Syrmium, e chegariam até o Fruška Gora, onde os romanos teriam sido os primeiros a cultivarem vinhedos para a produção de vinho.

Esta “preocupação ‘nativa’ com o passado” nos coloca frente a uma configuração triádica. Num dos pontos da tríade, vários nacionalismos que, nas guerras entre a Sérvia e a Croácia, assim como no conflito do Kossovo, ou em outros momentos no decorrer do século XX, fizeram uso da história para justificar e legitimar suas ações. Um dos exemplos mais chocantes diz respeito à guerra do Kossovo, onde os sérvios reivindicavam a região por considerá-la o berço da nação sérvia; concomitantemente, os albaneses também reivindicavam direitos históricos e originários sobre o território. Além de soldados, sérvios e albaneses contavam com historiadores, arqueólogos e cientistas sociais, apontando para a leitura “errada” do opositor sobre um mesmo evento, a batalha do Kossovo de 1389. Num segundo ponto, podemos localizar a imprensa internacional e boa parte da literatura científica, sempre tentando desmascarar as mitologias nacionalistas, fazendo uso também da historiografia. Os dados “objetivos e científicos” demonstrariam o caráter inventado das tradições sérvias e albanesas, distinguindo entre acontecimentos reais e mitologias nacionalistas.¹⁰⁸ E, finalmente, no terceiro ponto da tríade, encontraríamos os ‘nativos’ que, embora envolvidos, nem sempre participaram diretamente desses conflitos e que na forma de contos, mitos ditados ou de pesquisas mais formais, explicam sua situação atual também recorrendo à história.

Em Csanatvér, Szedlár Rudolf, fotógrafo, e László Vékony, médico, editavam em conjunto com Nikolits Anton, diretor da escola primária, uma revista local com artigos que giravam em torno dos crânios acima mencionados, a mapas do século XVIII, às possíveis

¹⁰⁸ A respeito destas mitologias ver Mira Milosevich (2000; 2001).

origens dos nomes dos atuais habitantes da vila, à construção da igreja ou então às biografias dos primeiros padres da vila, etc.

Como tentei mostrar no capítulo anterior o debate em Maradék entre croatas, sérvios e húngaros dizia respeito à anterioridade na presença ou a legitimidade da nomeação da vila. Já em Csantavér, a discussão girava em torno da existência da vila na Idade Média, antes do avanço otomano, o que significaria também a “*natividade*” ou a presença anterior dos húngaros no local, já que nessa época os sérvios moravam mais para o sul. Além dos crânios e restos arqueológicos de construções de vilas que teriam antecedido Csantavér, circulavam duas teorias sobre o nome da vila que também apontam nesta direção e que estariam fundamentadas no achado de ossos brancos e antigos nas proximidades. O nome Csantavér seria derivado ora de ‘*csont és vér*’, ou seja, ‘osso e sangue’, ora de ‘*csata és vér*’, que significa em húngaro ‘batalha e sangue’. Supunha-se que os ossos encontrados eram anteriores à conquista da região pelos turcos otomanos, período no qual a população teria abandonado a vila. Conforme me explicaram os historiadores locais, após a reconquista do que seria a Voivodina atual pelo Império Austro-húngaro ter-se-ia organizado uma recolonização da região por meio de assentamentos organizados a partir de Viena – o centro político do império – com populações de várias nacionalidades. Como antes do esvaziamento do local os habitantes eram húngaros, dentre as populações assentadas estes seriam os herdeiros *mais* legítimos da vila.

8.2. Perspectivas

A partir das discussões sobre a história da vila, decidi pesquisar a documentação disponível no arquivo histórico da cidade de Subotica (Szabadkai Történelmi Levéltár - *Istorijski Archiv Subotica*) e no arquivo do Arcebispado da Kalocsa (Hungria, *Kalocsai Érsekségi Levéltár*), sobre este período de colonização. Para sua reconstituição, além dos documentos encontrados nestes dois arquivos históricos, fiz uso do artigo de János Bárh, no qual o autor, analisando documentos como “*cartas passualis*” (um tipo de passaporte ou documento de identificação usado para transitar entre várias localidades dentro da Hungria da época), listas para a arrecadação de impostos, documentação sobre os processos, etc.,

tenta refletir sobre os possíveis lugares de origem dos novos colonos de Csantavér (Bárth, 1999:1-4).

Após os dois séculos de lutas entre os exércitos do Império Otomano e as forças católicas lideradas pelo Império Habsburgo, a Voivodina estava quase que inteiramente esvaziada. Localizada nas proximidades de Szabadka (Subotica), Csantavér era uma das nove “*pusztas*” sob administração direta da cidade.¹⁰⁹ Os planos para a recolonização das regiões próximas à cidade datam do começo da década de 1760, quando a imperatriz Maria Teresa obriga a cidade a “construir” e povoar duas vilas nas proximidades. Segundo Bárth, a cidade resistiu durante mais de uma década, quando, entre 1770 e 1774, inicia o povoamento de Bajmok. Em 1778, surge a possibilidade da construção da segunda vila na *puszta* de Csantavér (Barth, 1999:86; Iványi, 1885:39). Em 1779, Szabadka recebe o título de “cidade real livre” e no 5º parágrafo da carta de outorga Maria Teresa reforça a ordem de criar duas vilas em Bajmok e Csantavér, o que deveria ser custeado pelo orçamento da cidade. Desta forma, a criação de Csantavér começa em 1780, conforme nos atesta a primeira lista de habitantes da vila, datada de 1781, como também as suas “cartas passuais”.¹¹⁰

Segundo estes documentos, em 1782 havia 86 casas na vila nova. Considerando este número insuficiente, a cidade de Szabadka contratou o servo József Szokola para, em troca alcançar a condição de “szabado” (liberto), continuar na organização da recolonização da vila¹¹¹. A próxima informação disponível data de 1785, quando os padres do arcebispado de Kalocsa observam em seu relatório que a vila com, seus 870 habitantes, encontrava-se pouco povoada, sendo que, das 179 parcelas, só 129 estavam sendo realmente cultivadas.¹¹²

A partir das cartas “passualis” – espécie de passaporte – podemos ter uma idéia sobre as localidades de origem dos novos habitantes, assim como perceber o cuidado das autoridades na identificação e obtenção de referências sobre os novos colonos. No Arquivo Histórico de Subotica foram guardadas 34 dessas cartas, todas emitidas na década de 1780,

¹⁰⁹ *Puszta* é a denominação húngara para as regiões desertas e não cultivadas; neste caso trata-se também de uma unidade administrativa, localizada no território não cultivado que a cidade possuía.

¹¹⁰ Cf. os documentos da pasta numero 15 do tomo A 44 no Arquivo Histórico de Szabadka (Szabadkai Történelmi Levéltár – *Istorijskij Archiv Subotica*), daqui em diante: AHS

¹¹¹ Os servos recebiam parcelas na vila e, além de pagar impostos à cidade, que possuía as terras distribuídas, eram obrigados a trabalhar nas terras não parceladas e entregar parte da colheita. Os libertos (*szabados*) ganhavam a propriedade das suas parcelas.

¹¹² “*Possessio haec Csantavér infra dimidium impopolata est*”, in: Visitatio Canonica Csantavér, 18, Arquivo Episcopal da cidade de Kalocsa no sul da Hungria (*Kalocsai Érsekségi Levéltár*), doravante: AEK

isto é, nos primeiros anos da recolonização de Csantavér. Como muitas vezes os colonos saíam da sua localidade de origem em grupos, algumas cartas dizem respeito a mais de uma pessoa, sempre a homens solteiros ou chefes de família. Analisando as cartas, podemos notar que a origem dos novos moradores é bem diversa; as 34 cartas foram emitidas em 13 localidades diferentes – Félégyháza, Hegyes, Heves, Izsák, Majsa, Makó, Naszvad, Palota, Pécska, Tardoskedd, Topolya, Újkécske e Vásárhely – que podem ser agrupadas em 5 grandes regiões geográficas bastante diferentes entre si: as províncias de Kiskunság, Pest, Heves e as regiões do norte da Hungria (atual Eslováquia), a Transdanubiana e aquela que se estende entre os rios Tisza e Maros. Finalmente, alguns dos primeiros colonos chegaram a Csantavér de localidades próximas do Bácska.¹¹³

Outra fonte usada por Báth para determinar possíveis lugares de origem dos colonizadores de Csantavér diz respeito aos apelidos usados nas listas de arrecadamento de impostos ou nos documentos e relatórios enviados a Kalocsa, para diferenciar habitantes de sobrenomes iguais ou parecidos. Muitos dos apelidos mais tarde transformar-se-iam em sobrenomes verdadeiros. Alguns destes se referem a qualidades e características pessoais, assim como profissões (por exemplo “Dadarás – gado”, “Gulyás – pastor de gado”, “Bognár – carpinteiro”, “Takács – tecelão”, etc.), mas a maior parte diz respeito à localidade de origem, seja o nome de uma vila ou de uma província. Analisando as listas sobre os habitantes de Csantavér no período compreendido entre 1782 e 1827, Báth consegue, assim, localizar mais 5 localidades além daquelas que aparecem nas cartas “passualis” (Barth, 1999:116).

Finalmente, podemos encontrar referências à origem dos colonos na documentação de processos e julgamentos que envolviam os habitantes de Csantavér. A partir destes documentos podemos localizar mais 11 localidades, todas situadas nas mais variadas

¹¹³ Estes dados serão importantes na discussão sobre a situação atual da Voivodina. Cruzando os dados dos movimentos demográficos descritos na primeira parte do relatório com o padrão dos assentamentos e da recolonização da maior parte das localidades atuais, surge a dúvida sobre a homogeneidade atual da Voivodina. Em que medida podemos falar de uma unidade referente à cultura (tradições, costumes, o uso da língua, etc.) seja dos húngaros, seja em relação a todos os habitantes da Voivodina? Será que existe uma cultura “voivodinense”, quando mesmo dentro dos microambientes nos deparamos com populações de origens diversas? O que une uma vila onde os húngaros (que trouxeram tradições diversas de várias regiões da Hungria) interagem com populações sérvias assentadas após a primeira guerra mundial, que seria o caso de Csantavér, com outra vila, onde húngaros de outras regiões da Hungria interagem com montenegrinos (como em Feketics, por exemplo), com rutênios (Bácskeresztúr), eslovacos ou romenos (o caso de localidades do Bánát)? Estas são algumas das questões mais importantes sobre as quais me debruçarei de forma preliminar no espaço desta dissertação, mas que constituirão o eixo de futuros trabalhos.

regiões da Hungria da época, o que reforça a idéia de que já desde o início se tratava de uma vila heterogênea no que se refere aos locais de origem dos colonos.

A leitura dos documentos relativos a este período inicial de recolonização indica ainda a presença de populações eslavas católicas denominadas de *bunjevats*. Segundo as primeiras listas de arrecadação de impostos, em 1781, metade dos novos habitantes de Csantavér era húngara e a outra metade *bunjevats* (43 famílias de cada lado). Segundo Báráth, os arrecadadores iam de casa em casa e, como os nomes húngaros aparecem na primeira metade da lista, e os nomes *bunjevats* na segunda metade, isto sugere que as duas nacionalidades habitavam partes diferentes da vila.¹¹⁴ Na lista de 1782/83, na parte *bunjevats* da lista aparecem novas famílias húngaras, provavelmente de recém chegados que, segundo Báráth, teriam ocupado as casas das famílias *bunjevats* que abandonaram a vila. O número dos *bunjevats* diminuiu a cada ano, sendo que em 1786 de 199 famílias/casas, 167 eram de húngaros e 32 de *bunjevats*, o que indica o abandono da vila por parte desta coletividade.

É muito provável que a relação entre os dois grupos não fosse das mais tranqüilas. No arquivo episcopal de Kalocsa, há um documento referente a um conflito ocorrido na igreja. Trata-se de uma carta do padre da vila, húngaro, no qual este justifica a sua decisão de recusar o pedido à administração dos representantes das famílias *bunjevats* de realização de missas em sua língua, denominada pelo padre de “língua dos *bunjevác*, ou seja, língua illyrica”, nome dado à língua croata na época. Note-se que estamos diante de uma situação muito semelhante àquela dos húngaros católicos de Maradék, cujo pedido também foi recusado pelo padre católico, croata, ou seja, da nacionalidade que na época estava em posição dominante.

Nos anos posteriores o número dos *bunjevats* é cada vez menor, o que nos leva a pensar que a maioria deles abandonou a vila e que as famílias que continuaram em Csantavér pouco a pouco foram se assimilando aos húngaros, maioria absoluta até os dias de hoje.

¹¹⁴ Cf. Báráth, *op.cit.*: 102. Tal divisão espacial parece bem provável sobretudo, tendo em vista o padrão das vilas da região de Bácska, compridas com uma rua principal que, em alguns casos, pode ter até 2 ou 3 quilômetros, e uma rua lateral a cada lado entrecortada por ruas transversais. Até os dias atuais a vila conserva este padrão, presente em outras localidades como, por exemplo, Feketics, onde até há pouco tempo os húngaros moravam de um lado da rua principal e os sérvios montenegrinos do outro. Cf. Virág Hajnal (2001: 119-140).

Depois das dificuldades iniciais, podemos acompanhar o crescimento da vila através dos relatórios anuais sobre os fiéis que o episcopado de Kalocsa exigia aos padres. Os documentos, denominados de *Status Animarum* ou de *Status Personalis* foram reunidos nos relatórios que o arcebispado fazia a cada 3 ou 5 anos, podem ser encontrados no Arquivo Arcebispado da cidade de Kalocsa (ver tabela).¹¹⁵ Cabe ressaltar que os dados muitas vezes são incompletos, já que alguns padres só relatavam o número de católicos e juntavam poucas informações adicionais, como o número de casas e o número de fiéis de outras religiões como judeus e protestantes. Mesmo assim podemos notar como a vila alcança o número de 4.000 habitantes em meados do século XIX e, conforme os dados adicionais, teve, com a ajuda de Szabadka, uma igreja construída em 1815 no lugar da capela provisória localizada em um antigo boteco do centro.¹¹⁶

¹¹⁵ AEK, nos chamados *Schematismus*, sempre nos capítulos denominados de *Status personalis archidiocesis colocensis et Bacsensis*.

¹¹⁶ AEK, *Visitatio Canonica Csantavér*, p. 320

Ano	Casas	Casais católicos	Fiéis católicos	Protestantes calvinistas ou evangélicos	Judeus	Habitantes
1785		180	870			
1789	225	340	1706			
1792		345	1815	5	11	
1794		370		10	11	1776
1795	228	323		9	10	1612
1798	224	319		7	6	1354
1799	241	280		12	13	1295
1803		385	1348		11	
1806		498	2139		14	
1810		644	2466		15	
1814	411	605	2490			
1816		624	2576		17	
1819		695	2734		20	
1822		725	2900			
1823	466	731	3006		18	
1825	473	760	3040		18	
1830		815	3445			
1832		887	3797	27	17	3841
1836		843	3595	23	24	
1843		936	3981	7	32	
1845		1002	4169	2	43	4214
1846		996	4180	1	49	4230
1850		988	4236		59	
1851			3890	1	55	
1852			3964	1	59	
1853			4070	1	61	
1855			4359	8	76	
1858			4468	2	88	
1860			4516	9	93	
1861			4581	1	96	
1862			4740	8	117	
1865			4449	1	106	
1914 ¹¹⁷			8109	29	188	
1915			8290	28	195	
1919			7398			
1923			9006	26	108	
1942 ¹¹⁸			9277	18	24	9331

¹¹⁷ Há uma quebra na seqüência. Para este período não há dados referentes à população e nos relatórios só aparece o número de batismos e de casamentos mistos, a maioria dos quais se dava entre protestantes (calvinistas ou luteranos) e católicos, sendo que a parte protestante, na grande maioria dos casos, adotava a religião católica. Nos anos da guerra temos referências a novos habitantes de religião ortodoxa, cujo número oscila entre 10 e 20.

¹¹⁸ Este é o único relatório mandado ao AEK durante a II Guerra Mundial. Lembro aqui que, após a I Guerra Mundial, o território passou para o Reino Sérvio-Croata-Esloveno, e com isso Csantavér deixou de pertencer ao episcopado de Kalocsa.

O período compreendido entre 1785, data da fundação da vila, e os anos sessenta do século XIX, representa a primeira fase na história da organização dos assentamentos de Csantavér. A segunda fase tem seu início logo após a I Guerra Mundial, que representa o fim do Império Austro-húngaro. Nas negociações de paz de Trianon-Paris, as fronteiras foram redefinidas de tal forma que a Voivodina passa a fazer parte do Reino Sérvio-Croata-Esloveno, ou seja, é só a partir desta data que podemos falar de húngaros além-fronteira, que de um dia para o outro viram seu status de nacionalidade estatal se transformar no de “minoría nacional”. Como resume bem a frase de um dos informantes: *“fomos dormir como húngaros e acordamos como cidadãos do Reino Sérvio-Croata-Esloveno.”*

Entre húngaros de ambos lados da fronteira o período é lembrado como o da grande tragédia nacional e marca o fim do que se denomina, até hoje, de “Hungria Histórica”, ou o que é a mesma coisa, o início da “Pequena Hungria” de um lado das fronteiras. Do outro lado, marca o início da “vida de minoría” e a inversão das relações de poder: expropriações de terra, repatriações, deportações e uma nova política estatal que Rogers Brubaker certamente denominaria de *nacionalizante*.¹¹⁹ Nas terras expropriadas foram assentados grupos fiéis ao novo estado, principalmente camponeses sérvios denominados até hoje de *sérvios dobrovoljác*, uma das categorias centrais do sistema classificatório húngaro da Voivodina.

8.3. Húngaros, sérvios nativos, sérvios dobrovoljác e gyűttmentek

Em Csantavér, logo no início da pesquisa de campo, tive que me enfrentar a um “mistério” sugerido pelas afirmações dos habitantes húngaros da vila, segundo quem a vila seria “100 % húngara”. Segundo os dados oficiais do censo de 1991, dos 9.367 habitantes da vila, 8.283, ou seja, 88,43 %, se definiram como húngaros e os 11,57 % restantes (1.084 pessoas) pertenciam a “outras nacionalidades”. No entanto, na grande maioria das entrevistas e conversas, os húngaros enfatizavam a “hungaridade absoluta” da vila, nas palavras de Rudolf Szedlár:

¹¹⁹ Certamente, esta é a versão húngara da mudança de fronteiras, que para os sérvios e croatas, minorias, pode ter sido vivida como libertação ou independência nacional.

Csantavér sempre foi e será uma aldeia húngara. Aqui não somos minoria, mas a nação. Os sérvios que são a minoria.

Confesso que afirmações como esta me deixaram intrigado: onde estão os 11% que não se definiram como húngaros e que foram colocados na categoria de “outras nacionalidades”? Respondendo às minhas perguntas insistentes, os húngaros entrevistados de Csantavér reconheciam que, de fato, “*sem contar os gyüttmentek*”, na vila também moravam sérvios denominados por eles de *öreg szerbek* ou *öslakos szerbek*. O primeiro termo significa literalmente “sérvios velhos”, e o segundo poderia ser traduzido como “sérvios nativos”. Já a expressão *gyüttmentek* ou *jöttmentek* era usada para denominar os refugiados das guerras recentes e diferenciá-los dos *dobrovoljác*, sérvios que foram assentados após a I Guerra Mundial.¹²⁰

Os relatos sobre a presença dos *gyüttmentek* revelavam as tensões no processo de reconfiguração identitária vivida pelos diferentes grupos da Voivodina. Se em Maradék as famílias croatas “foram embora” (*elementek*) frente às ameaças de expulsão, a expressão *gyüttmentek* tem um significado mais complexo que compreende, ao mesmo tempo, o movimento de deslocamento completo: o abandono de um lugar ou a partida, mas também a chegada a outro lugar. A expressão significa literalmente “os que vieram (*gyütt-* ou *jött-*) e os que foram (*-ment*)”, mas poderia ser melhor traduzida como ‘vagabundo’ e é usada num sentido pejorativo para se referir ao grupo de sérvios e albaneses refugiados das guerras na Croácia, Bósnia e Kosovo.¹²¹ Percebendo meu interesse pelos sérvios refugiados, os húngaros entrevistados afirmavam que era muito fácil reconhecer estas famílias:

basta ir à feira e procurar pelos produtos ocidentais ou simplesmente de melhor qualidade. Enquanto nós trabalhamos duro para conseguir o nosso pão de cada dia, eles comem queijo suíço e não têm que pagar conta de luz.

Outros se queixavam que

¹²⁰ O significado da expressão em sérvio é “colono voluntário”.

¹²¹ O dicionário húngaro-português sugere, além de “vagabundo”, a expressão “João ninguém”.

os gyüttmentek recebem tanta ajuda humanitária que nem precisam trabalhar.

Não pagam pela energia, o estado está construindo casas para eles, mas muitos vão precisar, pois ocuparam casas vazias. Tem famílias que estão voltando para cá e encontram suas casas ocupadas.

Outro aspecto dramático da presença de refugiados na Voivodina é a sua rejeição não só pelos húngaros, mas também por parte dos “*sérvios nativos*” e mesmo por aqueles denominados como “*sérvios dobrovoljac*”. Estes, como já foi dito, foram assentados após a I Guerra Mundial, quando a região deixa de fazer parte do Império Austro-húngaro, nos limites do Reino da Hungria. Até a I Guerra, húngaros e alemães eram os “povos estatais” e os sérvios hoje denominados “velhos ou nativos” estavam na posição de minoria. Após os tratados de paz que redefiniram as fronteiras, a região passou para o Reino Sérvio-Croata-Esloveno e sérvios passaram a ser a nacionalidade estatal. O novo estado, procurando reverter as proporções entre os diferentes grupos nacionais e terminar assim com a predominância demográfica dos húngaros, promoveu novos assentamentos, trazendo os colonos voluntários, denominados em sérvio de *dobrovoljci*. Os mais velhos, como o tio Sima ou László Zabos, ainda lembram como as novas autoridades

tiraram as nossas melhores terras e cada família de assentados, desses dobrovoljac, recebeu de graça meio acre dentro da vila para a construção da casa e 9 acres de terras para cultivo.

todos os problemas começaram nessa época e até hoje os filhos herdam as brigas dos pais. A diferença é que a gente usava os punhos ou no máximo facas, os de hoje pegaram nas armas, depois das mulheres a segunda coisa mais sagrada para os sérvios, tanto que eles nomeiam seus Kalasnyikov com nomes de moças.

Após os esclarecimentos em relação à presença de sérvios nativos e refugiados de guerra na vila, continuava a minha dúvida sobre a localização dos sérvios – 11,57 % (1.084 pessoas) – que os dados do censo de 1991 citavam. Só depois de muita insistência fui descobrir que os sérvios “*não moram nesta vila, mas nas localidades vizinhas de*

Вишњевац (Višnjevac) e *Бачко Душаново* (Bačko Dušanovo)”. Tratava-se de duas vilas *dobrovoljac*, assentados em 1926 nas duas extremidades de Csantavér e, apesar destas localidades formarem parte de Csantavér do ponto de vista administrativo (como se fossem dois bairros separados ou distantes), na geografia popular eram excluídas da vila. Os húngaros se referiam a Višnjevac e a Bačko Dušanovo como se fossem duas vilas independentes, habitadas majoritariamente por sérvios, portanto, terrenos perigosos para os húngaros, junto com Zsednik (Жедник ou Žednik), uma vila vizinha habitada majoritariamente por *vadrácok*, definidos por János Oravecz como “*sérvios bravos, aqueles que fazem as guerras e que em Zsednik são todos partidários do Šešelj*”.¹²²

Não sei se na época da entrada dos *dobrovoljac* havia alguma outra denominação para eles, mas creio que, no início, devem ter ocupado uma posição bastante semelhante aos *gyüttmentek*. De certa forma, ambos são vistos pelos húngaros como invasores ou, usando a categoria de Norbert Elias (2000), *outsiders*. A diferença com situação descrita por Elias é que os *dobrovoljac*, apesar de serem classificados como invasores, estavam associados ao poder estatal, o que, de certa forma, acabou por reverter a relação entre os moradores antigos, que se pretendiam e se pretendem “nativos” e os moradores novos, construídos como invasores ou assentados.

Ao contrário de Csantavér, em Maradék, onde convivem sérvios, húngaros e croatas, não encontrei referências a sérvios *dobrovoljac*, talvez porque após a I Guerra Mundial, os húngaros não constituíssem maioria absoluta na vila. A mais de 100 quilômetros da fronteira entre a Iugoslávia e a Hungria, Maradék sentiu de perto os efeitos das guerras na Croácia (em 1991) e na Bósnia (1992-1994), ambas com seus palcos mais importantes nas proximidades de Maradék. Em 1991, a cidade de Vukovar (a uns 70 quilômetros de distância), defendida pelo exército croata e cercada e bombardeada pelo exército iugoslavo durante três meses, foi totalmente destruída. Um ano depois, a Bósnia declara a sua independência e ao mesmo tempo, as comunidades sérvias lideradas por Radovan Karadžić fundam a Република Српска (Republika Srpska – República da

¹²² Jamais consegui descobrir se este medo era devido à fama nacionalista de Zsednik ou se aconteceu algum conflito aberto com os habitantes dessa vila vizinha como algumas pessoas me sugeriram. Quando soube pela revista local que a estação de trem de Zsednik fora construída nos anos quarenta pelos *székelys* húngaros (sobre os quais falarei mais adiante), comentei com alguns csantaverianos da minha pretensão de visitar a vila. Algumas horas depois encontrei um grupo de homens reunidos que, preocupados com a “*irresponsabilidade dos meus planos malucos*”, tentaram me convencer para não ir. Só ficaram tranquilos quando aceitei que um deles me acompanhasse.

Sérvia), situada a uns 50 quilômetros de Maradék.¹²³ As duas guerras tiveram um forte impacto em Maradék, sendo que, segundo os relatos algumas das famílias, croatas sentindo-se ameaçados pela maioria sérvia, trocaram suas casas com sérvios da Croácia – ameaçados e muitas vezes expulsos de suas vilas por milícias croatas –, enquanto outros eram assentados em casas vazias ou então compravam ou construíam casas novas. Antes das guerras dos anos 90, sérvios, húngaros e croatas viviam em blocos separados pela rua principal; no decorrer dos anos 90, as famílias de refugiados sérvios que iam chegando na vila eram rejeitadas pelos sérvios locais que preferiam morar do lado húngaro da aldeia. Como diziam os húngaros de Maradék, *“nem os seus irmãos sérvios aceitam a presença destes gyüttmentek”*. Desta forma, enquanto a relação entre húngaros e refugiados é inversa aos “estabelecidos e *outsiders*” de Winston Parva (Elias, 2000), aquela entre os sérvios estabelecidos (por estarem há mais tempo no local) e os *gyüttmentek* parece ser muito semelhante. Em Maradék húngaros e *sérvios nativos* compartilhavam rumores, suspeitas e comentários bastante maldosos sobre as famílias de refugiados, que prefeririam viver de ajuda humanitária do que trabalhar. *“Se fossem gente decente trabalhariam como tudo mundo ou agora que as guerras passaram poderiam voltar para as suas vilas originais”* - dizia um dos informantes. *“Se não voltaram é porque tem coisas a esconder ou simplesmente medo de voltar. Com certeza alguns têm medo, mas não porque foram perseguidos e sim porque eram os perseguidores e hoje são procurados pela polícia ou pelos capacetes azuis”*. Além de acusações de serem criminosos de guerra, razão para eles ficarem *“bem escondidos aqui nos vales das montanhas”*, também recaíam sobre os refugiados suspeitas de atividades ilícitas, como tráfico de drogas e ligações com a máfia.

Em Csantavér circulavam suspeitas e fofocas muito semelhantes a respeito dos refugiados, o que acabou por aproximar os “invasores” de outrora àqueles que seriam os moradores originários da vila. Foi durante a sistematização das entrevistas e dos dados de campo que pude perceber as variações na definição do “nós”. Desta forma, em relação aos sérvios em geral do mesmo jeito que em relação aos sérvios mais próximos, como por exemplo os de Višnjevác e Bačko Dušanovo, os húngaros usavam o pronome pessoal no sentido de “nós, húngaros de Csantavér ou da Voivodina, iguais aos húngaros da Hungria”; no entanto, quando se referiam em abstrato aos *“sérvios que fizeram as guerras”* prevalecia

¹²³ A independência da Bósnia teve reconhecimento internacional, enquanto da República Srpska não.

o “nós” como uma expressão de pertença local, pertença esta que incluía tanto húngaros como “sérvios velhos”, juntando assim Csantavér com Višnjevac e Bačko Dušanovo, cujos moradores eram vistos como “*bons trabalhadores que faziam jus à fama da Voivodina como uma das despensas da ex-Igoslávia*” ao lado da Eslovénia, a república mais rica da antiga federação. Já os refugiados seriam “vagabundos”, significado já embutido na denominação, “*gente que vive de graça*”, ou então suspeitos de terem cometido crimes de guerra, *outsiders*, enfim.

* * *

Em Csantavér e Maradék a preocupação constante dos nativos com as origens das vilas – os nomes e seus significados, os antecedentes na Idade Média, seus primeiros colonos, etc. – traduzia, na verdade, um esforço de explicação da situação atual. Talvez desta forma possamos complementar o trecho de István Bibó (1986) citado na introdução deste trabalho e dizer que para as comunidades húngaras das duas vilas o espaço e a sua heterogeneidade atual se tornam compreensíveis a partir do tempo e da memória das gerações anteriores.

É importante percebermos, ainda, como as histórias contadas assim como as categorias e classificações locais giravam em torno de uma mesma questão, a saber, a legitimidade de estar aí, de ser “mais nativo”, construções estas que poderíamos traduzir como uma procura por representações da “autoctonia” que, ao legitimar uma “presença anterior”, protegeria o grupo frente a ameaças de expulsão ou eventuais mudanças nas fronteiras estatais. Tais representações acabam, no fundo, por revelar tensões quase que estruturais fruto dos desencontros entre nacionalidade e cidadania, de histórias de assentamentos e expulsões ou relações múltiplas e justapostas entre estabelecidos e *outsiders*.

Paradoxalmente, a construção de “autoctonia”, ou de uma relação mais legítima e anterior com o local, é acompanhada da percepção de que não há uma história interna à Voivodina: esta história foi e de certa forma continua sendo decidida fora do território, seja nos centros imperiais como Constantinopla ou Viena, promotoras de assentamentos, seja em Paris, Trianon, Yalta, Potsdam ou Dayton, cidades nas quais cartas geográficas foram

desenhadas e redesenhadas, desenhos que além de por fim a impérios e criar novos estados, sempre acabaram por intervir nas relações entre as populações, transformando e revertendo hierarquias locais.

Estes serão os termos do capítulo seguinte. Tentarei apresentar uma das versões da história da Voivodina, aquela produzida pela historiografia húngara, que certamente deve ser muito diferente, se não diametralmente oposta, às versões sérvias ou croatas, mas que provavelmente opera com as mesmas construções: expulsões, assentamentos, conquistas e reconquistas, mudanças de fronteiras e o seu questionamento, etc. No caso desta versão húngara cabe assinalar que se trata de publicações bastante recentes, na maioria dos casos com introduções bastante dramáticas ou melodramáticas, preocupadas com a preservação de “uma cultura húngara na Voivodina” e alertando para os perigos da assimilação, dos “casamentos interétnicos” e enfatizando a importância do ensino da língua para os jovens. Vejamos.

8.4. Voivodina: Notas histórico-demográficas¹²⁴

“Sem sair da minha rua, já morei em sete países.” – Jani bácsi, Maradék

“Foram dormir como húngaros, acordaram como cidadãos do Reino Servo-Croata-Esloveno” – Rudolf Szedlár, Csantavér

Num primeiro período, cujo ponto inicial é a data da fundação do Estado húngaro (no ano 1001),¹²⁵ e que vai até o início do avanço do Império Otomano (a partir da última

¹²⁴ Para além de uma vasta bibliografia de cunho melodramático (que enfatiza uma histórica de *perdas* sucessivas dos húngaros da Voivodina), fiz uso sistemático de duas grandes referências para todos aqueles interessados na história da região, as obras de Beranger (1993) e Jelavich (2000).

¹²⁵ 1001 é o ano em que I. (Santo) Estevão é coroado pelo papa Silvestre II. Há, porém, uma data simbólica ainda anterior na mitologia nacional húngara: os anos 895-96 marcam a “conquista ou ocupação da pátria” (*Honfoglalás*), que representa a chegada e o assentamento dos húngaros após “milênios” de vida nômade e de migração até região dos Cárpatos. É interessante notar como a imagem da chegada ou conquista da pátria aparece em vários mitos nacionais de origem entre alguns povos eslavos. Como mostra Csaba Kiss Gy (1999), o mito de origem croata conta a chegada de um clã de cinco irmãos, entre eles Croat, e duas irmãs à costa do Adriático. Outros povos eslavos contam a história de três irmãos, Czech, Lech e Rus, que saem em busca de uma pátria nova e acabam fundando três reinos: o reino dos tchecos, o dos poloneses e o dos russos,

década do século XIV), a composição étnica da região que seria a Voivodina atual¹²⁶ é caracterizada pela presença cada vez maior e dominante de populações húngaras, formando um bloco contínuo até o Danúbio. A partir do avanço otomano, realizado à custa dos sérvios,¹²⁷ têm início movimentos migratórios de populações sérvias para o sul do estado húngaro, especialmente para a Syrmia e a região sul de Bánát. Em 1459, a queda da capital sérvia, Smederevo, tem como resultado a entrada em massa de sérvios nas regiões acima citadas.¹²⁸

Em 1526, a Hungria também é derrotada na batalha de Mohács, o que significará a dissolução do Estado húngaro. Como consequência da ocupação permanente das tropas turcas e as incursões de unidades sérvias na região da Voivodina atual, houve uma fuga massiva das populações húngaras, e foram criados novos assentamentos militares contando com presença sérvia e muçulmana e, em proporções menores, comerciantes gregos, judeus e ciganos.

A partir da segunda metade do século XVI, temos um período marcado pela hegemonia sérvia na região que vai até a libertação dos territórios húngaros pelas tropas cristãs lideradas pela Áustria, no final do século XVII. Tais territórios incluíam Syrmia e Bácska. Após o tratado de paz com o Império Otomano, assinado em Karlóca (Karlovcí) em 1699, iniciam-se novas correntes migratórias: por um lado, as populações muçulmanas (entre elas grupos de eslavos e húngaros islamizados) se deslocam dos territórios húngaros reconquistados para a região que corresponde à Bósnia atual e, por outro, grupos católicos, os *bunjevats* e os *shokats*,¹²⁹ deixam a Bósnia fixando-se no sul do Estado húngaro, ou seja, na Voivodina atual.¹³⁰

respectivamente. In: Kiss Gy, Csaba (1999). Sobre mitologias nacionais ver também a obra de Jon Juaristi (2001).

¹²⁶ Dividida historicamente em três regiões: Bácska (Бачка), Bánát (Банат) e Syrmia ou Szerémség (Срем).

¹²⁷ A derrota dos sérvios na primeira batalha de Kosovo Polje em 1389 é, até hoje, o símbolo da perda da pátria para os sérvios.

¹²⁸ Cf. Kocsis & Kocsis-Hodosi, op. cit. p.138

¹²⁹ Há uma grande controvérsia em relação a estes dois grupos. Alguns autores os incluem entre os croatas, outros afirmam que são origem sérvia mas de religião católica. Já os húngaros de Csantavér se referiam a todos os croatas próximos a eles (da própria vila ou de vilas e cidades próximas) usando o termo “*bunjevac*”, enquanto os “croatas distantes” (aqueles da Croácia por exemplo) eram chamados de croatas.

¹³⁰ Na *dieta* (congresso) de Pozsony (centro político da Hungria, Pressburg em alemão e atual Bratislava, capital da Eslováquia) de 1687, as Cortes húngaras transferiram a coroa húngara à casa dos Habsburgos. Isto significa que o imperador de Viena passava a ser ao mesmo tempo rei da Hungria.

O ano de 1690 assiste a queda de Belgrado e milhares de famílias sérvias, lideradas pelo patriarca ortodoxo Arsenije III (Crnojević), procuram refúgio em território húngaro, onde recebem privilégios e garantias de autonomia política e religiosa do Imperador Leopoldo I. Em troca, os sérvios devem prestar serviços militares contra os turcos, inimigos externos da Áustria, mas também contra os húngaros, opositores internos do Império Habsburgo. Justamente por causa da sua lealdade à Viena, centro político do Império, a grande maioria destes sérvios foi assentada ao longo da chamada “Fronteira Militar” (*Határörvidék* em húngaro, *Militärgrenze* em alemão), ou seja, ao longo dos rios Sava, Danúbio, Tisza e Maros. Tratava-se de territórios recém reconquistados e libertados da dominação otomana. Historicamente pertencentes ao Reino Húngaro, eram reivindicados pela nobreza húngara em nome do acordo feito em 1687, quando as cortes húngaras transferiram a coroa para a casa dos Habsburgos que, em troca, prometeu respeitar os direitos e privilégios históricos da nobreza magiar. Apesar disto, após o tratado de Karlóca (Karlovci) em 1699, os territórios em questão foram anexados ao território austríaco e passaram a ser diretamente administrados a partir de Viena.¹³¹

De acordo com um censo sobre a população que pagava impostos, realizado 2 anos após o tratado de Passarowitz (*Pozsarevác*, em húngaro), em 1718,¹³² das 3.111 casas de Bácska que pagavam impostos, 97,6% eram sérvias e croatas, 1,9% húngaras e 0,5% alemãs.¹³³ Ao mesmo tempo, os dados relativos ao Bánát e Syrmia mostram a ausência quase absoluta de húngaros nessas regiões, fato que pode ser explicado pela proibição por parte dos órgãos administrativos de Viena da volta das populações húngaras que, após a Guerra de Independência travada contra a Áustria entre 1703 e 1711, eram vistos como politicamente não confiáveis.¹³⁴

¹³¹ Cf. Bérenger (1993: 181-189) e Jelavich, Barbara (1996: 130-138).

¹³² O tratado significou a reconquista e a reintegração de Bánát e, portanto, a conclusão da reconquista cristã da Hungria, de Belgrado e da maior parte da Sérvia. Da mesma forma que as regiões anteriormente citadas, o Bánát não foi devolvido às famílias da nobreza húngara às quais pertencia antes de 1552, data que marca a perda desses territórios para o Império Otomano, passando a ser administrado diretamente pela Câmara de Contas de Viena, que confirmou o conde de Mercy (de Lorena) como governador do Bánát e de sua capital, Temesvár (hoje Timisoara, na Romênia). O governo de Belgrado ficou com o príncipe Alexandre de Wurtemberg. Cf. Bérenger (1993: 360-361).

¹³³ Acsády (1896) *apud* Kocsis & Kocsis-Hodosi (*op. cit.*:140).

¹³⁴ Em compromisso alcançado no tratado de paz de Szatmár (1711), a nobreza húngara reconhecia o poder dos Habsburgos, enquanto Viena reforçava os privilégios da nobreza húngara e concedia uma autonomia mais ampla sobre seus territórios. Mais tarde, em 1724, a dieta húngara de Pozsony (*Pressburg*) aprovava a *Pragmatica Sanctio* de 1713, lei que, mudando as regras de sucessão, garantiria a sucessão de Carlos VI

É também nessa época que têm início, a partir de Viena, os programas de recolonização dos territórios reconquistados, entre eles as três regiões da Voivodina atual (Bácska, Bánát e Syrmia), quase totalmente desertas após dois séculos de guerras entre turcos otomanos, sérvios, austríacos e húngaros. Neste primeiro momento, é promovida a entrada de colonos alemães de religião católica, fiéis ao Imperador católico de Viena e não daqueles associados à nobreza húngara, maioritariamente protestante. Também foi permitido o assentamento de uma grande quantidade de camponeses sérvios e romenos de religião ortodoxa, principalmente nas regiões do Bánát e Bácska. Desta forma, podemos afirmar que, já a partir deste primeiro momento de “recolonização” ou repovoamento, a Voivodina se configura como uma região heterogênea, tanto do ponto de vista etnolingüístico como religioso.

A volta de húngaros, ainda vistos em Viena como politicamente pouco confiáveis, só foi permitida com a ascensão de Maria Teresa ao trono, em 1740. As populações húngaras foram assentadas principalmente na região central e no norte de Bácska, enquanto famílias de camponeses sérvios eram enviadas preferencialmente ao sudeste de Bácska e oeste de Bánát.¹³⁵

Durante o reinado de Maria Teresa (1740 – 1780) continuaram os programas de assentamento dos colonos alemães promovidos pela Câmara de Contas do Império, principalmente no Bácska ocidental, como também começou a migração autorizada de camponeses eslovacos, rutênios e romenos, grupos que, do ponto de vista austríaco, poderiam ser muito mais leais à Viena e à imperatriz do que os húngaros. Mesmo assim, muitos húngaros migram principalmente das províncias de Jász, Kun e Csongrád, (no sul da Hungria), mas também da região transdanubiana, para a Voivodina, seja retornando às terras abandonadas por seus antepassados, seja criando novas vilas.¹³⁶

(Carlos III na Hungria), sem herdeiro masculino, por sua filha Maria Teresa. Em troca da decisão da *dieta* húngara, Carlos VI reconhecia a indivisibilidade da Coroa húngara. Cf. Bérenger (1993: 352) e Jelavich (1996: 130-131).

¹³⁵ Tanto o Bácska como o Bánát ocidental fazem parte da Voivodina atual, enquanto que a parte oriental do Bánát pertence atualmente à Romênia.

¹³⁶ É desta época que data a recolonização de algumas localidades importantes da Voivodina contemporânea, como Csantavér, Doroszló, Bácsstopolya, Bajsa, Bajmok, Ada, Mohol, Magyarkanizsa, Zenta, Péterréve, Bácsföldvár, etc. Cf. Kocsis & Kocsis-Hodosi (op.cit.: p.141).

Nas últimas décadas do século XVIII, tem início outro movimento migratório húngaro, desta vez dirigindo-se às regiões ocidentais do Bánát,¹³⁷ para a ampliação e expansão do cultivo de tabaco, centrado na cidade de Szeged, no sul da Hungria atual.

Com a ascensão de José II ao trono (1780), começa uma nova etapa no que se refere à recolonização da região. O rei, conhecido por seus projetos de secularização e tentativas de racionalização da administração do Império, continuou a política de sua mãe de promover a imigração alemã, mas também permitiu a entrada de populações protestantes, tanto alemãs, como de calvinistas húngaros. Deste período datam as colônias calvinistas de Bácsfeketehegy, Pacsér e Piros.

Na primeira metade do século XIX, tem continuidade a entrada de populações húngaras e alemãs e, em menor escala, de rutênios e eslovacos na Voivodina. Entre os anos 1848 e 1849, o desejo de transformação que sacode boa parte da Europa ganha a forma de uma revolução na Hungria, que acaba se transformando numa Guerra da Independência. Os sérvios, colocando-se contra as reivindicações húngaras, declararam uma Voivodina independente no dia 13 de Maio de 1848,¹³⁸ sendo que algumas colônias húngaras e alemãs, como Temerin, Bácsföldvár, Zenta, Magyarkanizsa, Versec e Fehértemplom, foram saqueadas e suas populações expulsas.¹³⁹ A guerra teve como consequência a fuga e concentração de húngaros em Szabadka (Subotica atual, Maria Theresiopolis na época). Após o fim da guerra, a maioria das populações expulsas retornaram às suas localidades na Bácska.

Do período inaugurado pelo Compromisso Austro-húngaro de 1867,¹⁴⁰ temos as primeiras informações estatísticas relativas à composição étnica da Voivodina. Segundo o primeiro censo, realizado em 1880, dos 1.2 milhões de habitantes do que seria a Voivodina

¹³⁷ Atualmente na Voivodina, sendo que no mapa contemporâneo a parte oriental do Bánát pertence à Romênia. É deste período que datam localidades como Magyarmajdány, Törökkanizsa, Csóka, Oroszlámos, Szaján, etc. cf. Kocsis & Kocsis-Hodosi (op.cit:141).

¹³⁸ O projeto sérvio reivindicava a autonomia da Voivodina frente ao estado húngaro, sendo que esta nova unidade territorial, juntaria as regiões de Baranya, Bácska, Bánát e uma parte de Syrmia (Szerémség). Segundo o censo militar de 1851, a região comportava 407 mil habitantes sérvios, 395 mil romenos, 325 mil alemães, 241 mil húngaros e 32 mil habitantes de outras nacionalidades. Cf. Jelasich (op.cit.: 278-279).

¹³⁹ Cf. Kocsis & Kocsis-Hodosi (op.cit: 142).

¹⁴⁰ É só a partir deste momento que podemos falar do Império Austro-húngaro. No Compromisso, assinado entre o Imperador Francisco José, ou seja, a casa dos Habsburgos, e os representantes húngaros, a Hungria recuperava sua autonomia, assim como as “três províncias históricas”, a Transilvania, a Croácia e a Eslavônia. O Imperador reconhecia o regime parlamentar da Hungria, cuja nobreza recuperava os seus privilégios e poderes perdidos em 1848. Cf. Bérenger (1993: 546-547).

atual, 35,5% se definiam como sérvios, 24,4 % como alemães, 22,6% como húngaros, 6,2% como croatas, 5,9% como romenos, 3,7% como eslovacos, 0,8% como ucranianos ou rutênios e 0,9% como pertencentes a outras nacionalidades.¹⁴¹ Segundo as estimativas de Károly Kocsis, a região de Szabadka (Subotica) e do rio Tisza concentrava aproximadamente 56% dos húngaros, maioria em quase todas as localidades. Fora deste “bloco húngaro”, os húngaros possuíam maioria em 27 municípios (7 em Bácska, 19 em Bánát e apenas um em Syrmia).¹⁴² No que se refere ao “status étnico”, analisando índices de desenvolvimento econômico e de modernização, Kocsis sugere que os húngaros e alemães estavam no topo da hierarquia étnica na região. De fato, dentro do Império Austro-Húngaro, também denominado de Monarquia Dual, a condição legal de sérvios, romenos, eslovacos e rutênios era a de minoria nacional, sem os mesmos direitos políticos e coletivos que as “nacionalidades históricas”, como era o caso de húngaros e croatas.¹⁴³

Analisando os movimentos populacionais deste período, Kocsis observa a migração de húngaros para os grandes centros urbanos, como Újvidék (Novi Sad), Szabadka, Nagybecskerek, Pancsova, Versec, etc. Também foi organizado o assentamento de camponeses húngaros nos grandes latifúndios da Voivodina e de húngaros da Bukovina em localidades ao longo do Danúbio (Székelykeve, Sándoregyháza, Hertelendyfalva). Finalmente, como consequência do crescimento populacional dentro do bloco húngaro (nas regiões de Szabadka e do rio Tisza), houve um êxodo de húngaros na direção sul-sudeste. Desta forma, entre 1880 e 1910, o número de húngaros no sudeste de Bácska aumentou em 66,3%, e 82,3% na região central e sul do Bánát. Finalmente, na região do Szerémség

¹⁴¹ Este primeiro censo perguntava pela afiliação lingüística, ou seja, pela língua materna.

¹⁴² Cf. Kocsis & Kocsis-Hodosi, op.cit. p.142

¹⁴³ O maior ganho político foi o dos húngaros que, da condição de derrotados na Guerra de Independência de 1848-49, passaram a ser o segundo “povo estatal” do Império. Em 1868, húngaros e croatas assinaram seu próprio Compromisso, denominado em croata de *Nagodba*. Neste se reconhecia a Croácia como unidade territorial dentro da Monarquia Húngara, com autonomia para decidir seus assuntos internos, como sistema judiciário, polícia, educação e assuntos relativos à religião. A língua croata também foi reconhecida como língua oficial, não só dentro da Croácia, mas também no Parlamento húngaro, que assegurava 40 cadeiras aos croatas. De acordo com François Fejtő (1990) e Barbara Jelavich (2000), podemos constatar como a revolução e posterior Guerra da Independência assim como os compromissos Austro-húngaro e Húngaro-croata (que, visto como imposição da Áustria e da Hungria, teve recepção negativa na Croácia) representam uma ruptura brusca na relação da Hungria com as nacionalidades e minorias presentes no território da Coroa húngara. Nas décadas anteriores aos acontecimentos citados, que coincide justamente com as primeiras formulações de reivindicações e projetos nacionais e nacionalistas, romenos, sérvios e croatas eram “aliados naturais” dos húngaros, enfrentando em conjunto o absolutismo centralizador austríaco. Após 1848 e 1867, ficou claro como as reivindicações húngaras, sérvias, romenas e croatas eram incompatíveis entre si. Para muitos autores, foi o surgimento destas diferenças e incompatibilidades que acabaram na desintegração do Império Austro-húngaro em 1919. Cf. Jelavich (2000: 288-289) e Fejtő (1990).

(Syrnia), onde hoje só podemos falar de enclaves étnicos húngaros no meio de uma maioria sérvia, como Satrinca (Шатринци ou Šatrinci), Herkóca, Nyékica, e o próprio local da pesquisa etnográfica, Maradék (Марадик ou Maradik), o aumento foi de 130%.¹⁴⁴

Além destes movimentos demográficos, devemos pensar em outros processos que podem elucidar as mudanças na estrutura étnica da Voivodina ocorridas no último período imperial. Destacamos a emigração para as Américas de cerca de 150.000 pessoas – 79.500 alemães, 27.000 sérvios e 15.000 húngaros – assim como os processos de “assimilação natural” – principalmente em contextos onde os húngaros representavam maioria absoluta ou nos centros urbanos, onde prevalecia o húngaro como língua oficial. Ao lado de processos que se davam em função da intensa convivência de minorias nacionais com um entorno hegemônico húngaro, deparamos a “assimilação forçada”, expressa na “*magyarosítás*” (“hungarização” de nomes) e na organização do sistema educacional, que quase impossibilitava a existência de escolas para as outras nacionalidades e minorias nacionais e étnicas. Além disso, “tornar-se húngaro” representava, muitas vezes, a única possibilidade de ascensão social e de obter direitos políticos e de cidadania. Mesmo durante a pesquisa de campo, vários entrevistados se definiam como húngaros e só depois revelaram ser de origem alemã ou *bunjevác*. Também é bastante provável que as populações judias da Voivodina não só falassem em húngaro como se definissem nos censos como tais.¹⁴⁵

Assim, no censo de 1910, o último realizado antes da Primeira Guerra Mundial e do fim do Império Austro-húngaro, 33,8 % da população da Voivodina atual se definiu como sérvia, 28,1 % como húngara, 21,4 % como alemã e 6 % como croata, *sokác* ou *bunjevác*. Além das regiões de Szabadka e do rio Tisza, que Kocsis denomina de “bloco étnico húngaro”, ou seja, onde os húngaros representavam maioria absoluta em todos os municípios, 53 municípios e duas cidades – Újvidék e Nagybecskerek – apresentavam maioria absoluta ou relativa húngara.

¹⁴⁴ O período entre 1867 e 1914 é lembrado pelos húngaros como de fertilidade e paz. O saudosismo aparece tanto na fala de entrevistados em Maradék e Csantavér, como em romances e novelas, e, de certa forma, em obras historiográficas, como por exemplo as monografias de Jean Bérenger (1993) e François Fejtő (1990).

¹⁴⁵ A respeito da assimilação dos judeus e sua integração através da emancipação e do projeto de modernização húngara (que traduzia o próprio projeto nacional) articulado pela nobreza liberal, ver os trabalhos de Fejtő (2000), Karády (2000) e Gyurgyák (2001).

Em 1914, é assassinado em Sarajevo o herdeiro de Francisco José, Francisco Ferdinando, e tem início a I Guerra Mundial. Se em toda a Europa a guerra representou uma ruptura sem volta atrás, os territórios sobre domínio Austro-húngaro passaram por transformações que acabaram por levar ao fim da própria monarquia. Com a guerra, os antagonismos entre as nacionalidades do império chega ao seu ponto máximo. A oportunidade para a realização de projetos nacionais secessionistas chega com as derrotas militares do império em 1918, e as nacionalidades formam governos provisionais, reconhecidos pelas potências de Tripla Entente e ratificados nos tratados de paz de Paris e Trianon (Bérenger, 1993: 636). No tratados de 1920, a Romênia ficou com os territórios da Transilvânia, Besarábia e Bukovina, e a parte oriental do Bánát, cuja parte ocidental junto com a Voivodina foi incorporada no outro estado novo da região, o Reino Sérvio-Croata-Esloveno. A partição do Império Austro-húngaro dava lugar a novos estados que se queriam nacionais, mas que tinham que lidar com o mesmo problema do império, a existência em seu território de minorias nacionais e étnicas.

Na Voivodina, a guerra representou a maior ruptura na sua estrutura étnica desde a ocupação otomana, e as duas nacionalidades dominantes até então, húngaros e alemães, passaram a ser consideradas inimigas. A região foi ocupada em 1918 pelo Exército Real Sérvio e, após a fixação das fronteiras em 1920, começou o programa de nacionalização da região. Os funcionários públicos, maioritariamente húngaros, perderam seus empregos, as escolas foram nacionalizadas e as fazendas e latifúndios com mais de 100 acres foram expropriados. Segundo Kocsis (1998: 147), 48,6 % das terras expropriadas pertenciam a húngaros e 36,3 % a alemães, judeus ou italianos. Entre os 57.631 camponeses registrados como sem-terra em Bácska, 41,4 % eram húngaros e 18,2 % alemães, e as terras expropriadas foram redistribuídas principalmente entre camponeses sérvios, entre eles os *dobrovoljci* (colonos voluntários),¹⁴⁶ ou seja, camponeses que, trazidos de outras regiões do Reino Sérvio-Croata-Esloveno, foram assentados no lugar de húngaros e alemães expulsos de suas vilas com o objetivo de quebrar a maioria húngara das regiões de Szabadka e do Rio Tisza.¹⁴⁷ Segundo os dados disponíveis, 33.000 húngaros, principalmente funcionários

¹⁴⁶ Como já vimos, as duas vilas vizinhas de Csantavér – Вишњевац (Višnjevac), Бачко Душаново (Bačko Dušanovo) –, são denominadas até hoje pelos húngaros de Csantavér como “vilas *dobrovoljac*”, e os sérvios dessas vilas como sérvios *dobrovoljac*.

¹⁴⁷ Segundo Kocsis & Kocsis – Hodosi (1998: 147), aproximadamente 14.345 húngaros e 1.239 alemães.

públicos da antiga administração húngara ou imperial, intelectuais e proprietários de terras, foram deportados e “repatriados”, e 48.000 camponeses eslavos (45.000 sérvios e 3.000 *bunjevác*) de outras regiões como o sul da sérvia, Montenegro e a Bósnia-Herzegovina foram assentados nos 468.989 acres expropriados. Os centros urbanos receberam aproximadamente 16.000 sérvios, principalmente funcionários públicos da nova administração estatal e militar e comerciantes. Ao mesmo tempo, grande parte dos camponeses húngaros que perderam suas terras migraram para a região danubiana do Bánát (perto da nova capital Belgrado) e para os grandes centros urbanos (Novi Sad e Belgrado). Entre 1921 e 1929, estima-se que entre 10.000 e 15.000 húngaros emigraram para as Américas e para a Austrália (Nyigri, 1941: 298).

O primeiro censo realizado no novo estado servo-croata-esloveno em 1921, registrou, num total de um milhão e meio de habitantes, 533.466 sérvios (34,9%), 363.450 húngaros (23,8%), 335.902 alemães (22%), 129.788 croatas (8,5%), 59.540 eslovacos (3,9%), 67.675 romenos (4,4%), 13.644 rutênios (0,9%) e 24.773 de outras nacionalidades.¹⁴⁸ Neste período, foi instituída a lei de *Svetožar Pribičević*, que ordenava a “análise de nomes”. Os nomes de família que não eram julgadas como sendo claramente de origem húngara do ponto de vista lingüístico, não podiam se declarar húngaros no censo. Este foi o caso de 52.000 húngaros, registrados como alemães (12.330), servo-croatas de religião católica (32.620) ou como “outros” (6.850).¹⁴⁹

Em 1929, o Reino Sérvio-Croata-Esloveno, em meio a um de golpe de estado promovido pela própria monarquia, foi transformado na Iugoslávia.¹⁵⁰ A nova Constituição, decretada em 1931, embora reconhecendo a existência de minorias nacionais e étnicas,

¹⁴⁸ No caso dos sérvios e croatas a categoria de língua materna foi cruzada com a de afiliação religiosa (ortodoxa ou católica). Cf. Kocsis & Kocsis-Hodosi (1998: 148).

¹⁴⁹ Os principais critérios foram a grafia e a sonoridade dos nomes. Por exemplo, os nomes com terminação “-its, -vits” foram tomados como indícios de “servianidade”. Outros com “-sch- ou -ck-”, como provas da origem alemã. As consequências desta lei foram fatais para muitas famílias húngaras, proibidas de inscrever seus filhos nas escolas húngaras.

¹⁵⁰ O rei Alexandre (Aleksandar Karadjordjević), em resposta às exigências dos croatas e dos partidos sérvios da oposição, suspendeu a constituição e introduziu uma ditadura, colocando todos os partidos políticos e sindicatos na ilegalidade. Foi feita uma reforma administrativa, através da qual foi eliminada a divisão do país segundo as regiões histórico-nacionais. Com o objetivo de transformar os laços e identidades históricas tradicionais e regionais numa nova identidade iugoslava supranacional, foram traçadas nove unidades administrativas, denominadas de *banovina*. Do ponto de vista das nacionalidades do Estado Iugoslavo, dessas nove províncias, seis apresentavam maioria sérvia, duas croata e uma maioria eslovena. Os muçulmanos, assim como as outras minorias nacionais, não tinham maioria em nenhuma das novas unidades administrativas (Jelavich, 2000, II volume: 180).

proibia qualquer organização de caráter étnico. Os dados do censo deste ano já indicam o sucesso do projeto de eslavização, ou seja, da transformação da estrutura étnica da Voivodina: entre 1921 e 1931, 53 municípios maioritariamente húngaros antes da Grande Guerra, passaram a ter maioria sérvia – 26 em Bácska, 21 no Bánát e 6 em Szerémség (Kocsis & Kocsis-Hodosi, 1998: 151).

O processo de eslavização foi interrompido pelos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial. Após o golpe militar realizado por um grupo de oficiais do exército iugoslavo, a Iugoslávia foi ocupada pelas tropas alemãs e italianas no dia 6 de abril de 1941. Com a capitulação iugoslava, foi proclamado o Estado Croata Independente, Syrmia e o Bánát foram ocupadas, passando diretamente para a administração alemã, e o exército húngaro, aliado dos alemães, ocupou o Bácska. Com isso, a Iugoslávia foi dissolvida. Na região do Bácska, novamente sob administração húngara, um decreto militar ordenou o início imediato da deportação dos judeus, assim como a expulsão de todos os sérvios denominados de “imigrantes” ou “não nativos”, ou seja, todos os colonos *dobrovoljci* que chegaram na região após outubro de 1918. Entre maio e junho, 22.459 sérvios e judeus foram internados nos campos de Újvidék, Bácsstopolya e Bajsa e até 1944 aproximadamente 25.000 sérvios *dobrovoljci* foram transportados de volta para a Sérvia (Cf. Sajti Enikő, 1987). Ao mesmo tempo, para reverter as mudanças ocorridas na estrutura étnica da região, no lugar dos sérvios expulsos e deportados,¹⁵¹ foram assentadas 13.200 famílias *székelys* da Bukovina, 481 “famílias *vitéz*” (2.300 pessoas)¹⁵² e 20.000 funcionários públicos e militares vindos da Hungria de Trianon.¹⁵³ Em 1941, o governo húngaro realizou um novo censo, no qual 45,7% dos habitantes de Bácska se declararam húngaros. Em comparação com o censo iugoslavo de 1931, na região nordeste do Bácska, ou seja, aquele que até 1918 denominamos “bloco étnico homogêneo”, a proporção de húngaros aumentou em quase 15%, e as cidades mais importantes de Bácska (Újvidék, Szabadka e Zombor) voltaram a ter maioria húngara.

¹⁵¹ Dois dos principais assentamentos se encontravam justamente nas proximidades de Csantavér, concretamente em duas vilas vizinhas: Вишњевац (Višnjevac, chamada de Radivojevićevo entre 1918 e 1941, e de Istenes entre 1941 e 1944) e Нови Жедник (Novi Žednik atual, Hadžićevo até 1941 e Bácsjózseffalva até 1944).

¹⁵² *Vitéz* era um título de nobreza, dado a veteranos da I Guerra Mundial.

¹⁵³ Assim era denominado o Estado húngaro após os tratados de paz que puseram fim à Primeira Guerra Mundial.

Após a ocupação alemã da Hungria em 19 de março de 1944, mais 16.000 judeus foram deportados para os campos de concentração da Alemanha e entre 60 e 70 mil alemães foram evacuados para a Alemanha.

Em 1944, com a ajuda de tropas russas e búlgaras, os *partisans*, dirigidos por Tito, retomaram o território da Voivodina, introduzindo uma administração militar.¹⁵⁴ Em seguida foi ordenada a concentração de todos homens húngaros e alemães em idade de serviço militar.¹⁵⁵ Da mesma maneira que após a primeira Guerra Mundial, fez-se uma reforma agrária sendo que 58,2 % das terras expropriadas (aproximadamente 390.000 hectares) se encontrava em mãos de alemães. 84% das terras foram redistribuídas entre camponeses sérvios, e 9,9% entre húngaros. Nos espaços deixados pelos alemães deportados, 225.696 indivíduos foram assentados – 162.447 sérvios, 40.176 montenegrinos, 12.000 macedônios, 7.134 croatas e 2.091 eslovenos (Kocsis & Kocsis-Hodosi, 1998: 155).

De acordo com o censo de 1948, o primeiro da segunda Iugoslávia, liderada pelo marechal Tito, 60,4% dos habitantes da Voivodina eram sérvios, montenegrinos ou croatas e 26,1% se definiram como húngaros, entre eles certamente um número bastante significativo de alemães dissimulados, ou seja, aqueles que conseguiram disfarçar sua origem alemã e se definiram como húngaros, temendo represálias e deportação.

O período relativamente tranqüilo, pelo menos no que se refere a grandes movimentos demográficos, conflitos armados e redefinição de fronteiras, inaugurado com o fim da II Guerra Mundial e que vai até desmoronamento da Segunda Iugoslávia na década dos 90, pode ser caracterizado pelo lento, mas contínuo, decrescimento dos húngaros: de um total de 428.554 de indivíduos (26,1 % da população total da Voivodina) em 1948, os húngaros passam a 339.491 (16,9 %) em 1991.¹⁵⁶ Para explicar este decrescimento, a

¹⁵⁴ Fica difícil falar tanto de libertação da Voivodina (o termo que será usado posteriormente pela historiografia oficial iugoslava), como de perda, usada na linguagem irredentista e revisionista húngara. Será que a totalidade da população húngara da Voivodina viveu a expulsão do exército húngaro aliado da Alemanha nazista como perda? E os sérvios e croatas simpatizantes das unidades monarquistas dos *chetniks* e *ustashas*?

¹⁵⁵ Segundo Kocsis (1998: 153), 140.000 homens alemães foram concentrados em 41 campos provisionais. Não há dados sobre o número de húngaros concentrados, mas estima-se que 20.000 morreram durante as vendetas posteriores à retomada da Voivodina. Ver também a este respeito as monografias de Márton Matuska (1991) e Tibor Cseres (1993).

¹⁵⁶ Não há dados mais recentes, mas estima-se que, como consequência das guerras da Bósnia e da Croácia, o número de húngaros na Voivodina tenha diminuído significativamente. Segundo a estimativa de Károly Mirnics, em 1996 o número estava em torno de 285.000 (12,9 %) (Mirnics, 1996: 66-69). As estimativas de Mirnics se baseiam no documento da ONU: *Census of refugees and Other War-Affected Person in the*

literatura aponta para políticas promotoras de “assimilação forçada”, proibição de organizações políticas e culturais minoritárias em nome do internacionalismo e do “iugoslavismo” e mesmo para distorções dos métodos censitários, etc..¹⁵⁷ Não menos importantes foram processos denominados de “assimilação natural”, consequência, em grande medida, do número crescente de casamentos mistos.¹⁵⁸ A industrialização e urbanização da região também podem ser consideradas como possíveis causa de troca de identidade étnica, principalmente quando milhares de húngaros saíram de suas vilas rurais e etnicamente fechadas para os grandes centros urbanos como Novi Sad ou Belgrado. Paralelamente a esta migração interna, houve um movimento para fora da Iugoslávia, e entre 1948 e 1991 quase 70.000 húngaros teriam emigrado (Kocsis, 1998).¹⁵⁹

Finalmente, no período mais recente, marcado pelas guerras da Bósnia, da Croácia e do Kosovo e pela desintegração da Iugoslávia, podemos identificar uma nova situação de ruptura demográfica na Voivodina. Como neste período não foi realizado nenhum censo oficial, só podemos trabalhar com as estimativas da ONU e de sociólogos húngaros da Voivodina, como Károly Mirnics, Zsuzsa Mirnics e Gábrityné Molnár Irén. Segundo estas estimativas, aproximadamente 30.000 húngaros, fugindo das políticas de recrutamento e da

Federal Republic of Yugoslavia – United Nations High Commission for Refugees – Commissioner for Refugees of the Republic of Serbia, Belgrado, 1996. Durante a pesquisa de campo, eu mesmo recolhi relatos sobre famílias que, para evitar o recrutamento dos homens numa guerra que “não era a nossa mas dos sérvios e croatas”, deixaram a Voivodina. Desconheço os dados oficiais sobre o número de refugiados das guerras da Iugoslávia que, entre 1991 e 1999, foram assentados na Voivodina.

¹⁵⁷ O último censo oficial (1991) foi realizado em meio às tensões políticas que dariam início à desintegração da Iugoslávia. Neste censo, 174.295 dos 197.718 habitantes da Voivodina sem nenhuma afiliação étnica declararam-se iugoslavos.

¹⁵⁸ Uma das questões colocadas pelos casamentos mistos diz respeito à auto-identificação da descendência, problemática no sentido de não seguir claramente padrões matri ou patrilineares. No censo de 1961, 0,3 % da população não soube ou não quis definir sua afiliação étnica e lingüística, enquanto que essa porcentagem em 1991 subiu para 9,8 %. Ao mesmo tempo, de 1956 a 1988, o número de casamentos étnicamente homogêneos diminuiu de 82,2 % para 73,6 %. É interessante pensar que enquanto a Iugoslávia existia, os filhos de famílias mistas podiam tranqüilamente se definir como iugoslavos. Uma das consequências das guerras que o país viveu e que levaram à sua desintegração é que o sistema de classificação antigo perdeu sua legitimidade, o que, no caso destes casamentos, levou à necessidade de redefinição identitária, sempre problemática sobretudo nos momentos de tensão política. Como notam Mirnics (1996: 146-153) e Kocsis (1998: 157), em 1991, 71,2 % da população que se definia como iugoslava tinha idade inferior a 40 anos.

¹⁵⁹ Muitos destes eram, provavelmente, de origem alemã, que após a II Guerra Mundial teriam se declarado húngaros para evitar as deportações, mas que, a partir dos anos 60, teriam optado por deixar o país. Além disso, a partir da década de 60, existia a possibilidade de procurar emprego nos países ocidentais da Europa, sobretudo na construção civil da Alemanha (RFA). Muitos dos “trabalhadores convidados” (esta era a denominação oficial), entre eles aproximadamente 16.600 húngaros, decidiram ficar nos países aos quais eram convidados para trabalhos temporários (Cf. Kocsis & Kocsis-Hodosi, 1998: 157).

situação política tensa e ameaçadora, teriam deixado a Voivodina e a Iugoslávia.¹⁶⁰ Ao mesmo tempo, a ONU reportou a chegada de 242.340 refugiados sérvios da Bósnia e da Croácia, que foram assentados principalmente na região sudeste de Bácska e em Szerémség (Syrmia), ou então procuraram parentes assentados na Voivodina no período posterior à II Guerra Mundial. Por último, muitos refugiados ocuparam as casas das populações croatas que fugiram ou foram expulsas de localidades maioritariamente sérvias, como por exemplo Szond, Herkóca, Kukujevci, Gibarac, Novi Slankamen. As guerras e as suas consequências – chegada dos refugiados, expulsão de croatas e a imigração de húngaros – transformaram mais uma vez a estrutura étnica da região, criando novas situações de tensão e transformando a configuração de muitas localidades.¹⁶¹

¹⁶⁰ Cf. Mirnics (1993; 1996); *Census of refugees and Other War-Affected Person in the Federal Republic of Yugoslavia – United Nations High Commission for Refugees – Comissioiner for Refugees of the Republic of Serbia*, 1996; Zsuzsa Mirnics & Gábrityné Molnár Irén (1998).

¹⁶¹ Segundo as estimativas, entre 1991 e 1996, a população sérvia teria aumentado de 56,8 % para 64,3 %, enquanto a húngara teria caído de 16,9 % a 12,9 %.

Table 26. Ethnic structure of the population of the present territory of Vojvodina (1880-1991)

Year	Total population		Serbs		Hungarians		Germans		Croats		Montenegrins		Slovaks		Rumanians		Ruthenians, Ukrainians		Others	
	number		number	%	number	%	number	%	number	%	number	%	number	%	number	%	number	%	number	%
1880	1,172,729		416,116	35.5	265,287	22.6	285,920	24.4	72,486	6.2	--	--	43,318	3.7	69,668	5.9	9,299	0.8	10,635	0.9
1890	1,331,143		45,7873	34.4	324,430	24.4	321,563	24.2	80,404	6.0	--	--	49,834	3.7	73,492	5.5	11,022	0.8	12,525	1.0
1900	1,432,748		483,176	33.7	378,634	26.4	336,430	23.5	80,901	5.6	--	--	53,832	3.8	74,718	5.2	12,663	0.9	12,394	0.9
1910	1,512,983		510,754	33.8	425,672	28.1	324,017	21.4	91,016	6.0	--	--	56,690	3.7	75,318	5.0	13,497	0.9	16,019	1.1
1921	1,528,238		533,466	34.9	363,450	23.8	335,902	22.0	129,788	8.5	--	--	59,540	3.9	67,675	4.4	13,644	0.9	24,773	1.6
1931	1,624,158		613,910	37.8	376,176	23.2	328,631	20.2	132,517	8.2	--	--	--	--	--	--	--	--	172,924	10.6
1941	1,636,367		577,067	35.3	465,920	28.5	318,259	19.4	105,810	6.5	--	--	--	--	--	--	--	--	169,311	10.3
1948	1,640,757		827,633	50.4	428,554	26.1	28,869	1.8	132,980	8.1	30,531	1.9	69,622	4.2	57,899	3.5	22,077	1.3	42,592	2.7
1953	1,701,384		867,210	51.0	435,210	25.6	--	--	127,040	7.5	30,532	1.8	71,191	4.2	57,219	3.4	23,040	1.3	89,942	5.2
1961	1,854,965		1,017,713	54.9	442,560	23.9	--	--	145,341	7.8	34,782	1.9	73,830	4.0	57,259	3.1	--	--	83,480	4.4
1971	1,952,533		1,089,132	55.8	423,866	21.7	7,243	0.4	138,561	7.1	36,416	1.9	72,795	3.7	52,987	2.7	25,115	1.3	106,418	5.4
1981	2,034,772		1,107,375	54.4	385,356	18.9	3,808	0.2	119,157	5.9	43,304	2.1	69,549	3.4	47,289	2.3	24,306	1.2	234,628	11.6
1991	2,013,889		1,143,723	56.8	339,491	16.9	3,873	0.2	98,025	4.9	44,838	2.2	63,545	3.2	38,809	1.9	22,217	1.1	259,368	12.8
1996	2,213,000		1,422,000	64.3	285,000	12.9	3,000	0.1	62,000	2.8	46,000	2.1	60,000	2.7	34,000	1.5	21,000	0.9	280,000	13.1

Sources: 1880, 1890, 1900, 1910, 1941: Hungarian census data (mother/native tongue), 1921, 1931: Yugoslav census data (mother/native tongue), 1948, 1953, 1961, 1971, 1981, 1991: Yugoslav census data (ethnicity), 1941: combined Hungarian (in Bácska 1941) and Yugoslav (in Banat and Syrmia/ Szerénstől Srem 1931) census data. 1996: estimation of K. Kocsis based on "Census of Refugees...., Belgrade, 1996.

Remarks: Data between 1880 and 1910 include the settlements of Tompa, Kelebia, Csikéria of the present-day Republic Hungary at that time belonging to the administrative area of Szabadka/Sabotica City. The Croats include the Bunjevats, Shokats and Dalmatian ethnic groups and the "Serbs of Roman Catholic religious affiliation" in 1890.

Tabela 2. – Dados dos censos relativos à Voivodina.

Mapa 4 – Mapa "étnico" da Voivodina.

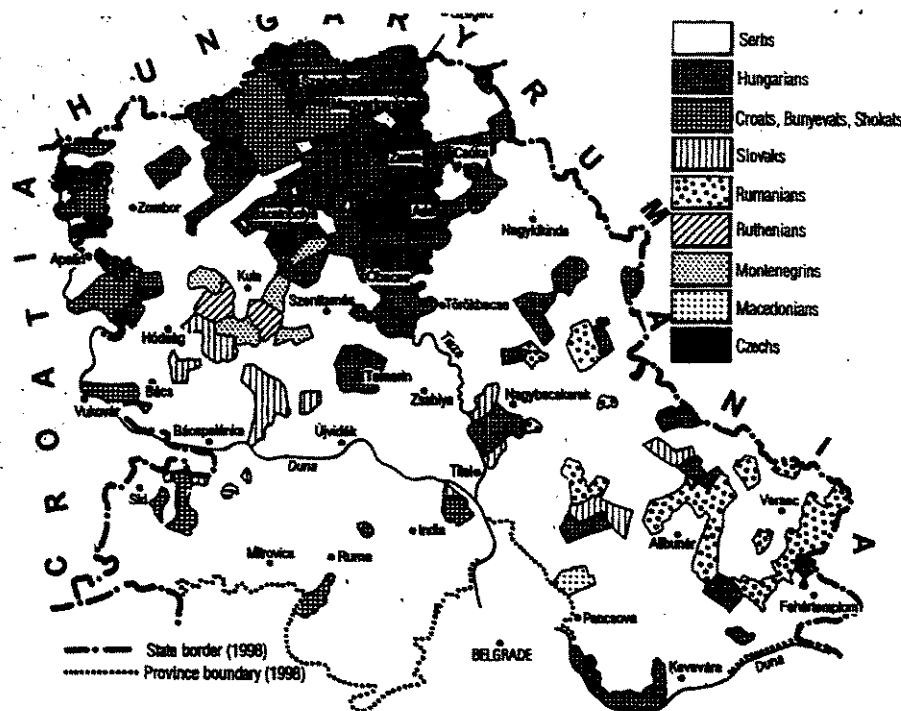
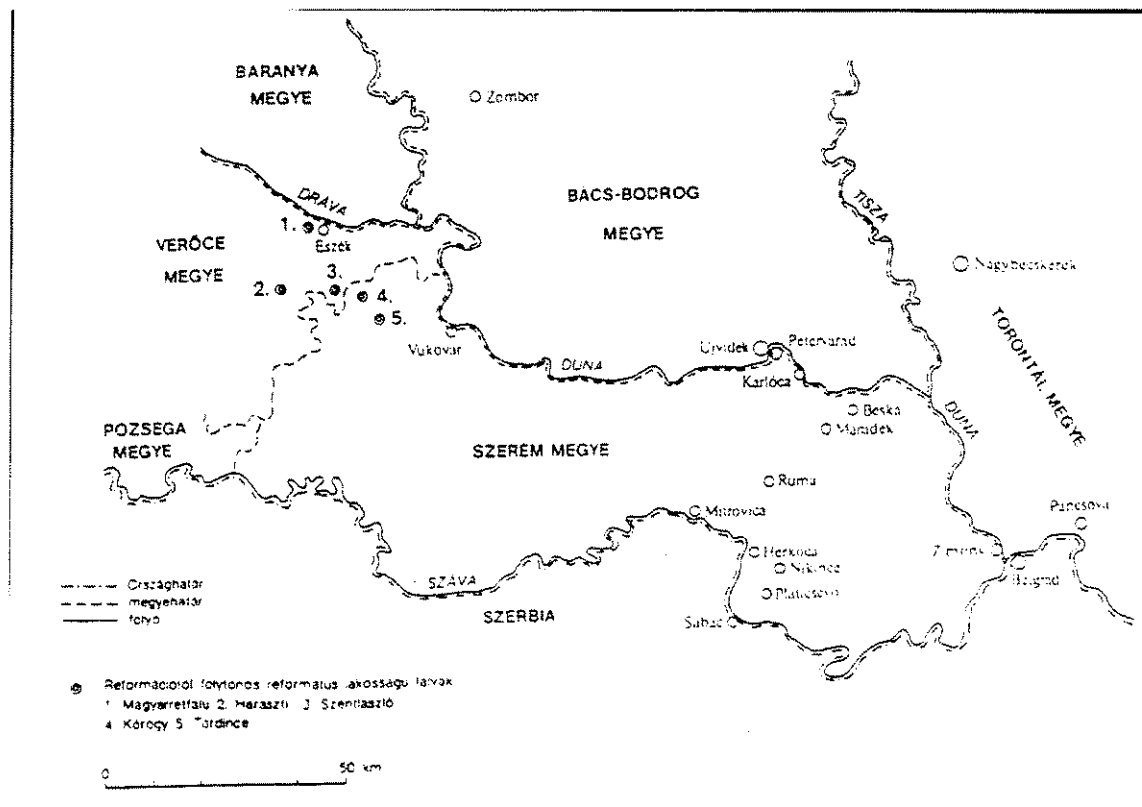


Figure 40. Ethnic map of Vojvodina (1991)



Mapa 6 – Proximidades de Maradék

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Me habían preguntado de dónde era. Les había respondido: "Ungar", y ellos lo repetieron de diversas formas: "Vengersky, vengria, magiarsky, magyar, hongrois". Uno de ellos me dijo: "Kenyer", es decir, pan; sus risas y las de todos que se le unieron revelaban claramente que conocían bien a mis compatriotas. Me senti molesto y deseé hacerles comprender que estaban equivocados, porque los húngaros no me consideraban igual a ellos, y que a grandes rasgos mi opinión sobre los húngaros coincidía con la suya y me resultaba extraño e indigno que justamente fueran ellos los que me mirasen con malos ojos; pero recordé que sólo podría decirselo en húngaro o, como mucho, en alemán, lo que hubiera sido incluso peor.

Imre Kertész. *Sin Destino*

A queda do muro de Berlim marcou o início da transição democrática dos países da Europa central e oriental. De forma geral, a criação de instituições democráticas e a passagem da economia planejada para a economia de mercado livre foram acompanhadas da reconfiguração do espaço político em termos nacionais. Após 45 anos de socialismo de Estado, cuja ideologia considerava que o comunismo levaria necessariamente à solução das múltiplas “questões nacionais” e à superação de quaisquer diferenças e particularismos étnicos e/ou nacionais, as novas retóricas oficiais marcadas por um anticomunismo profundo, voltaram ao estágio pré-socialista, ou seja, àquele compreendido entre as duas guerras mundiais.¹⁶² Este período – inaugurado com os tratados de paz de Paris e Versailes, que em nome do princípio da autodeterminação dos povos, ou seja, em nome da nação, tinham redesenhado o mapa político de região, marcando assim o fim dos grandes impérios multinacionais (dos Impérios Russo, Otomano e Austro-Húngaro) –, caracteriza-se pelo desencontro entre uma situação ideal, onde a totalidade dos membros de uma nação viveria no interior de um mesmo Estado territorial, e a situação real, marcada pela heterogeneidade étnica, lingüística e religiosa, isto é, pelo desencontro entre as fronteiras políticas reais e as fronteiras das “nações imaginadas”.

No caso concreto da Hungria o debate sobre a nação e a procura por uma nova identidade nacional têm dois pontos cardiais: por um lado a questão dos “húngaros-além-fronteira” (*határon túli magyarok*), ou seja, aproximadamente 3 milhões de húngaros que vivem nos territórios que faziam parte da chamada “Hungria Histórica”, isto é, dentro das fronteiras do que fora a Hungria antes da I Guerra Mundial, mas que hoje pertencem aos Estados vizinhos (Áustria, Eslováquia, Ucrânia, Romênia, Iugoslávia e Croácia); por outro lado, a partir de 1990, reaparecia no debate público a “questão judaica” na forma de referências sempre implícitas e metafóricas relativos a elementos estranhos à nação e, portanto, potencialmente traidores desta.

É tendo como eixo a tensão que se institui no debate público húngaro entre a reivindicação de uma autenticidade nacional situada fora das fronteiras políticas do Estado (os húngaros além-fronteiras, que devem ser reverenciados e protegidos) e a exclusão

¹⁶² Da mesma forma que na parte ocidental da Europa o nazismo e o fascismo são tratados pela historiografia oficial como desvios do desenvolvimento histórico rumo à democracia liberal, no leste o período socialista é colocado entre parênteses. Um dos melhores exemplos deste processo de reconstrução dos símbolos nacionais foi a construção de um “cemitério de estátuas” nas proximidades de Budapeste, para onde foram levadas as estátuas que representam o período do socialismo real.

retórica por parte de grupos significativos daqueles que, associados à “judeidade”, passariam a representar os “estrangeiros” (na forma de capitalistas de Nova Iorque ou socialistas de Moscou), que tecerei as considerações finais deste trabalho. Pretendo apontar aqui para a relevância do anti-semitismo e da questão judaica para a compreensão do complexo universo de relações entre as diferentes nacionalidades e minorias nacionais na Hungria, em particular, e no território denominado de europa central e oriental, em geral. O “judeu” passaria a ser uma espécie de “assentado típico” (*settler*), o eterno estrangeiro (cf. Mamdani, 2001), a constituir um modelo (trágico) para as relações entre aqueles que reivindicam a *natividade*, e portanto teriam sua presença (e existência) legitimada diante do entorno, e aqueles que, *assentados*, deveriam voltar para sua terra de origem – ser expulsos ou eliminados.

O anti-semitismo hoje

As obras artísticas, como se sabe, há pelo menos dois séculos passaram a estar associadas à “nação” daquele que reivindica sua autoria. Assim, a obra extrapolaria o gênio individual e passaria a representar o “espírito” de todo um povo. A premiação de um escritor, pintor ou cineasta enche seus compatriotas de orgulho. Da mesma forma, referências a artistas em termos nacionais pode provocar certos incômodos ou então acender inflamadas polêmicas. Franz Kafka faz parte da literatura alemã ou da tcheca? E Milan Kundera? É um escritor tcheco ou francês?¹⁶³

Não foi diferente na Hungria quando, em outubro de 2002, o Prêmio Nobel de Literatura foi concedido ao escritor Imre Kertész. Em um primeiro momento, a notícia foi recebida com grande entusiasmo, o presidente da república correu a felicitar o autor declarando que ser húngaro nesta data o enchia de honra e felicidade e que, certamente, todos os húngaros compartilhariam a mesma alegria (citado na revista *ÉS*). De fato, as primeiras reportagens insistiam em recordar a euforia das ruas de Budapeste durante qualquer olimpíada nos dias e semanas que sucedem a entrega de uma medalha de ouro para o atleta nacional. Um articulista do *Népszabadság*, jornal de maior tiragem, comparou

¹⁶³ A lista certamente é longa. Ficamos em dúvida se Salman Rushdie faz parte da literatura paquistanesa ou da inglesa; Samuel Beckett é disputado por franceses e irlandeses; V.S. Naipul pela Índia, Inglaterra e Trinidad e Tobago etc. A referência a Kundera diz respeito à sua escolha deliberada de escrever e publicar em francês desde *L'identité*.

o evento a uma partida histórica de futebol: “*No campo da cultura está acontecendo algo semelhante à euforia popular da época do 6:3*”.¹⁶⁴

Passada a euforia do primeiro momento, Kertész teve que ser apresentado ao público mais amplo e as reportagens falavam de seus dados biográficos e suas principais obras. Trata-se de um autor muito pouco conhecido na Hungria, tanto que, segundo algumas reportagens, as vendas de seu homônimo, o poeta Ákos Kertész, aumentaram consideravelmente nos dias imediatamente posteriores à premiação. Foi a partir deste momento que a premiação, ou melhor, a figura do premiado começou a provocar constrangimento e bastante incômodo: enquanto uns continuavam celebrando o prêmio recebido por Kertész, judeu húngaro, sobrevivente do holocausto e que dedicou sua obra a sua visão da *shoah*, outros lamentavam o fato do galardão não ter sido destinado a um *verdadeiro* húngaro. Sua condição de natural de Budapeste e o fato de escrever em húngaro pareciam, pelo menos para uma parte dos húngaros, atributos suficientes que garantam a plena *nacionalidade* a Kertész; contudo, sua origem *judaica*, numa terra onde esta presença é milenar (Fejtő, 1997), e seu perfil cosmopolita, comprometeram a plena aceitação do prêmio por parte de setores da sociedade húngara.

Tratar-se-ia de um evento banal se não evocasse o anti-semitismo que, de forma mais ou menos velada, passou a dominar os debates políticos nas democracias que sucederam os regimes socialistas da europa central e oriental na última década. Na Hungria após a queda do sistema de partido único foram precisamente dois colegas de Kertész que introduziram a “questão judaica” na esfera pública. Sándor Csoóri, escritor e poeta, figura proeminente da transição, um dos fundadores do MDF (*Magyar Demokrata Fórum* - Foro Democrático Húngaro), partido que, liderado por József Antall que venceria as primeiras eleições democráticas em 1990, publicara, no mesmo ano, um ensaio polêmico nas páginas de uma revista de literatura e política sobre sua avaliação da transição democrática:

Com a Comuna, com o período Horthy, mas principalmente com a Shoah, cessou a possibilidade de uma união intelectual-espiritual [...] como pode ser sentida hoje em dia, há, de forma crescente, pretensões de “assimilação ao contrário” no país: os judeus húngaros liberais pretendem assimilar a hungariedade, tanto em estilo como

¹⁶⁴ Em 1954, a Hungria tornou-se a primeira seleção nacional a vencer o time da Inglaterra no estádio Wembley de Londres, construído em 1922.

intelectualmente. E para isso puderam construir um trampolim para o parlamento como nunca antes puderam. (Csoóri, 1990)

No trecho citado, podemos perceber os pontos que, ao longo da década, tornar-se-iam as bases da nova retórica anti-semita e nacionalista. Neste processo, “judeidade” e “hungariedade” são construídas como identidades exclusivas. Surge, então, uma das imagens prediletas dos partidos de direita, autodenominados de “forças nacionais”, ou “nacional-populares”: a nação húngara estaria novamente em risco e ameaçada pela presença de elementos estranhos à ela e que agora estão no parlamento. A referência é ao SzDSz (*Szabad Demokraták Szövetsége* – Aliança dos Democratas Livres), na época o maior partido da oposição e classificado como partido de intelectuais e de judeus.¹⁶⁵ Neste momento, o debate ficou restrito às páginas de algumas revistas de literatura e ao âmbito da Associação Húngara de Escritores, onde Csoóri era um dos membros da presidência e do qual alguns escritores, entre eles Kertész, saíram após a publicação do ensaio. Após o debate, Csoóri não tocou mais neste assunto, mas, como muitos intelectuais, continuou na vida política tomando-se presidente da Associação Mundial de Húngaros (MVSZ – *Magyarok Világszövetsége*), órgão até tempos recentes subsidiado pelo Estado e cuja função era juntar os húngaros da Hungria aos além-fronteira e aos da diáspora.

Dois anos mais tarde, o escritor István Csúrkó, deputado do MDF no parlamento, publica “*Algumas notas sobre os dois anos da mudança de regime e do novo programa do MDF*”. Segundo o panfleto, “*degeneração genética*” e o “*não funcionamento da seleção natural*” são os responsáveis pelos males da transição. O SzDSz também é culpado: “*Göncz diz não porque as forças comunistas e reformistas, a nomenclatura radical e liberal e os agentes de Paris, Nova York e Tel Aviv assim o mandam.*”

A referência aqui é à luta que então se travava pelo controle da mídia estatal entre os partidos do governo e da oposição. Os partidos do governo, liderados pelo MDF, vinham questionando a competência dos diretores de rádios e canais de TV estatais eleitos em função de um consenso entre os seis partidos com representação no parlamento, e tentaram colocar cinco vice-presidentes para poder exercer uma influência direta na programação, mas o presidente da república, Árpád Göncz – também escritor e membro do

¹⁶⁵ No período inicial da transição, foi notável a presença de intelectuais na vida política. Enquanto nas fileiras do MDF predominavam os historiadores, começando pelo próprio presidente, Antall, o SzDSz era liderado por filósofos e sociólogos.

SzDSz – vetou os candidatos do governo. A partir daí, a dominância de esquerda e liberal da mídia estatal e privada tornou-se uma das acusações mais frequentes dos partidos nacionalistas.

Até 1993, o presidente Antall tentava manter um equilíbrio entre radicais e liberais do MDF, mas o artigo de 1992 dividiu o partido e o grupo mais radical liderado por Csurka foi expulso e acabou fundando o MIÉP (*Magyar Igazság és Élet Pártja – Partido da Vida e Verdade Húngaras*), único partido político abertamente anti-semita e irredento, ou seja, que pretende uma revisão das fronteiras de Trianon. Essa radicalização, as brigas internas e a morte do presidente Antall em 1993 fizeram com que o MDF perdesse o apoio popular. Das eleições gerais de 1994, saiu vitorioso o MSzP (Partido Socialista Húngaro), “sucessor” do partido único do regime anterior. O SzDSz, apesar da mudança de governo, continuava a luta em torno dos meios de comunicação, assim como as acusações e contra-acusações de traição. Agora os partidos da oposição acusavam o governo de não defender os interesses nacionais “vendendo o país ao capital estrangeiro” e também da incapacidade de ajudar os húngaros além-fronteira.¹⁶⁶

Nas eleições de 1998, cai o governo dos socialistas e liberais e ganha a coligação do FIDESz - MPP (Fiatal Demokraták Szövetsége-Magyar Polgári Párt – Aliança dos Jovens Democratas - Partido Cívico Húngaro), com os partidos que governaram entre 1990 e 94. O FIDESZ conseguiu preencher o vácuo deixado pelo MDF e, em vez de se distanciar dos radicais de direita como o fizera o MDF de Antall, contou com o apoio informal do partido de Csurka. A ambigüidade em relação ao MIÉP, cujos resultados eleitorais em si seriam insignificantes (em torno de 4-5% de votos) e às manifestações de anti-semitismo acabaram por consolidar a entrada de tais discursos na esfera pública. Se por um lado, as lideranças do FIDESZ tiveram muito cuidado em não fazer referências diretas à “questão judaica” e optavam pelo uso de metáforas tais como “elementos estranhos”, “gente de alma estrangeira”, etc., por outro, em nome do suposto “desequilíbrio” na mídia, encorajaram seus eleitores à leitura do *Magyar Nemzet*, (Nação Húngara) – jornal conservador que, no

¹⁶⁶ Enquanto entre 1990 e 1994 a palavra Trianon foi citada 134 vezes nas sessões do parlamento, entre 1994 e 98 as referências aos tratados (e fronteiras) duplicaram-se (Tóth, 2000:128).

período recente, vem dando voz à retórica anti-semita – como também prestigiaram um programa do rádio estatal igualmente radical.¹⁶⁷

*

Em junho de 2001, 80% das ações de um dos times mais populares de futebol de Budapeste – o *Ferencváros* – foi vendida para uma empresa privada, a Fotex. Em seguida, o MIÉP encaminhou para os principais jornais um documento intitulado de “*Fradi-Fotex – uma transação antinacional*”, também publicado no *Magyar Fórum* (*Foro Húngaro*, jornal editado por Csurka). Segundo o documento, o time foi comprado por um “*grupo ávido de empresas sem escrúpulos, que não tem nenhuma ligação com o Ferencváros nem com a nação húngara*”. O artigo também denunciou que a empresa ligada ao empresário Gábor Várszegi já era proprietária do MTK, outro time popular da capital e “*ligado à burguesia judia de Pest*”. No senso comum o, MTK (*Magyar Testgyakorlók Köre* – Círculo Húngaro dos “Exercitadores do Corpo”) é, até hoje, associado aos judeus assimilados da capital. Como mostra o artigo de Hadas e Karády (2000), foi a primeira associação esportiva burguesa, fundada em 1888 por judeus de capital. O neologismo “exercitadores do corpo” indica uma diferenciação em relação à ginástica, praticada pela aristocracia conservadora. Ao mesmo tempo, o círculo (e não clube, que seria a forma de associação aristocrata) se pretendia húngaro, o que mostra as estratégias de assimilação dos judeus da capital nas últimas décadas do século XIX. O FTC – *Ferencvárosi Torna Club* – foi fundado em 1899 no distrito da capital Ferenczváros habitado pelas classes médias baixas e pela classe operária de origem alemã. O nome do distrito em alemão era Franzstadt, denominação que deu origem ao apelido do time: Fradi (Karády & Hadas, 2000).

Após a declaração do MIÉP, na qual além de os denunciar chama os seus simpatizantes a colocarem um laço verde e branco (as cores do Fradi), em sinal de luto, e a protestar contra a *transação antinacional*, a atenção da mídia voltou-se para o jogo do FTC do final de semana contra o outro rival eterno, o Újpest.¹⁶⁸ A torcida do Újpest aproveitou a

¹⁶⁷ Viktor Orbán, presidente do FIDESZ e do governo entre 1998 e 2002, declarou várias vezes que o programa e o jornal eram os seus prediletos.

¹⁶⁸ A rivalidade entre o FTC e o Újpest é mais recente e data do período da ditadura, quando o Estado interveio no futebol mudando os nomes das times mais populares, entre eles o FTC, e favorecendo abertamente alguns dos seus rivais, como por exemplo o Honvéd (que significa defensor da pátria), administrado pelo exército, e o Újpest, administrado pelo Ministério do Interior e pela Polícia da capital.

privatização do rival exibindo bandeiras com a suástica nazista e cartazes com caricaturas da figura do judeu capitalista e entoando xingamentos como “*judeus sujos*” ou “*parte o trem para Auschwitz*” (Szeszlér, 2002:219). Nos dias posteriores, enquanto os jornais da direita radical, entre eles o *Magyar Fórum* ligado ao MIÉP, continuavam se opondo abertamente à “transação contra a nação”, os políticos do governo do FIDESZ e MDF, ao contrário do que fizera Antall em 1992-93, não condenaram os eventos nem marcaram sua distância em relação à imprensa radical. A ministra da justiça, quando chamada por um jornalista para comentar os eventos e responder se havia acontecido uma infração à lei que proíbe símbolos totalitários, limitou-se a declarar que não entendia de futebol. Já o presidente do governo, Viktor Orbán, achou “*estranho dois times rivais terem o mesmo dono*” (citado em Szeszlér, 2002: 219). O agito terminou com a intervenção de uma outra figura pública, Lóránt Hegedűs, que, na época, além de pastor protestante, era vice-presidente do MIÉP e deputado no parlamento. O pastor publicou nas páginas de uma revista de um dos distritos de Budapeste um apelo contra os “*jöttment de Galícia*”¹⁶⁹, chamando seus leitores a “*escutar o recado baseado nos direitos históricos e milenares do estado húngaro: EXCLUA-OS! PORQUE SE NÃO O FAZES, ELES O FARÃO CONTIGO!*” (Hegedűs, 2001).

Após estes eventos, a temática anti-semita voltou para as páginas dos jornais de circulação restrita da direita radical e às declarações do MIÉP, mas em novembro de 2001 voltou a ser o principal assunto discutido pela opinião pública quando a nova embaixadora norte-americana em Budapeste, Nancy Goodman Brinker, fez menção ao anti-semitismo numa palestra para o Clube Harvard de Budapeste na Academia de Ciência, dirigido a ex-alunos da universidade. Na palestra, a embaixadora elogiou as relações políticas e comerciais entre os dois países, mas também comentou sobre seu mal-estar por causa de sentimentos anti-semitas e racistas na Hungria, principalmente entre alguns círculos da elite política. A embaixadora também afirmou que nos Estados Unidos defende-se a liberdade de expressão e que nenhuma manifestação política deveria ser censurada, o que não significa

Note-se que esta prática era bastante frequente nos países do bloco socialista. Assim, o Dínamo de Bucareste, o Dínamo de Kiev, o Dínamo de Moscou e o Dínamo de Berlim eram todos administrados pelos ministérios do interior (Karády & Hadas, 2000).

¹⁶⁹ Historicamente, era da Galícia polonesa que, no período austro-húngaro, vinham os judeus mais empobrecidos e de origem rural. “*Jöttment*” significa, da mesma forma que o termo “*gyüttment*” da Voivodina, “os que vieram e os que foram embora”, ou seja, “vagabundos”.

que estas manifestações sejam aceitáveis entre círculos decentes. Para ela, os líderes de partidos políticos deveriam claramente rejeitar os discursos do ódio para garantir o futuro democrático da Hungria.¹⁷⁰

Em seguida, representantes da coligação que estava no governo começaram a questionar publicamente a competência da diplomata norte-americana, chamando a atenção que ela havia chegado ao país poucos meses atrás e esquecendo que manifestações deste tipo não são opiniões pessoais, mas fazem parte da política oficial. Esta foi a leitura de Miklós Csapody, vice-presidente do MDF. Já o representante do FIDESZ para assuntos exteriores achou a opinião exagerada (citado em Varga, 2002:191-192). Esta mesma linha foi assumida pelo articulista do *Magyar Nemzet*, jornal ligado ao governo: *“Ninguém pensa em sério que racismo e o anti-semitismo não estão presentes na Hungria, mas felizmente estas são manifestações apenas verbais...”*. O jornalista acrescenta a seguir uma acusação dirigida a *“certos círculos políticos húngaros”*. O editorial sugere que, se a diplomata não teve tempo de observar de perto a vida política húngara e o anti-semitismo público, *“alguns a fizeram ver e tiveram sucesso”*. *“Quando a equipe liberal que ajuda a esquerda pós-comunista [referências ao SZDSZ e ao MSZP], a imprensa da oposição e alguns antifascistas de plantão estão prontos para tornar o ‘perigo da extrema direita’ o assunto principal da campanha eleitoral, podemos responder a questão: quem pretende enganar a embaixadora dos Estados Unidos da América?”* (*Magyar Nemzet*, 21 de novembro de 2001).

Outra declaração curiosa foi a da presidente da Rádio estatal húngara, Katalin Kondor: *“nem faz dois meses que chegou mas já coxa sobre anti-semitismo”*. O programa da mesma rádio deu voz ao presidente do governo Viktor Orbán, que, respondendo a um ouvinte que perguntou havia liberdade de opinião ou se agora era preciso ficar calado como no tempo dos russos: *“naturalmente não é preciso ficar calado [...] e tenho orgulho da Hungria ser um país independente e não um país ocupado. E nós húngaros, o governo húngaro, jamais expressamos julgamentos críticos ou opiniões falsas a respeito sobre outros estados e esperamos a mesma postura de outros estados em relação a nós”* (citado em Varga, 2001:199).

¹⁷⁰ O texto da palestra está publicado na página da embaixada norte-americana em Budapeste: <http://www.usembassy.hu/brinkersp3.htm>.

Com estes eventos, a Hungria entrava numa longa campanha eleitoral onde o confronto dos dois blocos políticos – de um lado os partidos nacionalistas de centro-direita, de outro, o Partido Liberal e o Partido Socialista –, com programas econômicos e políticos bastante semelhantes – pautados pela entrada na União Européia, por exemplo –, se deu nos termos da “questão nacional”. Nos debates públicos, os partidos governamentais, colocavam-se como herdeiros legítimos do que seria um “projeto nacional histórico”, ou seja, aquele que se refere à “Era da Reforma” e da posterior Revolução e Guerra de Independência¹⁷¹. Neste contexto, os partidos da oposição, ou seja, o Partido Socialista Húngaro (MSzP) e a Aliança de Democratas Livres (SzDSz), foram apontados como possíveis traidores do “projeto nacional húngaro”. Na reta final da campanha, a retórica nacionalista e anti-semita – até então própria do único partido de extrema-direita, o MIÉP (*Magyar Igazság és Élet Pártja – Partido da Vida e Verdade Húngaras*) –, dos partidos que formavam o bloco denominado das “Forças Nacionais”, não só denunciava “traição”, mas excluía os partidos de centro-esquerda e todos os seus simpatizantes do corpo nacional, insinuando suas ligações internacionalistas e “anti-húngaras”. Salientava-se, aqui, o passado comunista dos membros e simpatizantes do Partido Socialista ou então sua relações a com a comunidade judaica internacional, dona das multinacionais e dos grandes capitais em circulação. Nos dias anteriores ao primeiro turno, realizado no dia 7 de abril de 2002, em um momento de histeria geral, Viktor Orbán pediu seus eleitores vestirem a *kokárda*, laço tricolor símbolo da revolução de 1848 e da posterior guerra de libertação, quando o país se uniu para enfrentar a dominação austríaca, e que era vestido no dia 15 de março, data que marca o início do evento. Tratava-se de uma manipulação perversa: a ausência do símbolo da união passava a marcar, como uma espécie de estrela amarela invertida, aqueles que seriam os inimigos, traidores da nação. Após uma mobilização sem precedentes na democracia húngara, com participação de quase 75% dos eleitores, a oposição, formada por liberais e socialistas, ganhou do bloco de direita, com pouco mais de 51 % dos votos.

¹⁷¹ A “Era da Reforma” (*Reformkor*), primeira metade do século XIX, é tida como uma espécie de Idade de Ouro do pensamento e da cultura húngaros. Trata-se da formulação de um projeto nacional moderno, ou usando o termo cunhado por Benedict Anderson, da formação da “comunidade imaginada” húngara, através da aparição da imprensa escrita em húngaro, standardização da língua, movimentos e projetos políticos reivindicando soberania e independência da Áustria, etc. cf.: Anderson (1989).

Foi neste ambiente que, além da participação de grupos marginais como o MIÉP e seus meios de comunicação, como o *Magyar Fórum* e outros jornais extremistas, chegou a contar com a complacência de representantes do governo, membros de algumas igrejas e jornais que se pretendem de centro-direita, como o *Magyar Nemzet* (Nação Húngara), enfim, formadores de opinião e participantes da esfera pública, que Kertész recebeu o prêmio Nobel em outubro de 2002. A premiação colocou, mais uma vez, um desafio para a esfera pública na Hungria. Sua obra prima, *Sorstalanság* (Sem destino), que narra a experiência de um adolescente deportado para Buchenwald, foi publicada em 1975, mas o que possibilitou o prêmio foi a tradução da obra para o alemão no início dos anos 90. Assim, a imprensa nacionalista na Hungria não demorou em denunciar que se tratava de um autor que escrevia para o público alemão sobre um tema que dizia respeito à Alemanha. Também foram citados trechos de entrevistas nas quais Kertész expressava seu descontentamento e vergonha em relação a Hungria, o que era interpretado como uma traição. Os artigos “esqueceram” de citar que, com essas declarações, Kertész se referia a um colega, Csurka, que, em seu jornal, escreveu os nomes de intelectuais e políticos supostamente judeus em letra itálica.¹⁷² Além disso, o fato de Kertész ser bem recebido na Alemanha, lugar onde se encontrava no momento do anúncio do Nobel e onde participou de vários congressos e debates sobre o Holocausto, colocavam-no no grupo de húngaros traidores que apresentam uma imagem negativa do país e complementavam o eixo Budapeste-Nova York-Tel Aviv com Berlim e Estocolmo.

As citações poderiam ser intermináveis, já que a questão regularmente volta a sacudir o debate público, mas, até o dia de hoje, nenhum dos lados conseguiu propor um verdadeiro debate e reflexão crítica sobre os acontecimentos do período entre-guerras ao ano de 1944: neste ano, já fase final da guerra, foram deportados 800.000 judeus húngaros para os campos de extermínio.¹⁷³ Na primeira entrevista após ser notificado, Kertész alertou

¹⁷² No *Magyar Fórum*, Csurka escreve dessa forma não só os nomes de personalidades da vida pública húngara que se identificam como descendentes de judeus ou judeus húngaros, mas também daqueles que teriam se “assimilado à cultura estranha”. Este seria o caso de Peter Esterházy, escritor e descendente de uma das famílias históricas da aristocracia húngara e que ganhou o itálico por suas posições liberais. No início de 2002 uma organização de universitários, o *Kontroll Csoport* (“Grupo de Controle”) publicou no *Magyar Nemzet* uma lista com os jornalistas e correspondentes de jornais estrangeiros que publicaram artigos críticos ao governo e ao país no exterior.

¹⁷³ As poucas monografias existentes sobre a história dos judeus na Hungria foram escritas fora do país. Destaco aqui 3 autores: Randolph L. Braham, norte-americano (1981), Ferenc Fejtő (1997) e Viktor Karády (2000; 2001), ambos ex-exilados políticos na França.

para a falta de diálogo e expressou sua esperança da sua premiação poder contribuir para uma reflexão sobre os paradoxos da assimilação na longa história de convivência entre húngaros e judeus.

A reflexão de István Bibó e o círculo infernal da assimilação

Uma, se não a única tentativa para tal reflexão, foi proposta por István Bibó, ainda em 1948, quando escreveu o ensaio clássico “*A questão judaica na Hungria após 1944*”, no qual examina as responsabilidades da elite húngara do entre-guerras, dos intelectuais judeus e não judeus, mas também das elites judaicas, das igrejas católica e protestantes, inserindo as estratégias e atitudes destes grupos dentro do processo de formação “*dos pequenos estados da Europa oriental*”, cuja “*miséria*”, devia-se justamente, à conservação de elementos feudais ao longo do desenvolvimento e modernização, o que explicaria os paradoxos das bases falsas da assimilação dos judeus (Bibó, 1986 [1948 e 1946]).¹⁷⁴ Com a consolidação da ditadura estalinista, a reflexão e o debate propostos por Bibó foram rapidamente esquecidos e a temática do holocausto foi inserida na literatura do antifascismo, que, com a vitória sobre o nazismo, o único culpado, supunha a questão judaica resolvida e superada.

Pensando na situação dos judeus na Hungria do imediato pós-guerra e na emergência do anti-semitismo contemporâneo neste país, Bibó chega, em 1948, a conclusões não muito distintas daquelas que constituem um dos eixos da explicação de Hannah Arendt sobre o moderno anti-semitismo (Arendt, [1951] 1990:17-143) . Segundo Bibó, a consolidação dos Estados nacionais europeus esteve, em maior ou menor escala, associada à capacidade de mobilização de recursos por parte dos judeus, principal grupo a resistir a pressões “nacionalizadoras” em curso. Sua importância econômica passa a contrastar com a falta não apenas de poder político, mas o seu desejo deliberado de não participar do universo da política; pouco a pouco, em função da “emancipação política” da burguesia, para usar a expressão de Arendt, os judeus, outrora cruciais para a complexificação da máquina do Estado, passam a ser irrelevantes: mantêm uma posição

¹⁷⁴ Os ensaios tem uma edição francesa, publicada em 1993.

social associada ao seu poder econômico – ora sem nenhuma relevância – e, seguindo uma tradição secular, se distanciam definitivamente do poder político. O século XIX consolida, ainda, uma tendência que alcança o leste e que invade o século XX: os judeus, outrora relativamente presentes em diferentes estratos sociais, passam a concentrar-se em setores tais como o comércio, as profissões liberais e círculos intelectuais, completando o círculo da “assimilação” que os levaria ao cataclismo.

Outra questão fundamental tanto da obra de Arendt como de Bibó é a ênfase que dão ao papel desempenhado pelas próprias vítimas e os resultados de escolhas e estratégias adotadas durante o longo processo de assimilação em contextos específicos diferentes entre si. Desta forma, diferentemente de relatos, filmes e explicações supostamente científicas, dependendo dos lugares e momentos históricos específicos, podemos identificar múltiplas “questões judias” com diferenças significativas em ambos os lados da equação da assimilação, ou seja, tanto entre os grupos que pressionam as comunidades judaicas para estes se assimilarem, como também entre aqueles que se vêm forçados a enfrentar o que Viktor Karády chama de “desafios da integração” (Karády, 2000), isto é, demandas que, citando os ideais da emancipação, exigem o fim da segregação e do uso de traços autodistintivos. Estas demandas podem ter tanto conotações positivas ou negativas; formuladas como ameaça, como, por exemplo, é caso do decreto de Napoleão de 1808, dirigido aos judeus da Alsácia-Lorena que, suspendendo por 10 anos alguns dos direitos conquistados durante a Revolução, enumera as exigências a serem realizadas pelos judeus. Já no caso da Hungria (e num primeiro momento da Polônia), o desafio é formulado de maneira positiva por alguns setores liberais da nobreza, que percebiam no paneslavismo e no pangermanismo dois perigos para a realização do projeto nacional. O convite foi feito aos judeus para estes participarem dos projetos da nobreza, formulados não só em termos nacionais, mas também por referência à modernização. Em alguns segmentos das comunidades judaicas, que nesta altura já apresentam um grau elevado de diferenciação interna, o convite foi percebido como uma oportunidade; outros, sobre tudo entre os grupos mais ortodoxos e inseridos em contextos rurais, o vêm como uma ameaça (Fejtő, 2000).

A oferta da emancipação feita pela nobreza liberal húngara formuladora do projeto nacional contra os Habsburgos e contra as outras nacionalidades presentes no seu território apresenta outro aspecto bastante peculiar; por um lado, eles precisavam dos judeus para a

realização do projeto de modernização comercial e industrial, por outro, a assimilação dos judeus era essencial para a viabilidade do projeto nacional, pois havia uma necessidade urgente do crescimento de grupos pro-húngaros dentro do espaço territorial da monarquia, onde o número de falantes do húngaro só ultrapassou o resto no final do século XIX (51,4%), e isto só foi possível graças às populações lingüisticamente assimiladas de alemães e judeus (Fejtő, 2000). Desta forma, as elites ofereceram direitos plenos, emancipação e participação na modernização a cambio de lealdade e fidelidade. Trata-se do que alguns autores chamaram de “contrato social tácito” (Karády, 2000; Fejtő, 2000).

Chegamos, assim, ao que Hannah Arendt chamou de “paradoxo da assimilação”. Com a assimilação crescente (fidelidade à nação húngara, ruptura com os padrões de endogamia e com a ortodoxia religiosa, enfim, com os sinais autodistintivos) surge o anti-semitismo político, que se tornará política oficial do Estado húngaro após o término da I Guerra Mundial, com os tratados de Versailles e de Trianon, ou seja, com a perda de dois terços do território, evento que marca o início da história dos húngaros-além-fronteira. Os tratados de paz e a perda do território resultaram catastróficos para as comunidades assimiladas, pois significou o fim das bases econômicas e políticas do “contrato social” de assimilação que garantia a emancipação para as comunidades judaicas. As duas revoluções que seguiram à I Guerra Mundial, uma burguesa e comunista, que entre suas lideranças contava com numerosos judeus húngaros ou húngaros de origem judaica, seguida da contra-revolução das forças “nacional-católicas” do almirante Horthy, colocaram as comunidades judaicas numa posição extremamente vulnerável. É neste período que se consolida a retórica que está sendo retomada na Hungria contemporânea e que, ao lado da dominação estrangeira dos Habsburgos, dos Romanov ou do Império Otomano, começa a culpar as “influências estrangeiras e cosmopolitas” ou o “colonialismo intelectual de elementos estranhos à nação” pela situação do país revertendo os caminhos da assimilação e pondo fim à emancipação. Se por um lado as políticas identitárias do estado colocavam novamente “judaidade” e “hungariedade” como essencialmente diferentes – política que acabou com a instituição do gueto de Budapeste e finalmente com a morte de cerca de 600.000 judeus –, por outro, nos deparamos com mais de 100.000 sobreviventes que continuaram leais à Hungria e optaram por voltar após libertados dos campos de concentração. Concomitantemente, parte considerável dos sobreviventes do gueto optaram

por permanecer no país após a II Guerra Mundial, assumindo um comportamento diametralmente oposto ao adotado por comunidades de judeus remanescentes na Alemanha, Polônia, Romênia, Tchecoslováquia e Bulgária, as quais optaram pela emigração (Cf. Karady, 2000).

A instauração de um regime socialista e sua ideologia oficial parecia, para os judeus húngaros, “retomar” o processo de assimilação. Para isto, certamente contribuiu o fato da maior parte dos sobreviventes ter saído das camadas mais assimiladas e urbanizadas de Budapeste. Por outro lado, a ideologia universalista do regime socialista representou uma atração para os sobreviventes. De fato, muitos dos membros do partido eram de origem judaica, o que é explicado pela maior parte dos estudiosos da questão judaica pelo fato de que após 4 décadas de anti-semitismo moderno e após as deportações para os campos de concentração, se acreditava que ser membro do partido representaria o ponto final do longo processo de assimilação: finalmente, os húngaros de origem judaica se transformariam em cidadãos completos. Finalmente, a Hungria foi estado no qual o anti-semitismo oficial ditado pelo PC russo fez menos efeito (Karády, 2000: 279).

A atualidade da questão nacional

É na questão nacional que encontraremos o grande divisor de águas entre os grupos políticos que disputaram as 4 eleições desde 1990. De forma geral, não há diferenças significativas no que se refere às políticas econômicas, e também há consenso entre os partidos no que se refere à entrada da Hungria na OTAN e na União Européia. O que diferencia os dois blocos políticos que se formaram nos 12 anos de democracia é a legitimidade de cada bloco de representar a *causa húngara*. A acusação dirigida pelos partidos da direita ao partido socialista e ao liberal é que estes são cosmopolitas, internacionalistas, urbanos e capitalistas e que, portanto, não representariam o “povo húngaro”.

Nesta acusação, podemos distinguir vários níveis inter-relacionados. Por um lado a oposição entre urbano e rural, cujas origens remontam à formulação do projeto nacional no início do século XIX. Neste período, os centros urbanos apresentavam um caráter multinacional, com dominação da burguesia alemã. Também é neste período que as

populações judias iniciam a sua migração para os centros urbanos e começam se assimilar aos húngaros. É numa contraposição à realidade dos centros urbanos que se constrói a imagem do camponês, cuja “hungariedade” é pura e autêntica, imagem esta, que será resgatada no período recente, sobretudo no que se refere às comunidades “húngaras-além-fronteiras”, da Transilvânia e da Moldavia (Romênia), mais também da Voivodínia (Iugoslávia), da Eslováquia e da Ucrânia. Sua “autenticidade” e “pureza” são procuradas e encontradas em seus costumes, no folclore, nas danças e músicas. Estas comunidades representariam sobrevivências de um passado mítico e milenar, ainda do período pagão, anterior à conversão dos húngaros ao catolicismo e à fundação do Estado magiar no ano 1000 e 1001.

A contrapartida necessária da questão nacional é a questão judaica. Como resultado do longo processo de assimilação iniciado nos meados do século XIX, hoje só poderíamos falar de “húngaros de origem judaica”, já que são poucos os que se auto-identificam como judeus, em termos étnicos ou religiosos. Mesmo assim, referências e alusões indiretas e metafóricas são constantes na retórica nacionalista sempre no sentido de denunciar traição à nação húngara. “Hungareidade” e “judaidade”, se configuram como mutuamente excludentes, ou seja, os judeus ou aqueles húngaros de origem judaica são construídos como culturalmente diferentes. Assim, mais uma vez, grupos e indivíduos vivem, na Hungria atual, uma situação de crescente vulnerabilidade, sua *diferença* denunciaria uma *origem* outra, marca da sua condição de estrangeiros.

Paradoxalmente, os húngaros além-fronteiras, reivindicados por uma certa narrativa como “autênticos” diante do cosmopolitismo de Budapeste ou de Estados *nacionalizantes* que teriam abocanhado terras e gentes genuinamente húngaras, vivem o espectro da expulsão por correntes não menos nacionalistas na Eslováquia, Ucrânia, Romênia ou Sérvia e Montenegro. Vimos como nos povoados de Csantavér e Maradék na Voivodina a disputa pela autenticidade e natividade entre sérvios, croatas, húngaros e alemães institui uma tensão que, pelo menos para as minorias húngaras, e por sua condição de *minoría*, representa o possível espectro da expulsão. Num passado que interpela os mais velhos, a totalidade dos judeus, e a esmagadora maioria dos alemães, desapareceram da região: tratava-se de *assentados*, que deveriam *voltar* para a sua terra de origem – ou ser eliminados. Sua presença (e, no limite, existência) não era legítima; mais recentemente, nos

últimos dez anos, foi a vez dos croatas, subitamente transformados em “estrangeiros” com o fim da Iugoslávia e o nascimento de um novo Estado nacional de perfil étnico, a Croácia. E se os sérvios se sentiam ameaçados do lado de lá da fronteira, por que não ameaça-los do lado de cá? Não apenas ressurgem termos antigos – *ustachas* e *chetniks* – mas comportamentos facilmente associados à gênese e afirmação dos Estados nacionais – definição de fronteiras em meio a conflitos, expulsões e extermínios. O conflito num Kosovo distante é vivido como algo que *pode* ser transformado em realidade para os húngaros da Voivodina – às pressões assimilacionistas e *nacionalizantes*, poderia suceder a exigência da “volta” para a Hungria e, diante de sua impossibilidade, o extermínio.

Mas a Hungria tampouco é promissora para os meus entrevistados de Csantavér e Maradék. Acossados na Voivodina, no Estado vizinho sentem-se “húngaros de segunda”, prontos aos trabalhos menos desejados e válidos apenas quando se trata de incorpora-los numa imagem bucólica e ideal de uma Hungria mítica que não traduz sua experiência real. São chamados inclusive de iugoslavos! São estrangeiros, enfim.

Acusados de assentados de um lado, sentem-se estrangeiros longe da terra onde nasceram. É numa nova Europa pautada por ideais e instituições democráticas que, talvez, encontrem um referencial de respeito e convivência. Uma Europa tão próxima nos mapas escolares mas ainda uma promessa para os habitantes Csantavér e Maradék.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, BENEDICT

Nação e Consciência Nacional. São Paulo, Ed. Ática, 1989

ARENDT, HANNAH

Origens do Totalitarismo: Anti-semitismo, Imperialismo, Totalitarismo. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

A. SÁTI ENIKÓ

Délvidék 1941-1944. Budapest, Kossuth, 1987

BARTH, FREDRIK (org.)

Los grupos étnicos y sus fronteras. La organización social de las diferencias culturales. México, Fondo de Cultura Económica, 1976

BÁRTH JÁNOS

"Csantavér újranepezítése", in: *Néprajzi Látóhatár* ["Perspectivas etnológicas"], 1999/VIII

BÉRENGER, JEAN

"O império austro-húngaro e a geopolítica balcânica", in: *Novos Estudos Cebrap*, N.47, 1997

El Imperio de los Habsburgo. 1273-1918. Barcelona, Ed. Crítica, 1993

BESZÉDES VALÉRIA

Örökség I-II. Kis magyar bácskai néprajz. [Herança. Pequena etnografia húngara de Bácska]. Szabadka, Életjel, 1998

BIBÓ ISTVÁN

A Kelet-európai kisállamok nyomorúsága. in: *Escritos Escolhidos*, Budapest, Magvető Könyvkiadó, 1986

(Edição francesa: *Misère des petits États d'Europe de l'Est*, Paris, Albin Michel, 1993)

BOTEV, NIKOLAI

"Seeing Past the Barricades: Ethnic Inter-marriage in Former Yugoslavia, 1962-1989", in: HALPERN, JOEL M. & KIDECKEL, DAVID A. *Neighbours at War. Anthropological Perspectives on Yugoslav ethnicity, Culture and History*. Pennsylvania State University Press, 2000

BOURDIEU, PIERRE

“L’identité et la représentation: éléments pour une réflexion critique sur l’idée de région”, in: *Actes de la recherche en sciences sociales* 35, 1980, p.63-72

BÖRÖCZ JÓZSEF

“Birodalom, kolonialitás és az EU keleti bővítése” [Império, colonialismo e a ampliação da União Européia], in: *Replika*, 45/46, 2002

BRAHAM, RANDOLPH L.

A magyar Holocaust I-II. Budapest, Gondolat, 1988

[Edição em inglês: *The Politics of Genocide. The holocaust in Hungary I-II.* Columbia University Press, 1981]

BRUBAKER, ROGERS

Nationalism Reframes. Nationhood and the National Question in the New Europe, Cambridge University Press, 1996

CRAPANZANO, VINCENT

Waiting. The Whites of South Africa. Granada, 1985

CSERES TIBOR

Vérbosszú Bácskában. [“Vingança no Bácska”], Budapest, Magvető, 1993

CSORBA & PÁL

Árnyéka eltűnő nevemnek. Források a Délvidőek történetéhez. [“Sombra do meu nome em desaparecimento. Fontes para uma história da região do sul”], Budapest, Hatodik Síp Alapítvány, 1998

CSÓÓRI SÁNDOR

“Nappali hold” [“Lua de dia”], in: *Hitel*, 5 de setembro, 1990

CUNHA, MANUELA CARNEIRO DA (org.)

Legislação Indigenista no século XIX, São Paulo, CPI/EDUSP, 1992

DAS, VEENA

Critical Events. An Anthropological perspective on Contemporary Índia. New Delhi, Oxford University Press, 1995

DENICH, BETTE

“Unmaking Multiethnicity in Yugoslavia: Media and Metamorphosis”, in: HALPERN, JOEL M. & KIDECKEL, DAVID A. *Neighbours at War. Anthropological Perspectives on Yugoslav ethnicity, Culture and History.* Pennsylvania State University Press, 2000

DESPALATOVIĆ, ELINOR

“The Roots of the War in Croatia”, in: HALPERN, JOEL M. & KIDECKEL, DAVID A. *Neighbours at War. Anthropological Perspectives*

on Yugoslav ethnicity, Culture and History. Pennsylvania State University Press, 2000

EIDHEIM, HARALD

“Cuando la identidad étnica es un estigma social”, in: BARTH, FREDRIK (org.) *Los grupos étnicos y sus fronteras. La organización social de las diferencias culturales*. México, Fondo de Cultura Económica, 1976

ELIAS, NORBERT

O processo civilizatório. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.

& SCOTSON, JOHN L.

Os estabelecidos e os outsiders, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000

FEJTŐ, FERENC

Rekviem egy hajdanvolt birodalomért. Ausztria-Magyarország szétrombolása. Budapest, Atlantisz-Minerva, 1990.

[edição francesa: *Requiem pour un empire défunt. Histoire de la destruction de l'Autriche-Hongrie*. Paris, Lieu Commun, 1988.]

Magyarság, Zsidóság. Budapest, MTA, 2000.

[Edição francesa: *Hongrois et juifs. Histoire millénaire d'un couple singulier (1000-1997). Contribution à l'étude de l'intégration et du rejet*. Paris, Éditions Ballands, 1997]

FÖGLEIN, GIZELLA

Nemzetiség vagy kisebbség. [Nacionalidade ou minoria] Budapest, Ister, 2000

GAY, PETER

O cultivo do ódio: a experiência burguesa da rainha Vitória a Freud. São Paulo, Cia das Letras, 1995

GEERTZ, CLIFFORD

O Saber Local. Petrópolis, Ed. Vozes, 2002

GIORDANO, CHRISTIAN

“Affiliation, exclusion and the National State: ‘Ethnic Discourses’ and Minorities in East Central Europe”, in: WICKER< HANS RUDOLF (ed.), *Rethinking nationalism and ethnicity. The Struggle for Meaning and Order in europe*. Oxford University Press, 1997

GRANDITS, HANNES & PROMITZER, CHRISTIAN

“‘Former Comrades’ at War: Historical Perspectives on ‘Ethnic Cleansing’ in Croatia”, in: HALPERN, JOEL M. & KIDECKEL, DAVID A. *Neighbours at War. Anthropological Perspectives on Yugoslav ethnicity, Culture and History*. Pennsylvania State University Press, 2000

GYURGYÁK JÁNOS

A zsidókérdés Magyarországon. [A questão judaica na Hungria] Budapest, Osiris, 2001.

HAJNAL VIRÁG

"As storm the leaves. Interethnic relations and local identity awareness in a village from Voivodina", in: *Regio. A review of studies on minorities, politics and Society*, Volume 10/2001, No3

HALÁSZ ISTVÁN – MAJTÉNYI BALÁZS

"A magyar és a szomszédos államok státustörvényei" [As leis de status na Hungria e nos estados vizinhos], in: *Kisebbségkutatás* [Minorities Research], 2001/3

HAMMEL, E.A.

"Lessons from the Yugoslav labyrinth", in: HALPERN, JOEL M. & KIDECKEL, DAVID A. *Neighbours at War. Anthropological Perspectives on Yugoslav ethnicity, Culture and History*. Pennsylvania State University Press, 2000

HERZFELD, MICHAEL

A antropologia do outro lado do espelho. Etnografia crítica nas margens da Europa. Lisboa, Difel Ed., 2001

HOBBSBAWM, E.J.,

"A invenção das tradições", in: HOBBSBAWM, E. & RANGER T. (orgs.) *A invenção das tradições*. São Paulo, Paz e Terra, 1984.

Nações e nacionalismos desde 1780. São Paulo, Paz e Terra, 1991.

Era dos Impérios 1875-1914. São Paulo, Paz e Terra, 1989.

IVEKOVIC, I.,

"Iugoslávia: manipulações políticas e falsificações históricas", in: *Novos Estudos Cebrap*, N.47, 1997

JELAVICH, BARBARA

A Balkán története I e II. Budapest, Osiris, 1996

[Ed. Em inglês: *History of the Balkans I & II*. Cambridge University Press, 1983]

JON JUARISTI

El bosque originario. Genealogías míticas de los pueblos de Europa. Madrid, Grupo Santillana de Ediciones, 2001.

JOVANOVIC, ALEKSANDAR,

À sombra do quarto crescente: notas sobre história e cultura da Europa centro-oriental. São Paulo, Hucitec, 1995

KARÁDY VIKTOR

Los Judios en la Modernidad Europea. Experiencia de la violencia e utopia. Madrid Siglo XXI, 2000

Önazonosítás, sorsválasztás. A zsidó csoportazonosság történelmi alakváltozásai Magyarországon. [Identidade, escolha de destino. As transformações históricas da identidade judaica na Hungria.] Budapest, Új Mandátum, 2001

& HADAS, M

“Futball és társadalmi identitás” [Futebol e identidade social], in: *Replika*, No. 17/18

& KOZMA ISTVÁN

Név és Nemzet. Családnév-változtatás, névpolitika és nemzetiségi viszonyok Magyarországon a feudalizmustól a kommunizmusig. [Nome e nação. Mudança e políticas de nome e relações nacionais na Hungria do feudalismo até a comunismo] Budapest, Osiris, 2002

KENDE, PIERRE

L'Europe centrale et orientale. Conflits, incertitudes et restructurations. Paris, La Documentation française, 1992

KISS GY. CSABA

“Central European Myths of Contest”, in: *Minorities Research*, Budapest, Lucidus, 1999

KOCSIS, KÁROLY

Jugoszlávia, egy felrobbant etnikai mozaik esete, Budapest, Teleki László Alapítvány, 1993

& KOCSIS-HODOSI, E.

Ethnic Geography of the Hungarian Minorities in the Carpathian Basin. Geographical Research Institute Research Centre for Earth Sciences and Minority Studies Programme Hungarian Academy of Sciences, Budapest, 1998

KUKORELLI ISTVÁN

“A felelősségi klauzula értelmezési lehetőségei” [As possibilidades de interpretação da cláusula de responsabilidade], in: TÓTH, JUDIT (org.), *Schengen*, Budapest, Lucidus, 2000

MAMDANI, MAHMOOD

When Victims Become Killers. Colonialism, Nativism, and the Genocide in Rwanda. Princetown University Press, 2001

MATUSKA MÁRTON

A megtorlás napjai [“*Os dias de vingança*”], Budapest, Montázs, 1991

MAZOWER, MARK

The Balkans. A Short History. New York, Modern Library, 2000

MERTUS, JULIE

“National Minorities Under the Dayton Accord: Lessons from History”, in: HALPERN, JOEL M. & KIDECKEL, DAVID A. *Neighbours at War. Anthropological Perspectives on Yugoslav ethnicity, Culture and History*. Pennsylvania State University Press, 2000

MILOSEVICH, MIRA

El trigo de la guerra. Nacionalismo y violencia en Kosovo. Madrid, Espasa Calpe, 2001

Los tristes y los héroes. Historias de Nacionalistas Serbios. Madrid, Espasa Calpe, , 2000.

MIRNICS, KÁROLY.

Kis-Jugoszlávia hozománya. [A herança da pequena Iugoslávia]. Budapest, Hatodik Síp Alapítvány, 1996

Kissebségi Sors, [“Destino minoritário”] Novi Sad, Forum Könyvkiadó

MIRNICS ZSUZSA & GÁBRITYNÉ MOLNÁR IRÉN (orgs.)

Vajdasági Útkereső, Szabadka (Subotica), Magyarságkutató Tudományos Társaság, 1998

NYIGRI, I.

“A visszatért Délvidék nemzetiségi képe”[A imagem étnica na volta do Délvidék (“região sul”)] in:Halász: *A visszatért Délvidék*. [A volta ao Délvidék] Budapest, 1941

PÉNOVÁTZ ANTAL

Vajdasági Magyar Néprajzi Kalauz [Guia de etnografia húngara da Voivodina]. Újvidék, Forum, 1979

PIERRE-CAPS, STEPHANE

A multinação. O futuro das minorias na Europa Central e Oriental.
Lisboa, Instituto Piaget, s.d.

PINA CABRAL, JOÃO E LOURENÇO, NELSON

Em Terra de Tufões. Dinâmicas da etnicidade macaense. Inst. Cultural de
Macau, 1993

POŽUN, BRIAN

"Planning for an Uncertain Future", in: *Central Europe Review*, Vol 3, No 8,
2001

RIBEIRO THOMAZ O.

"A vitória política do medo", in: *Novos Estudos Cebrap*, N.47, 1997

Ecos do atlântico sul, UFRJ/FAPESP, 2002

ROMSICS IGNÁC

*Nemzet, nemzetiség és állam Kelet-Közép és Délkelet-Európában a 19. és a
20. században.* Budapest, Napvilág Kiadó, 1998 [*Nação, nacionalidade e
estado na Europa Centro-Oriental e do Sudeste nos séculos XIX e XX*]

SAID, EDWARD

Orientalismo. São Paulo, Companhia das Letras, 1995

SZERBHORVÁT GYÖRGY

Spájz, 2000, Symposion, Szabadka

SZESZLÉR TIBOR

"The Fradi-Fotex Affair", in: GERŐ, VARGA & VINCE (eds.) *Anti-semitic
Discourse in Hungary in 2001*, Budapest, B'nai B'rith, 2002

SIMIC, ANDREI

"Nationalism as a Folk Ideology: The Case of Former Yugoslavia", in:
HALPERN, JOEL M. & KIDECKEL, DAVID A. *Neighbours at War.
Anthropological Perspectives on Yugoslav ethnicity, Culture and History.*
Pennsylvania State University Press, 2000

TABAJDI CSABA

Az önazonosság labirintusa. [O labirinto da Identidade] Budapest, CP
Stúdió, 1998

TODOROVA, MARIA

Imagining the Balkans. Oxford University Press, 1997

VÁRADY TIBOR

“Manjinska prava na područjima bivše jugoslavije nakon svetskih ratova i na pragu nedavnog trećeg rata”, in: MARKOVICS-MAJTÉNYI ANDRÁS *Manjinska prava i njihova primena u vojvodini*. JMMT, Novi Sad, 2000 [Direitos minoritários no território da Iugoslávia após as guerras mundiais e no limiar das guerras recentes entre eslavos do sul, in: direito minoritário na voivodina].

VARGA LÁSZLÓ

“There is no Anti-semitism in Hungary, or is There?”, in: GERŐ, VARGA & VINCE (eds.) *Anti-semitic Discourse in Hungary in 2001*, Budapest, B’nai B’rith, 2002

WOLFF, LARRY

Inventing Eastern Europe: the map of civilization on the mind of Enlightenment, Stanford University Press, 2001